

REVISTA
PRELEÇÃO

PUBLICAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Assuntos de Segurança Pública

Vitória
ano IV – N° 07 – Abril/2010

REVISTA PRELEÇÃO – Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – Assuntos de Segurança Pública. Ano IV, n.7, abr. 2010. Vitória: PMES/DEIP, 2010.

ISSN 1981-3813
Semestral

1. Segurança Pública. 2. Generalidades/ Periódicos.
- I. Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES)
- II. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP).

Comandante Geral da Polícia Militar



Ten Cel Francisco C. da Silva
Período: 1920

Sumário

Editorial.....	7
Artigos.....	9
O CANIL DA PMES: 40 ANOS DEPOIS DA CRIAÇÃO	
Gelson Loiola.....	11
CORRUPÇÃO POLICIAL E A TEORIA DAS “MAÇÃS PODRES”	
Jorge da Silva.....	35
ACIDENTES COM O SERVIDOR MILITAR DO ESPÍRITO SANTO: Análise das causas dos acidentes de trabalho e afastamentos	
Eduardo Rosetti.....	49
ENXURRADAS E DESLIZAMENTOS: Entendendo o surgimento de áreas de risco	
André Có Silva.....	65
FATORES INTERVENIENTES NA MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO POLICIAL NO 10º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	
Ríodo Lopes Rubim.....	73
O DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR COMO GERADOR DE SEGU- RANÇA LOCAL: O CASO BAIRRO BANDEIRANTES/ CARIACICA/ ES	
Alcy Belizário de Souza.....	97
O DIREITO PENAL E OS REMÉDIOS PROPORCIONAIS ÀS DOENÇAS	
Tiago Farias Braga.....	117
Artigos Publicados nas Edições Anteriores da Revista Preleção.....	127
Como Publicar um Artigo na Revista Preleção.....	131

Expediente

REVISTA PRELEÇÃO

Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo

– Assuntos de Segurança Pública –

Criada pela Portaria do Comando Geral da PMES nº 440-R, datada de 15/03/2007

Registro ISSN 1981-3813 . Ano IV, n. 7, abr. 2010

CONSELHO EDITORIAL

Presidente: Cel PM Oberacy Emmerich Júnior

Vice-Presidente: Cel PM Luiz Cláudio Abreu Carnelli

Diretora Executiva: Ten Cel PM Sonia do Carmo Grobério

Redação: Cap PM Januir Carlos Pinheiro da Silva

Circulação: 1º Ten PM Marcelo Dergos Ribeiro
Sd PM Lívia da Silva Netto Martinelli
Sd PM Glenda Gasparini Guterres

Revisão: Maj PM Celso Luiz Ferrari
Cap PM Silvagner Andrade Azevedo
1º Ten PM Sylvia Mara Pedrini Bernabé

Jornalista Responsável Convidada: Karina Amorim Gonçalves – CRJ/ES: 01374

Fotos: Sd PM Roberto de Souza Peixoto Duarte

MEMBROS:

Cel PM Marcos Antônio de Oliveira Campos
Cel PM Carlos Alberto Gomes de Almeida Filho
Ten Cel PM Sebastião Gisleno Daróz
Ten Cel PM Ilton Borges Correia
Ten Cel PM Helio Alexandre Lima Holanda
Maj PM Reginaldo Santos Silva
Desembargador Manoel Alves Rabelo

REDAÇÃO:

Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa – Quartel do Comando Geral da PMES
Av. Maruípe, nº 2.111 – Bairro Maruípe, Vitória/ES – CEP: 29.045-231
Tel.: (27) 3224-5666 - FAX: (27) 3314-6303
e-mail: revistaprelecao@pm.es.gov.br
Impressa no Brasil/ Printed in Brazil
Distribuída em todo território nacional
Tiragem: 2.000 exemplares

Editoração/ Impressão: Didática Brasil

Nota: Os artigos publicados expressam a opinião de seus autores e não necessariamente dos integrantes do Conselho Editorial da Revista Preleção.

Editorial

A Revista Preleção inicia seu 4º ano de existência em 2010. Ao longo deste período foram publicadas 06 edições da revista, com periodicidade semestral e ora apresentamos nossa 7ª edição, publicada para comemorar os 175 anos da Polícia Militar do Espírito Santo.

Muitas são as menções elogiosas direcionadas à equipe de colaboradores que se empenham para produzir este primoroso trabalho, bem como o alto nível dos artigos publicados, que servem como fonte de consulta e disseminação do conhecimento policial. Esta é a proposta da Revista Preleção, disseminar o conhecimento científico da área de segurança pública, ainda carente de pesquisa e divulgação de trabalhos.

Como é de praxe, nesta edição é apresentado o artigo histórico do Coronel Gelson Loiola, que trata da trajetória do Canil da Polícia Militar do Espírito Santo e toda a sua evolução histórica desde a década de 70 até os dias atuais, prestando uma homenagem a todos os policiais militares e seus dedicados cães que executam a atividade operacional da Corporação.

Outros artigos foram especialmente escolhidos para compor esta edição, tendo um convidado especial o Cel RR da PMERJ Jorge da Silva com a temática A corrupção policial e a teoria das “maças podres”, cujas soluções apresentadas para o problema vão muito além da punição com rigor. Apresentamos também um trabalho sobre acidentes com os servidores militares, de autoria do Tenente Coronel Médico, da PMES, Eduardo Rosetti, realizado para conhecer as principais causas de acidentes de trabalho dos servidores militares do Espírito Santo (policiais e bombeiros), verificando os principais grupos de atividades causadoras de danos e lesões. No artigo Enxurradas e Deslizamentos o autor Major BM André Có Silva (CBMES) nos traz um estudo sobre os processos de surgimento de áreas de riscos no Brasil, indicando seus fatores associados. Na sequência, o Capitão da PMES, Ríodo Lopes Rubim aborda os fatores intervenientes na motivação para o trabalho Policial, tendo como universo de sua pesquisa os militares do 10º BPM (Guarapari/ ES). O Subtenente da PMES Alcy Belizário de Souza aborda a extinção e o fechamento de alguns Destacamentos (DPM) na década de 90 e suas repercussões, contribuindo na identificação de ações e medidas para minimizar os conflitos na segurança pública. Por fim temos o estudo do Aspirante PM Tiago Braga, da PMMG, que analisa o atual modelo de se legislar em matéria penal e a necessidade de um novo método, a fim de se diminuir as desproporções entre cura e moléstia no âmbito da ciência jurídica.

Devido a grande procura pelas edições anteriores deste periódico e visando o melhor atendimento aos nossos leitores, disponibilizamos este acervo no formato PDF, no link da Revista Preleção inserida no site www.pm.es.gov.br.

Artigos

O CANIL DA PMES: 40 ANOS DEPOIS DA CRIAÇÃO

*Gelson Loiola*¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo reconstruir a trajetória do Canil da Polícia Militar do Espírito Santo e toda a sua evolução histórica desde a sua implantação, composição, qualificação e movimentação em seus quadros, desde a década de 70 até os dias atuais, e prestar uma homenagem a todos os policiais militares e seus dedicados cães que executam a atividade operacional da Corporação em nosso Estado, com a difícil tarefa de descobrir, resgatar e proteger os integrantes da sociedade capixaba dos diversos delitos que interferem na segurança pública. O canil consiste em um marco de grande importância no contexto contemporâneo das transformações operacionais necessárias a excelência na qualidade dos serviços policiais a ser prestado diuturnamente ao povo brasileiro.

Palavras-chave: Polícia Militar. Canil. Cães. Criação. Integrantes. Composição. Qualificação. Adestramento. História. Memória.

1 INTRODUÇÃO

A gloriosa Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES), criada pela Lei nº 9, de 6 de abril de 1835, com o título de Guarda de Polícia Provincial, ao longo dos seus 175 anos de existência, sempre se destacou pela participação em fatos importantes da história do Brasil e principalmente do Estado do Espírito Santo, eternizando uma bela história produzida pelos dedicados policiais Militares integrantes de seus quadros, os quais passaram a contar a partir da década de 70, com a participação de cães treinados por policiais militares especializados em suas atividades operacionais preventivas e repressivas, bem como em atividades sócio-culturais, os quais merecem este registro como forma de lhes prestar uma homenagem e o reconhecimento pela incontestável participação nas atividades da segurança pública, realizada pela Briosa Corporação Policial Militar capixaba, assim como preservar a memória e suas realizações.

¹ Coronel da Reserva da PMES, escritor, pesquisador, Bacharel e professor de Direito, especialista em Docência do Ensino Superior, efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

2 OS CÃES E AS PRIMEIRAS VINCULAÇÕES COM OS HUMANOS

Segundo a Enciclopédia Barsa (1997), o cão, cujo nome científico é *canis familiaris*, consiste em um mamífero carnívoro da família dos canídeos, com os sentidos de olfato e audição extremamente desenvolvidos e no Brasil compõe-se do guará ou lobo brasileiro.

É o primeiro animal a ser domesticado pelo ser humano, graças a sua diversidade de aptidões, principalmente a afetividade e inteligência. Daí ser considerado o melhor amigo do homem. Ao longo da história da humanidade segundo pinturas pré-históricas encontradas em cavernas na Espanha, os primeiros cães foram domesticados há cerca de sete mil anos.

Ao longo dos anos foram surgindo diversas raças, assim subdivididas: cães de caça e tiro (capazes de encontrar caças que não deixam rastros); cães de caça e presa (persegue a caça e a abate); cães de guarda e utilidade (usados como guardas, operações de guerra e policiais); cães terrier (caçadores de animais pequenos e nocivos); cães de luxo (geralmente de pequeno porte e dotados de beleza); e cães de companhia (sociáveis e calmos).

O ensinamento a ser ministrado aos cães consiste em dois pontos básicos de apoio: a educação, que se destina a ensinar ao cão a se comportar sem necessidade de comando e o adestramento, que consiste em fazer o cão obedecer as ordens que lhe são dadas.

3 A UTILIZAÇÃO DOS CÃES EM OPERAÇÕES MILITARES

No artigo intitulado “Cães de Guerra”, consta relatos que na antiguidade havia a utilização do cão em operações militares pelos egípcios, pelos sumérios, nos exércitos de Ciro e Alexandre em suas batalhas, posteriormente pelos romanos em suas legiões. No século XVI, constata-se o uso de cães na guerra franco-britânica, por Henrique VIII, Rei da Inglaterra contra Carlos V, Rei da França e na América, os cães foram utilizados pelos espanhóis na conquista dos impérios Maia, Asteca e Inca.

No século XX, o cão foi amplamente utilizado na 1ª Guerra Mundial. Dados revelam que cerca de 40.000 (quarenta mil) cães da raça Pastor Alemão foram utilizados pelo exército germânico, os quais já estariam sendo incorporados nas forças armadas desde 1883. Também foram utilizados pelas forças aliadas francesas cerca de 250 cães, denominados de “cães sanitários”. Esses cães foram utilizados para transportar mensagens, comida, medicamentos, munições, vigiar campos de instalações militares e de prisioneiros de guerra e como guia de Soldados que ficavam cegos por ferimentos sofridos em combate.

Em 1939, ao ser deflagrada a 2ª Guerra Mundial, os cães foram am-

plamente utilizados com critérios suicidas para fins de sabotagem, pois recebiam treinamento pelas tropas russas para transportar explosivos nas coleiras e se colocarem embaixo dos tanques da divisão panzer alemã para ocasionarem explosões, o que resultou no extermínio de cerca de 40.000 (quarenta mil) cães suicidas. Os cães também foram utilizados pelos Estados Unidos da América na Guerra da Coréia e no Vietnã, com a missão de preceder as patrulhas, e segundo dados estatísticos, evitaram cerca de sessenta por cento das baixas nestas missões.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial em 1945, ficou claro que a utilização de cães nas operações policiais militares seria de grande utilidade e a melhor opção, seria os das raças inclusas como “cães de guarda e utilidades”, em razão de suas qualidades.

4 A INSERÇÃO DO CÃO NAS OPERAÇÕES POLICIAIS MILITARES NO BRASIL

Segundo Ribeiro (2005), a Bélgica foi a primeira a utilizar o cão em operações policiais:

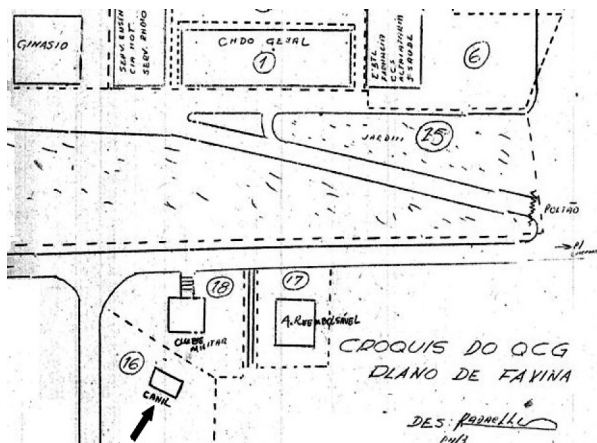
No Brasil o primeiro canil criado em Polícias Militares brasileiras foi na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), no dia 15 de setembro de 1950, passando a ser o primeiro centro de treinamento do país, preparando os integrantes das demais polícias brasileiras na arte de educar e adestrar cães para a atividade operacional nas ações policiais militares.

A segunda Corporação Policial Militar a implantar o Policiamento com cães no Brasil, de acordo com Valle (2009), foi a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), com a criação do Canil da Polícia (CP), em novembro de 1955 e, segundo o citado autor, no Brasil a PMERJ é a autora da doutrina inédita que orienta “o uso do cão como ferramenta de resolução de ocorrências” de alto risco, tendo como base a técnica utilizada pelo Le RAID (Recherche, Assistance Intervention et Dissuasion), porém, com adaptações bem mais importantes, as quais são utilizadas também no plano internacional e que foram absorvidas até mesmo pelo Le RAID francês.

5 A CRIAÇÃO DO CANIL NA PMES

O início da implantação do projeto de criação de um canil na Polícia Militar do Espírito Santo ocorreu na gestão do Comando Geral do Coronel em Comissão Hilton do Valle. A área escolhida para a implantação das instalações do Canil da PMES foi publicada em Boletim Diário de 1970, conforme

figura a seguir:



De acordo com o croqui acima, a área é a mesma onde se encontram situados o Armazém Reembolsável da PMES (Cantina) e a loja do Clube Militar (COPM), mais claramente demonstrados na fotografia abaixo



**Foto 1 - Área onde se instalou o Canil da PMES -
(Doação Cel Paulo José Soares Serpa - acervo do Cel Gelson Loiola)**

² Le RAID: Unidade de elite da Polícia Nacional da França e responsável pelo atendimento de ocorrências críticas naquele país. As iniciais RAID em português refletem a função – Investigação, Assistência, Intervenção e Dissuasão. Os conhecidos “homens de preto” atuam também com cães em ocorrências críticas, mas, diferentemente da doutrina criada no Brasil (PMERJ), não expõe(m) o (s) refém (ns) ao contato com os cães, tendo em vista que a doutrina francesa não fixa na memória dos cães a capacidade de distinguir o provocador do evento crítico (PEC) dos demais envolvidos na crise (reféns e policiais).

Na Foto 1, ainda é possível ver por trás das palmeiras imperiais o local indicado pela seta, uma parte das baías onde ficavam os cães, cujo local posteriormente foi sede da Companhia de Rádio Patrulhas e atualmente, após reformulações, tornou-se a sede do 1º Batalhão de Polícia Militar (Maruípe/Vitória/ES).

Pelos registros, após um contato do Coronel em Comissão e Comandante Geral da PMES Hilton do Valle com o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), visando a criação de um Canil na PMES, é enviado à capital paulista o Capitão Djalmir Carlos Hooper Borges (filho do Coronel Djalma Borges), no dia 2 de junho de 1970 (BD 090), com o objetivo de manter contato e acertar todos os detalhes sobre o assunto, em virtude deste empenho. As instalações do Canil da PMES ficaram prontas e receberam o nome de Canil “Comandante Hilton do Valle”, conforme consta da foto 3, que como ponto importante desta história deve ser restaurado e mantido.

O Capitão Hooper, após informar ao comando todos os detalhes sobre o “Curso de Cinofilia” e a doação de cães que seria feita à PMES pela Polícia Militar paulista, retorna do Estado de São Paulo no dia 15 de junho de 1970 (BD 099), já preparado para retornar imediatamente para o citado Estado, onde faria o citado curso naquela Corporação.

6 A QUALIFICAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES PARA O CANIL DA PMES

O envio dos policiais militares para fazerem o curso de Cinofilia na PM do Estado de São Paulo, previsto para 30 dias, ocorre no dia 16 de junho de 1970 (BD 103/104), quando seguem para aquele Estado os seguintes indicados: Capitão Djalmir Carlos Hooper Borges, Aspirante a Oficial Alvim José Costalonga, o 3º Sargento Jair Duque, 3º Sargento Valdevino Guimarães, Soldado Jairo Antonio Paterline, Soldado Nelcy Mendes de Souza, Soldado Cely Neves Corrêa, Soldado Carlos Antônio Rodrigues e Soldado Licínio Vieira, de onde retornam no dia 3 de agosto de 1970 (BD 125/128), devido à prorrogação do curso.

Todos os policiais militares capixabas, inclusive o Capitão Hooper e o Aspirante Alvim, concluem o curso com aproveitamento. A publicação referente às Praças deu-se com a obtenção das seguintes notas:

3º Sgt JAIR DUQUE.....	9,5
3º Sgt VALDEVINO GUIMARÃES.....	8,5
Soldado JAIRO ANTONIO PATERLINE.....	7,5
Soldado NELCY MENDES DE SOUZA.....	5,5
Soldado CELY NEVES CORREA.....	5,5

Soldado CARLOS ANTÔNIO RODRIGUES.....5,3
 Soldado LICÍNIO VIEIRA.....5,3
 (Boletim Diário nº 136, de 20.08.1970)

PRAÇAS PRECURSORES DO CANIL DA PMES



Foto 2 - A partir da esquerda: 3º Sgt PM Jair Duque, 3º Sgt Valdevino Guimarães, Sd PM Jairo Antonio Paterline, Sd PM Nelcy Mendes de Souza, Sd PM Cely Neves Corrêa, Sd PM Carlos Antonio Rodrigues, Sd PM Licínio Vieira.

Assume o comando do Canil da PMES, o Capitão Djalmir Carlos Borges Hooper, tendo como Subcomandante o Aspirante a Oficial Alvim José Costalonga. A partir do dia 7 de agosto de 1970, os policiais militares qualificados em cinofilia, começam a cumprir as escalas de serviço no Canil da Corporação, no horário das 7 às 18 horas, sendo no dia 7/08 (sexta) – 3º Sgt Valdevino Guimarães e Sd Cely Neves Correa. 8/08 (sábado) – 3º Sgt Jair Duque e Sd Jairo Antonio Paterline. 9/08 (Domingo) – Sd Carlos Antônio Rodrigues. 10/08 (segunda) 3º Sgt Valdevino Guimarães e Sd Nelcy Mendes de Souza, e assim sucessivamente.

7 A AMPLIAÇÃO DO EFETIVO E A EVOLUÇÃO DO CANIL

Com a criação do Canil na PMES, outros policiais militares interessados em trabalhar com cães começaram a integrar os seus quadros: Soldado Aldacy Antônio da Conceição, Soldado Hermes Pacheco Velasco, Soldado José Carlos Lima e Soldado Izidoro Zanneti dos Reis.

O fato de trabalhar com adestramento dos cães, a princípio, parecia uma tarefa fácil, mas na verdade não é bem assim. O primeiro acidente em serviço com a atividade envolvendo um canino ocorreu no dia 10 de agosto de 1970 (BD 131), quando o Capitão Hooper comunicou ao comando que o Soldado Aldacy Antônio da Conceição havia sido mordido pelo cão denominado “Ringo” quando estava treinando o animal, o que foi testemunhado pelos 3º Sargentos Jair Duque e Valdevino Guimarães, lavrando-se o competente “Atestado de Origem”.

A atividade sócio-cultural do Canil é realizada no dia 12 de outubro de 1970 (BD 163), no QCG, em Maruípe, Vitória/ES, por ocasião das comemora-

rações da “Semana da Criança”, com a apresentação dos cães e suas habilidades para um grande número de alunos de diversas escolas da Grande Vitória, sendo encerrada a apresentação com muitos aplausos e elogios em razão do encantamento das crianças com os animais.



Foto 3 – Exibição do Canil da PMES na Semana da Criança, no pátio do QCG de Maruípe, Vitória-ES, simulação onde o cão “Alex de Guarapari” sob o comando de seu adestrador, Soldado PM Jairo Paterline, de jaleco e quepe brancos à esquerda, salta para alcançar um suspeito na árvore.

A instrução referente ao assunto é expandida na Corporação e no dia 13 de outubro de 1970 o Capitão Hooper foi designado para ministrar uma instrução para oficiais, no QCG de Maruípe, das 13h30min às 17h30min, na disciplina de Cinofilia, com o tema: “O Canil da PMES”, com o contingente do Canil designado a fazer uma apresentação para os alunos de escolas estaduais e municipais da Grande Vitória.

Conforme depoimentos prestados nas entrevistas realizadas, filmadas e fotografadas pelo Cabo PM José e o Soldado PM Fem Cleida com o Coronel PM Alvim, Capitães PM Duque, Guimarães e Hely Gama, Sargentos PM Marcos, Hermes e Paterline, todos da Reserva remunerada da PMES, os entrevistados afirmaram que de certa forma todos os adestradores, em algumas situações, foram mordidos, na maior parte das vezes levemente, sem gravidade, porém houve alguns casos mais graves.

Dentre os casos de ataques por cães aos seus adestradores, o fato mais grave ocorreu no dia 10 de novembro de 1970, conforme comunicação do Capitão Hooper, Comandante do Canil da PMES, em que relata que o Soldado Jairo Antonio Paterline fora atacado e mordido pelo seu cão “Alex de Guarapari”, em fato presenciado pelo 3º Sgt Jair Duque, 3º Sgt Waldevi-

no Guimarães e o Soldado Hermes Pacheco Velasco, sendo conduzido ao Pronto Socorro de Vitória, Capital do ES, sendo-lhe concedida, em razão do fato, convalescença em residência por um período de oito dias, amparado pelo atestado de origem publicado no dia 16 de novembro de 1970, em que constam as seguintes lesões: “(1) ferida perfuro-cortante na região parietal esquerda de cerca de 06 cm, saturada com fios de algodão. (2) Idem na região occipital de cerca de 04 cm. (3) Idem na região da nuca cerca de 02 cm”.(BD 186).

Mesmo com os riscos, os entrevistados disseram que nunca desistiram e que lidar com esses animais, depois de adestrados, é simplesmente maravilhoso.

8 A CARGA DO CANIL E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES

Em cumprimento a determinação superior realiza-se o levantamento da carga do Canil da PMES. Em parte datada de 9 de fevereiro de 1971 é comunicada pelo 2º Tenente Alvim José Costalonga, já como Comandante do Canil, a seguinte carga referente aos caninos:

NOME	RAÇA	IDADE	VALOR
Mug X. V. Viking	Doberman Pincher	4 anos	Cr\$ 1.000,00
Daphne do Edinburg	Doberman Pincher	5 anos	Cr\$ 800,00
Alex de Guaraparí	Pastor Alemão	2 anos	Cr\$ 1.000,00
Ringo	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 400,00
Duque	Pastor Alemão	3 anos	Cr\$ 400,00
Friga	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 1.500,00
Aladim	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 1.000,00
Icarai de Parnapuan	Fila Brasileiro	3 anos	Cr\$ 1.000,00
Karina	Pastor Alemão	4 anos	Cr\$ 1.000,00
Cabeção	Dinam arquês	9 meses	Cr\$ 500,00
Gária do Colorado	Pastor Alemão	3 anos	Cr\$ 1.500,00
Kenia	Pastor Alemão	3 anos	Cr\$ 500,00
9 filhotes	Pastores Alemão	11 dias	Cr\$ 3.100,00
			(machos Cr\$ 400,00)
			(fêmeas Cr\$ 300,00)
TOTAL12 cães adultos e 9 filhotes - VALOR TOTAL			Cr\$ 13.700,00

Fonte: Aditamento nº 06, ao BD 032, de 26.02.1971

³ Cabo PM José Maria Gonçalves da Cunha e Soldado PM Fem Cleida Vieira Pereira, integrantes do Canil do BME/PMES: coletaram fotos, dados e realizaram visitas e entrevistas com os ex-integrantes e precursores da criação do Canil em 1970, atos imprescindíveis a composição deste artigo.

No mesmo documento anteriormente citado, também consta como material carga relacionado com a atividade desenvolvida no adestramento e manutenção dos cães, os seguintes equipamentos:

MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Guia júnior	6	Cr\$ 20,00	Cr\$ 120,00
Guia oficial	13	Cr\$ 28,00	Cr\$ 364,00
Colar de espinho	10	Cr\$ 20,00	Cr\$ 200,00
Enforcador	8	Cr\$ 22,00	Cr\$ 176,00
Escova	2	Cr\$ 10,00	Cr\$ 20,00
Rasqueadeira	2	Cr\$ 15,00	Cr\$ 30,00
Comedor	10	Cr\$ 30,00	Cr\$ 300,00
Obstáculo escada dupla	1	Cr\$ 15,00	Cr\$ 15,00
Obstáculo barreira	2	Cr\$ 10,00	Cr\$ 20,00
Obstáculo com suporte/ pneu	1	Cr\$ 10,00	Cr\$ 10,00
Obstáculo com arco p/ fogo	1	Cr\$ 20,00	Cr\$ 20,00
Esterilizador pequeno	1	Cr\$ 10,00	Cr\$ 10,00
Esterilizador médio	1	Cr\$ 15,00	Cr\$ 15,00
Seringa 20 cc	1	Cr\$ 8,00	Cr\$ 8,00
Seringa 10 cc	1	Cr\$ 5,00	Cr\$ 5,00
Aagulhas	4	Cr\$ 0,50	Cr\$ 2,00
Depósito de lixo	1	Cr\$ 5,00	Cr\$ 5,00
Bandeja esmaltada	1	Cr\$ 10,00	Cr\$ 10,00
Mangueira 30 m	1	Cr\$ 25,00	Cr\$ 25,00
Luva	1	Cr\$ 50,00	Cr\$ 50,00
Máquina de moer carne	1	Cr\$120,00	Cr\$ 120,00
VALOR TOTAL			Cr\$ 1.525,00

Fonte: Aditamento nº 06, ao BD 032, de 26.02.1971

Em razão do nascimento dos filhotes, logo é dada algumas destinações para estabelecimento de relações públicas, como a exemplo a doação de dois filhotes pastor alemão, filhos da cadela “karina”, aos Senhores Antonio Rhodi e Benevides, engenheiros do Departamento de Edificações e Obras do Espírito Santo (DEO/ES), os quais são descarregados do Canil, no dia 26 de fevereiro de 1971 (BD 32), juntamente com outros três filhotes, também da cadela “Karina”, em virtude de terem sido mortos pela mãe.

Em virtude da Lei nº 2.529, de 2 de março de 1971, segundo LOIOLA (2009), a Polícia Militar do Espírito Santo é reorganizada com a transformação do Batalhão de Polícia em 1º Batalhão de Polícia Militar e com a criação dos 2º e 3º Batalhões, todos os integrantes da Corporação capixaba são reclassificados dentro das novas Unidades.

O pessoal do Canil da PMES continuou pertencendo a Companhia de Polícia Especial do 1º BPM, passando a compor o Pelotão de Policiamento Geral, onde identificamos:

3º Sgt Jair Duque, 3º Sgt Valdevino Guimarães, Sd Izidoro Nazette Reis, Sd Licínio Vieira, Sd Carlos Antônio Rodrigues, Romildo Silva, Serlon Rodrigues de Souza, Hermes Pacheco Velasco, Custódio Matias, Nilo Costa Penha, José Carlos Lima, Adalcyr Antonio da Conceição, Jossemiro Alexandre Rocha Filho, Nelcy Mendes de Souza, Cely Neves Corrêa e Elias Garcia Ramos Dal’Orto (BD nº 046, de 17.03.1971)

A PMES começou a prestar serviços relacionados ao adestramento de cães particulares, conforme consta do aditamento nº 09, ao BD nº 048, de 19 de março de 1971, em que o 2º Tenente Comandante do Canil informa que foi internado em 12 de março do ano citado, o cão particular de raça Pastor Alemão, de nome “Gerd do Cruzeiro do Sul”, de propriedade do Sr. Lacine Tápias e foi desligado o cão particular de nome “Ketti” de propriedade do Sr. Luiz Renato Beleza. No dia 13 de março foi internado o cão particular de raça pastor alemão de nome “Holff”, de propriedade do Sr. Fernando César Mota, para fins de adestramento e alimentação.

9 AS PRIMEIRAS APRESENTAÇÕES DO CANIL DA PMES E OUTROS FATOS

Em 24 de março de 1971, o Canil da PMES realiza o seu primeiro desfile, sob o comando do Tenente Alvim José Costalonga, em cumprimento a Nota de Instrução nº 01, da PM/3, na solenidade de “Passagem de Comando” do Tenente Coronel do EB, Hilton do Valle, em comissão no cargo de Coronel Comandante Geral da Corporação, ao então Major do EB, Humberto Vieira Lima.

O Comandante substituído, Coronel Hilton do Valle, em seu pronunciamento de despedida fez um relato sobre as suas realizações e dentre elas abordou a implantação e a importância da criação do Canil para a PMES com as seguintes palavras:

As mais modernas e avançadas Corporações quer militares, quer policiais-militares, têm em seu efetivo orgânico determinada fração de tropa que emprega o grande amigo do homem: o cão.

A PMES em visível e franca fase de desenvolvimento e aprimoramento nos campos intelectual, humano e material, jamais poderia prescindir do emprego de cães, no combate, prevenção e repressão à delinqüência.

Por esta razão, recuperamos uma área, construímos e criamos um canil que, embora modesto e singelo, propiciar-nos-á, em futuro bem próximo, um rendimento e uma utilidade bastante eficazes.

Contamos, para a formação do canil, com o decisivo apoio, ajuda e colaboração de nossa co-irmã bandeirante que, além de preparar, sem qualquer ônus para o estado, seus atuais integrantes, através de um estágio de cerca de 30 dias, doou-nos 16 cães, que se constituem o núcleo inicial de nosso canil.

(Boletim Especial nº 1, de 26.03.1971).

O efetivo do Canil da PMES, a partir daí, passou a compor as tropas de desfiles da PMES. A sua segunda participação é em cumprimento a Ordem de Serviço PM/3, nº 09, de 4 de abril de 1971, por ocasião das solenidades

de comemoração do 136º aniversário da Corporação, quando os seus integrantes que fizeram parte do efetivo da Companhia de Polícia Especial do 1º BPM desfilaram com seus uniformes específicos composto pelo uniforme de instrução cinza chumbo (chumbão), boina azul, braçadeira PM branca, coturnos pretos com cadarços brancos. Todos os PM conduziram o seu adestrado cão, bastante aplaudidos pelos convidados assistentes.

Como todo ser vivo, o cão também apresenta problemas de saúde e como consequência desses danos às vezes temos que descartá-los. A primeira baixa é registrada no dia 24 de setembro de 1971 (Adt. 28) com a descarga dos cães de nome “Clavius” e “Cabeção”, no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada um e na mesma data temos o internamento do cão da raça Pastor Alemão de nome “Atos”, de propriedade de Edmilson Firme Simão.

Em 26 de outubro de 1972 (BD 191), assumiu o comando do Canil da PMES, exercido cumulativamente com outro cargo, o Capitão PM Silvestre Ezequiel Celante, em substituição ao 1º Tenente PM Alvim José Costalonga. O Capitão Ezequiel iria permanecer na gestão do Canil da PMES até o dia 25 de março de 1974. É o último registro, muito embora continuasse colaborando com o setor nos anos subsequentes.

Ao deixar a chefia, mantém contato com o Aspirante Oficial PM Mauro Nunes Pereira e sugere que este assumira a chefia do Canil, porém o Aspirante afirmando não ter qualquer afinidade com os cães declina do convite, então o Aspirante Oficial PM Rubens Pereira da Silva, adido a Cia de Polícia Especial do 1º BPM, é classificado como Subcomandante da SU e chefe do Canil em 25 de abril de 1974 (BD 077), permanecendo na função até o dia 19 de dezembro do mesmo ano (BD 240), sendo substituído no dia 8 de janeiro de 1975 (BD005) pelo Aspirante Oficial PM Élvio Silva Rebouças que passou também a responder pela chefia do Canil da Cia de Polícia Especial do 1º BPM.

No dia 6 de fevereiro de 1976, tendo em vista as solicitações de particulares para adestramento de seus cães, o Comandante Geral resolve fazer publicar as seguintes normas:

CANIL DA POLÍCIA MILITAR – Prestação e serviços particulares:

I – Será cobrada mensalmente, a taxa de Cr\$ 1.200,00 para adestramento de cães particulares, incluindo na mesma alimentação e pernoite no Canil.

II – Será cobrada, mensalmente, a importância de Cr\$ 900,00 para quem desejar eixar o cão alojado no Canil, inclusive alimentação.

III – Será exigida uma taxa de Cr\$ 20,00 para particular que desejar adestrar o seu cão no Canil da Corporação, em hora previamente marcada, tendo somente direito à aula a se ministrada. A importância supra será cobrada por hora. (BD 025, de 6.02.1976).

No dia 28 de julho de 1976 é publicado no BD 138 que o dia 3 de agosto do ano citado haverá o sorteio no âmbito da PMES do cão “Emperor of Golden Tower” da raça Collie, de pêlo longo e que os interessados em participar do evento poderiam se inscrever para o sorteio com o Capitão PM Baptista.

O resultado do sorteio foi publicado pelo BD nº 150, de 13 de agosto de 1976 e o 1º Tenente PM José das Graças Pereira comunica que foi promovido o sorteio do cão de raça Collie na sala da PM/4, às 13 horas do dia 3 do mesmo mês, disputado por 19 policiais militares inscritos e com a presença de todos, conheceu-se o ganhador do prêmio: Coronel Antonio Orlando de Queiroz Macedo, Subcomandante e Chefe do EM da Corporação.

10 A DESATIVAÇÃO DO CANIL DA PMES

Conforme constam das publicações, o Canil da PMES foi desativado no final do ano de 1976. Para relacionarmos as publicações sobre o assunto, vamos encontrar no citado ano algumas movimentações como as do Aditamento do Serviço de Finanças da PMES nº 039, ao BCG nº 197, de 22 de outubro de 1976, feito pelo serviço de contabilidade da Diretoria de Finanças, em que consta:

BALANCETE [...] REFERENTE AO PAGAMENTO DE PESSOAL – SET 76	DÉBITO	CRÉDITO
05. CREDORES DIVERSOS..... [..]		
[..].....		
002. – CANIL DA PMES.....		28.013,46
QCG em Maruípe, 12 de outubro de 1976.		
GUILHERME RODRIGUES DOS SANTOS - CAP PM CONTADOR		

A última publicação que encontramos a respeito de despesas com o Canil da PMES, publicada pelo Aditamento do Serviço de Finanças da PMES nº 003, ao BCG nº 25, 4 de fevereiro de 1977, é a seguinte:

BALANCETE [...] REFERENTE AO PAGAMENTO DE PESSOAL – DEZ 76	DÉBITO	CRÉDITO
05. CREDORES DIVERSOS..... [..]		
[..].....		
002. – CANIL DA PMES.....		28.013,46
QCG em Maruípe, 13 de janeiro de 1977.		
GUILHERME RODRIGUES DOS SANTOS - CAP PM CONTADOR		

O balancete é referente ao pagamento do pessoal da PMES no mês de dezembro de 1976 e encerra os registros referentes ao canil da PMES, concretizando a sua extinção, na gestão do Comando Geral do Coronel PM em Comissão, Hugo Castro Eisenlohr. De acordo com os depoimentos apresentados por ocasião das entrevistas procedidas pelo Soldado PM Fem Cleida, todos são unânimes em afirmar que a alegação para a extinção do canil foi de que a manutenção com os cães era muito dispendiosa.

COMANDANTES DO CANIL DA PMES – 1970 a 1976

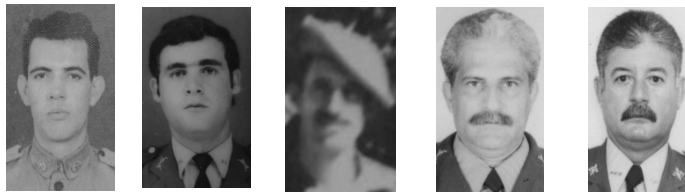


Foto 4 - A partir da esquerda: Cap PM Djalmir Carlos Hooper Borges (1970-71), 1º Ten PM Alvim José Costalonga (1971-72), Cap PM Silvestre Ezequiel Celante (1972-74), 2º Ten PM Rubens Pereira da Silva (1974), 2º Ten PM Elvio Silva Rebouças (1975-76).

11 A REATIVAÇÃO DO CANIL DA PMES

A idéia de reativar o Canil a PMES após a sua desativação demorou bastante e para comprovar temos a edição do Decreto nº 3.410, de 14 de setembro de 1992, pelo Governador Albuíno Azeredo, que dispõe sobre a compra de animais para a PMES e claramente dispõe em seu art. 4º: “Os preços de compras normais, bem como os especiais serão julgados por comparações com a média dos preços correntes no comércio de cavalos, dentro do território nacional. (grifei), ou seja, se destina somente a aquisição de equinos e nenhuma referência a caninos.

Posteriormente, a princípio poderíamos relacioná-la com a edição da Lei nº 4.705, de 9 de dezembro de 1992, que criou na PMES o 1º Esquadrão de Polícia Montada, denominado de “Esquadrão Minas Gerais”. Porém, a legislação também não faz qualquer alusão à reativação do Canil na PMES, mas seria o 1º Esquadrão de Polícia Montada da PMES o seu berço de ressurgimento, pois foi durante uma palestra da empresa de rações “Purina”, realizada no citado Esquadrão sobre o tema “Nutrição Animal: Equinos e Caninos”, quando o assunto abordou a parte relacionada com cães, o 2º Sargento PM Valtemir Rodrigues de Paula integrante do citado Esquadrão, que residia na década de 70 no Bairro do Itararé/ Vitória, ao lado do Canil da PMES, lembrou o fato e sugeriu aos presentes a reativação do Canil na Corporação, tendo a idéia prontamente acolhida.

Pelos diversos documentos pesquisados, o Coronel PM Edilson Neves

de Carvalho, Comandante Geral da Corporação Capixaba, além de liberação de verbas para aquisição de cães e instalações, incumbiu o Tenente PM Sérgio Alves Pereira, auxiliado pelo 2º Sargento Valtemir e pelo Cabo PM Licínio Vieira (um dos precursores do Canil criado em 1970) a missão de reativar o Canil da PMES para funcionar na sede do 1º Esquadrão de Polícia Montada, com sede no Parque de Exposições de Carapina, município de Serra.

Inicialmente foram adquiridos 20 cães da raça Pastor Alemão e 2 da raça Springer Spaniel, em Minas Gerais, pela equipe composta pelos Policiais Militares: 1º Tenente Sérgio, Sargentos Valtemir e Jefesson, Cabos Licínio e Adonias, que se deslocaram até aquele Estado a bordo das viaturas TE – 73 (Cia P Ch) e TNE – 110 (Esq P Mont), de onde retornaram com os referidos cães e alguns equipamentos.

O recriado Canil da PMES foi inaugurado no dia 31 de dezembro de 1994, ainda no Comando Geral do Coronel PM Edilson Neves de Carvalho, em solenidade que contou com a presença do Governador do Estado Albuíno Azeredo.

Visando ampliar o efetivo do Canil com Soldados recém formados, o Tenente PM Sérgio emite a parte nº 322, de 22 de dezembro de 1994 endereçada diretamente ao Comandante Geral, com o seguinte teor: "Conforme determinação de V. Ex^a, encaminho-vos a relação nominal dos policiais militares recém formados que foram voluntários para comporem o efetivo do CANIL", sendo transferidos os seguintes PM:

- Da DE para o I Esq P. Mont., Sd PM VALFRIDO CHIEPPE DIAS, SILVANO LIMA SILVA, CLEODON MEDEIROS DE ALMEIDA, JORGE LÚCIO VIRGILINO, ROBSON SOARES BASTOS, DENER LUIZ SILVEIRA DA SILVA, MARCIO ANTONIO BARBOSA SOUZA E JOSÉ LINS RIBEIRO. (Adtº DP, nº 097, de 27 de dezembro de 1994).

Na lista anexa ao documento constam 14 (quatorze) nomes, porém, somente foram transferidos para o Canil da PMES os 10 (dez) primeiros Soldados indicados na solicitação. No dia 3 de janeiro de 1995 (Adt.º 001) ocorreram novas transferências para o Esquadrão de Polícia Montada e dentre os transferidos os Cabos Cláudio Ribeiro de Souza, Carlos Roberto Maciel Gomes e os Soldados Ozéias Ribeiro Corrêa, Lúcio Augusto dos Santos e José Maria da Cruz foram inclusos no efetivo do Canil.

12 A INSERÇÃO DO CANIL DA PMES NA COMPANHIA DE POLÍCIA DE CHOQUE

Em virtude da intensa participação da Companhia de Choque da PMES, sob o comando do Capitão Juarez Monteiro da Silva, nas ativida-

des do Canil, o primeiro passo para a inclusão deste na citada subunidade irá surgir na gestão de Comando Geral da Corporação do Coronel Alvim José Costalonga, um dos precursores da criação do canil em 1970, ao incluir no detalhamento interno do Quadro de Organização Básica da PMES, na Companhia de Polícia de Choque, o Pelotão do Canil, com 01 (um) Tenente Comandante, 04 (quatro) Sargentos, 04 (quatro) Cabos e 24 (vinte e quatro) Soldados. No dia 21 de março de 1995, através do Adt.^o n^o 022 da Diretoria de Pessoal (DP), transferiu do Esquadrão de Polícia Montada para a Companhia de Choque, o 1^o Tenente PM Sérgio Alves Pereira, designando-o para assumir a função de Comandante do Pelotão de Cães da Subunidade.

No dia 4 de maio de 1995, o Major PM Antônio Carlos Rocha Loureiro, Comandante do Esquadrão de Polícia Montada da PMES, através da parte n^o 122, enviada ao Diretor de Pessoal da Corporação, assim diz: “Considerando a criação do Canil da PMES, na Cia P. Choque utilizando o efetivo do 1^o Esq P. Mont, solicito a vossa senhoria que seja publicada a transferência dos seguintes policiais militares constantes da relação anexa, do 1^o Esquadrão de Polícia Montada para a Cia P. Choque”. A solicitação é atendida, com a transferência dos seguintes policiais militares:

- Do Esq P Mont para a Cia P Choque dos servidores públicos militares o 2^o Sgt Valtemir Rodrigues de Paula, 3^o Sgt Flávio Mattos Gandini, 3^o Sgt Marcelo Mattos Gandini, Cb Carlos Roberto Maciel Gomes, Cb Cláudio Ribeiro de Souza, Sd José Antonio Ferreira de Souza, Lucio Augusto dos Santos, Sd Carlos Roberto Caetano, Sd Antonio Angeli, Sd Ozéas Ribeiro Corrêa, Sd José Maria da Cruz, Sd Jackson Chaves Gomes, Sd Valfrido Chieppe Dias, Sd Jailson Amaral Ramos, Sd Jorge Lúcio Virgilino, Sd Sergio dos Santos, Sd Wanderson Santana Souza, Sd Marcelo Soares Falcão, Sd Silvano Lima da Silva e Sd Denner Luiz Silveira da Silva.

-Do Esq P Mont para a Cia de Comando e Serviço (CCS) do servidor públicos militar, St João Manoel Duarte. [que por falta de previsão de vaga para subTenente PM no quadro do Pelotão de Cães, fica adido a Cia P Choque]. (Adt.^o DP, n^o 037, de 16 de maio de 1965).

Assim são transferidos para compor o Pelotão de Cães da Companhia de Policiamento de Choque da PMES, que continua instalada no Parque de Exposição de Carapina, município de Serra-ES, 22 policiais militares contando com o 1^o Tenente PM Sérgio Alves Pereira que o comandaria até o dia 28 de agosto de 1996, quando então, passou o comando ao 1^o Tenente PM Eduardo Nunes.

Em 7 de julho de 1997, o Major PM Juarez Monteiro da Silva, Cmt da Cia de Polícia de Choque, através da parte n^o 402, encaminha ao Coronel PM Subcomandante e Chefe do Estado Maior Geral da PMES (EMG), para

análise e aprovação, as primeiras “Normas para Organização do Canil da PMES” e “regulamentação de suas atividades”, as quais são aprovadas e publicadas.

13 A TRANSFORMAÇÃO EM COMPANHIA DE OPERAÇÕES COM CÃES

Coube ao Governador do Estado do Espírito Santo, Vitor Buaiz, através do Decreto nº 4.328-N, que retroage seus efeitos a contar de 7 de julho de 1998, promover a extinção da Companhia de Polícia de Choque e a criação do Batalhão de Missões Especiais (BME) na PMES. Com o novo detalhamento interno da Unidade, que permanece sob o comando do Major PM Juarez Monteiro da Silva, foi extinto o Pelotão de Cães e instituída a Companhia de Operações com Cães (Cia Op Cães). Feita a transição, foi classificado no comando da citada Companhia o Capitão PM Eduardo Nunes.

É no ano de 1999 que se realizou o primeiro Curso de Cinofilia na PMES, com carga horária de 240 horas, no período de 14/09 a 05/11/99, em que concluíram com aproveitamento os seguintes policiais, em ordem de graduação:

Asp Of Charles Souza da Silva, Asp Of Carlos Magno de Oliveira Silva, 2º Sgt Wildson Nascimento de Faria, 3º Sgt Anthony Moraes Costa, 3º Sgt Marcelo Assis Batista, 3º Sgt Carlos Thiers do A. Rodrigues, 3º Sgt Josué Facundes, Sd Fabrício Oliveira Mendes, Sd Jean Ramalho Andrade, Sd Marcelo de Jesus Falcão, Sd Silvano Lima da Silva, Sd André Montibeller Sextaro, Sd Jaelson Amaral Ramos, Sd Maurício Rodrigues Lauriano, Sd Antônio Carlos Favoretti Trabach, Sd Geomar Martins Medeiros, Sd Denílson Fiorane, Sd Marcelo Severino, Sd Erick Rosa da Silva, Sd Valter Araújo Sampaio, Sd Cristiano Rafael, Sd João Paulo de Jesus, Sd Wanderson Santana de Souza, Sd Sílvia Batista Marques, Sd Valdeci Có, Sd Norberto Guimarães Rodrigues, Sd Simar Rufino Santana, Sd Antônio Angeli, Sd Ozéas Ribeiro Correa, Sd Paulo César da Silva e Sd Ivan de Jesus.
(BI /BME nº 047, de 25.11.1999).

Os 1º e 2º colocados respectivamente no Curso de Cinotecnia, Aspirantes a Oficial PM Charles Souza da Silva e Carlos Magno de Oliveira Silva, foram transferidos para o BME, completando o efetivo de Oficiais da Cia de Operações com Cães. No final do ano de 1999, conforme ofício nº 045 do Capitão Eduardo Nunes, Cmt da Subunidade, datado de 9 de dezembro do ano citado e encaminhado ao consultor da Telemar, Francisco Pinheiro, em que solicitou a transferência do telefone 228-4001, da antiga sede do canil da PMES, para a nova sede da Companhia de Operações com Cães do BME, situada na Avenida Norte Sul, próximo ao Terminal de Transporte Co-

letivo Urbano de Carapina (entre os bairros Manoel Plaza e São Geraldo), no mesmo município de Serra-ES, conforme a mudança de sua sede.

A mudança segundo consta do “Manual de Cinotecnia Policial” do BME (2008), foi ocasionada pelo arrendamento da área onde se encontrava no Parque de Exposição de Carapina (Serra-ES), pela empresa Multi Service, o que levou a PMES a firmar um contrato de comodato com a empresa Vale do Rio Doce, dona da área.

Dentre os principais fatos no ano de 2000 tivemos a realização do Estágio de Cinofilia, com a participação de diversos policiais militares, o qual depois de concluso, resulta em um marco histórico importante na história do BME, que é o ingresso da primeira integrante feminina da PMES, Soldado PM Sílvia Batista Marques, no efetivo do Batalhão de Missões Especiais e da Companhia de Operações com Cães da Polícia Militar do Espírito Santo, constituindo-se na quebra de um paradigma no que diz respeito às Unidades de Operações Especiais na época.

A nova sede do canil da Companhia de Operações com Cães do BME foi inaugurada pelo Major PM Monteiro, Comandante do BME, em dezembro de 2000, e recebeu o nome “Canil Licínio Vieira”. O homenageado, Cabo PM RR Licínio Vieira, nasceu em Vitória-ES, no dia 8 de abril de 1939, filho de Joaquim Vieira dos Santos e Odete Vieira, ingressou na PMES, em 5 de maio de 1962, foi promovido a Cabo PM em 3 de março de 1989, sendo transferido para a reserva remunerada da Corporação capixaba em 12 de março de 1991. Foi um dos precursores do Canil da Polícia Militar, em 1970, e quando requisitado pelo Sargento Valtemir, a partir de 1994, mesmo na reserva Remunerada da PMES não mediu esforços para auxiliar na reativação do Canil da Corporação, prestando-lhes brilhantes serviços, o que lhe rendeu a merecida e louvável homenagem.

Em 19 de julho de 2001 (Adt.º 029), assume o comando da Companhia de Operações com Cães do BME o Capitão PM Alessandro Juffo Rodrigues e tem início no BME o 2º Curso de Cinotecnia da PMES, com carga horária de 320 horas, no período de 19/08 a 11/10/2002, concluindo com aproveitamento os seguintes policiais:

2º Ten Nilda Dummer, 2º Ten José Antônio Lopes Cardoso, Asp Of André Nascimento Honorato, 2º Sgt Robson de Souza Sueth, Cb Márcio de Oliveira, Cb Silayr Pedra Ribeiro, Sd Jorge Lúcio Virgilino, Sd Juliano César Salles, Sd Cleida Vieira Pereira, Sd Elisângela Sandrelli do Nascimento, Sd Edney Martins de Souza, Sd Silvanoy Costa de Almeida, Sd José Paulo de Souza Basílio, Sd Celço Gonçalves de Oliveira, Sd Denílson Nunes de Freitas, Sd Júlio César Bruno Souza, Sd Cleib Portela Jorge, Sd André Pedra Ribeiro, Sd Gildo Gomes e Sd Joadir Apolinário dos Anjos Júnior. (Livro P/3 – BME).

O Capitão PM Juffo permaneceu na função de comando da SU até o dia 7 de novembro de 2002 (Adt.º 042), quando foi substituído pelo Capitão Alexandre Ofranti Ramalho.



Através do Aditamento da Diretoria de Ensino e Instrução da PMES, nº 047, de 12 de novembro de 2002 (DEI) foi homologado o distintivo do “Curso de Cinofilia Básica” da PMES (ao lado), elaborado por integrantes da Cia Op Cães do BME e do Canil do BME, objeto de reportagem pelo Jornal “A Gazeta” do dia 9 de dezembro de 2002, quando abordou o adestramento de cães na PMES, constando “Cães foram atração em evento no quartel da Polícia Militar, Grande Vitória, pág. 14”.

O Capitão Ramalho, que permaneceu por pouco tempo no comando, foi substituído no dia 30 de janeiro de 2003 (Adt.º 005) pelo Capitão Geovanio Silva Ribeiro. E mais uma vez o canil da PMES foi notícia, conforme publicou o jornal “A Gazeta” do dia 8 de setembro de 2003, com a manchete “Eles são policiais militares bons para cachorro” (p.18), que falou do treinamento dos animais realizado no Canil da PMES, em Carapina, Serra-ES.

No dia 31 de outubro de 2003, encerrou-se o primeiro estágio de “Detecção de Entorpecentes com Cães” do BME, que se iniciou em 6 de outubro, com carga horária de 120 horas, concluindo com aproveitamento, em ordem de posto e graduação, os seguintes PM:

2º Ten Ronaldo Raimundo, 2º Ten José Antônio Lopes Cardoso, Sub Ten Rachel Montimor Brandão, Cb Marcos Jorge de França, Cb Márcio de Oliveira, Cb João Paulo de Jesus, Sd Silvano Lima Silva, Sd Edney Martins de Souza, Sd Geziel Reis Andrade, Sd Valter Araújo Sampaio, Sd André Pedra Ribeiro, Sd Roberto Ferreira Ventura, Sd Gedilson Ramos, Sd Simar Rufino Santana, Sd Jorge Lúcio Virgilino e Sd Walter Ferreira Júnior. (Livro P/3 – BME).

Em 7 de novembro de 2003 o Jornal “A Tribuna”, sob a manchete “Universitária é seqüestrada” (p.16), aborda o uso de cães farejadores da PMES na ação que culminou com a prisão de um dos delinquentes,

Em 8 de março de 2004, “Dia Internacional da Mulher”, o Jornal “Notícia Agora” do ES, com a manchete “Elas não têm medo do Perigo”, de Ana Paula Mill, (p. 9), aborda a atuação das mulheres na Companhia de Operações com Cães do BME/PMES, relatando a experiência da Tenente PM Nil-da Dummer, a primeira Oficial feminina a ingressar na Unidade, abordando ainda o nome da Soldado PM Cleida Vieira Pereira, mulheres que atuam no Batalhão de Missões Especiais integrando o Canil da Corporação capixaba.

Nova mudança no comando da Companhia de Operações com Cães ocorreria em 9 de junho de 2004 (adt.º 023), quando assumiu a função o Capitão Marcelo Tavares de Souza, em substituição ao Capitão Geovanio. Foi sob o seu comando que a subunidade do BME transferiu-se em 2005, da sede da Avenida Norte Sul, distrito de Carapina, município de Serra-ES, para a sede do comando do Batalhão de Missões Especiais, em Maruípe, Vitória –ES.

O Quartel do Batalhão de Missões Especiais (BME) da PMES encontra-se situado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 11.240, Bairro Santa Martha – Vitória - ES, atrás da Corregedoria e anexo ao Quartel do Comando Geral (QCG) da PMES.

Um novo curso de Cinotecnia se iniciou no BME/PMES, em 28/02 e se encerrou em 25/04/2005, com uma carga horária de 362 h/a, sendo que concluíram com aproveitamento em ordem de antiguidade os seguintes servidores públicos militares da PMES: 03 (três) 2º Tenentes, 02 (dois) Aspirantes a Oficial, 02 (dois) Cabos e 12 (doze) Soldados e do Corpo de Bombeiros Militar/ES, 01 (um) 2º Tenente e 01 (um) Soldado.

No dia 25 de agosto de 2005, data em que se comemora nacionalmente o “Dia do Soldado”, o jornal “Notícia Agora” do ES, com a manchete “Mulheres encaram a vida militar” (p.9), faz uma reportagem abordando, mais uma vez, as Policiais Militares femininas integrantes da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar do Espírito Santo, sendo citadas com destaque na Foto 5, as Integrantes da Cia Op Cães do BME/PMES, tendo a esquerda a Soldado PM Cleida Vieira Pereira e a direita a Tenente PM Nilda Dummer, Subcomandante da Subunidade.



**Foto 5 – Policiais Militares femininas integrantes do canil da PMES.
(extraída do Jornal “Notícia Agora”)**

Outro Curso de Cinotecnia do BME, com carga horária de 260 horas, iniciou-se em 28 de abril, encerrando-se no dia 3 de junho de 2008, com destaque por possuir integrantes de outras coirmãs:

O Capitão PM Marcelo Tavares de Souza permaneceria no comando da SU até o dia 6 de setembro de 2007 (Adtº 036), quando foi substituído pelo Capitão Paulo Rogério do Carmo Barbosa. No dia 28 de agosto de 2008 o Jornal “A Tribuna” publicou uma matéria com a manchete “Dark, o terror dos bandidos” (p. 17), em que abordou o cão “Dark”, da raça Pastor Alemão, que atuou no Canil da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da PMES na captura de delinquentes.

A fé também faz parte da rotina de todos nós e em nossas atividades, principalmente as policiais militares em que as situações de risco são eminentes e constantes, daí o Manual de Cinotecnia Policial do BME (2008) inserir a seguinte oração:

ORAÇÃO DA TROPA DE OPERAÇÕES COM CÃES

Pai nosso, obrigado Por agradecer-nos com a sabedoria Que nos rege em nossas decisões E sustenta nossa excepcional conduta Pai nosso, obrigado Pela fibra e pela força que os concede Que desfaz a afronta adversa E faz prevalecer a ordem e a justiça Pai nosso, obrigado Pelo orgulho viril encerrado Em nossas fardas camufladas Sinônimo de respeito e de moral	Pai nosso, obrigado Por ensinar-nos a disciplina E por armar-nos no adestramento A garantia da coesão que nos faz ELITE Por ti, Oh Pai! Fomos constituídos Tropa de Operações com Cães Excelentes Soldados de Ortiz Que jamais se dobram ao erro e à injustiça Faz-nos, portanto sempre triunfantes E fiéis cumpridores de nossas MISSÕES ESPECIAIS. <div style="text-align: center;">CÃES!!!</div> (Manual de Cinotecnia Policial - BME, 2008)
---	--

O Batalhão de Missões Especiais desenvolve, através da Companhia de Operações com Cães (Cia Op Cães) da Unidade Especial, as ações de operações de busca, resgate e salvamento, ocorrências em estabelecimentos penais, demonstrações de cunho educacional/recreativo, policiamento em praças desportivas, controle de distúrbios civis, reintegração de posse, detecção de entorpecentes, contra-guerrilha urbana e rural, ocorrências com reféns, policiamento ostensivo motorizado e a pé com cães.

No que diz respeito a instrução e qualificação para os integrantes da Companhia de Operações com Cães, temos as seguintes disciplinas:

Obediência Básica para Cães (130 h), Faro (68 h), Busca e Captura (72 h), Treinamento Físico Militar (68 h), Técnicas de Agility (20 h), Tiro Policial (20 h), Operações em altura (6 h), Nós e amarrações (4 h), Figuração de Formação para Cães (48 h), Patrulha com Cães (8 h), CDC com cães (2 h), Procedimento Operacional (2 h), Defesa Pessoal (8 h), Educação Física com Cães (10 h) e Noções de Veterinária (4 h), com carga horária total de 470 horas.

No dia 2 de agosto de 2009 o jornal “A Tribuna”, com texto de Luciana Almeida e arte gráfica de André Félix, tendo como fonte o Tenente PM José Antônio Lopes Cardoso, da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da PMES, com a manchete “Treinamento Especial para os Cães Heróis” (p. 24), mais uma vez homenageou a subunidade abordando a história, atividades radicais, treinamento, características, raças e sinais para cada situação envolvendo os cães da Corporação capixaba. O Capitão Rogério permanece na função de comando da Cia Op Cães do BME até o dia 13 de agosto de 2009 (BI 032), quando foi designado e assumiu o cargo o 1º Tenente Marsuel Botelho Riani, atual Comandante (Ago/2010).

A partir da reativação, em 1994, com a denominação de Canil no Esquadrão de Polícia Montada, depois, Pelotão de Cães na Companhia de Polícia de Choque e finalmente Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da PMES, comandaram a organização policial militar (OPM) vinculada ao Canil da Corporação os seguintes Oficiais:

COMANDANTES DA OPM COM CÃES DA PMES APÓS A REATIVAÇÃO



Foto 6 - A partir da esquerda: 1º Ten PM Sérgio Alves Pereira (1994-96), Cap PM Eduardo Nunes (1996-2001), Cap PM Alessandro Juffo Rodrigues (2001-02), Cap PM Alexandre Ofranti Ramalho (2002-03), Cap PM Geovanio Silva Ribeiro (2003-04), Cap PM Marcelo Tavares de Souza (2004-07), Cap PM Paulo Rogério do Carmo Barboza (2007-2009), 1º Ten PM Marsuel Botelho Riani (atual 2009).

14 OS ATUAIS INTEGRANTES DO CANIL DO BME DA PMES

Em novembro de 2009, o Batalhão de Missões Especiais da PMES, sob o comando do Tenente Coronel PM Glauco Carminat Rodrigues, um entusiasta da história da PMES, tem no efetivo da Companhia de Operações com Cães da OPM os seguintes integrantes:

Cap PM Marsuel Botelho RIANI, 1º Ten PM Stefan de Oliveira PIMENTA, Sub Ten VALTEMIR Rodrigues de Paula, 1º Sgt PM JOSUÉ Facundes, 2º Sgt RONALDO Costa dos Santos, 3º Sgt Washington dos SANTOS, Cb JOSÉ Maria Gonçalves da Cunha, Cb Leandro Ferreira FÉLIX, Cb GEDILSON Ramos, Cb ÉLIO Ribeiro, Cb JOELTON Ulbano Manoel, Cb Wanderson SANTANA de Souza, Cb Jaelson AMARAL Ramos, Cb SILVANO Lima da Silva, Cb Eliel Silva NUNES, Sd Jorge LÚCIO Virgilino, Sd SÉRGIO dos Santos, Sd Walter Ferreira JÚNIOR, Sd CLEIDA Vieira Pereira, Sd Adeildo Feliciano VITAL da SILVA, Sd André Montbeller SEXTARO, Sd Juliano César SALLES, Sd André PEDRA Ribeiro, Sd Francisco Isânio VERAS da Silva, Sd Norberto GUIMARÃES Rodrigues, Sd Katiúcia AHNERT, Sd Rodrigo Miranda PINHEIRO

Fonte: P/1 – BME, 13 de dezembro de 2009.



Foto 7 – Todos os integrantes da Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais da PMES, em 13/12/2009.

14.1 OS 15 ANOS DA COMPANHIA DE OPERAÇÕES COM CÃES DO BME/PMES

O Comandante Geral da PMES, Coronel PM Oberacy Emmerich Júnior e o Comandante do BME, Tenente Coronel PM Glauco Carminat Rodrigues, promoveram no dia 13 de dezembro de 2009 o Seminário “Cuidados

Caninos”, em comemoração aos 15 anos da Companhia de Operação com Cães do Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com a seguinte programação:

- das 8 às 8h30: Recepção;
- das 8h40: Abertura do evento;
- das 8h40 às 9h30: Palestra sobre “Zoonoses”;
- das 9h30 às 9h50: Coffee Break
- das 9h50 às 10h40: Palestra sobre ‘Cuidados caninos’
- das 10h40 às 11h30: Palestra: “Histórico e Perspectivas da Cia de Op com Cães”;
- das 11h30 às 12 horas: Entrega de Certificado e Sorteio de Brindes.

O seminário comemorativo proporcionou uma ação social, pois a inscrição foi feita mediante a entrega de dois quilos de alimentos não perecíveis nas filiais da Climev-Clínica Veterinária, nos municípios de Vitória, Serra e Vila Velha, os quais foram doados a uma instituição beneficente.



Foto 15 – Os pesquisadores da obra: À esquerda Cabo PM do BME, José Maria Gonçalves da Cunha, ao centro Coronel PM RR Gelson Loiola e a esquerda a Soldado PM do BME Cleida Vieira Pereira, na sala de livros do Arquivo Geral da DP/PMES, no QCG, em Maruípe, Vitória-ES, 2009.

É justamente com este evento que encerramos a nossa prazerosa pesquisa de contar mais uma parte importante da encantadora história da nossa briosíssima Polícia Militar do Espírito Santo.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos pioneiros que comporam o primeiro quadro do Canil da Corporação capixaba se constitui em um marco importante para a história da Polícia Militar do Espírito Santo, pois, deram início a partir de 7 de agosto de 1970 uma nova modalidade de ação policial com o emprego de cães que havia sido de-

sativada em 1976 e reestruturada em 1994, provando serem competentes para a execução da árdua e difícil arte de mediar os conflitos sociais resultantes da violência que assola a sociedade capixaba.

E, sem qualquer sombra de dúvida, os cães e todos os seus adestradores que hoje integram a Polícia Militar do Espírito Santo, a quem dedico esta obra, merecem as nossas homenagens por construírem e continuar a construir a importante história de suas participações no sucesso das Corporações Policiais Militares ao longo de suas existências, e por ser eterna, a história continuará.

REFERÊNCIAS

A CAUSA foi modificada. Disponível <<http://acausafoimodificada.blogs.sapo.pt/351823.html>> Acesso em 19 nov. 2009.

CÃES de Guerra. Disponível: <http://www.animalworld.com.br/caes/ver.php?id=215>.

Enciclopédia Barsa. V. 3. Cão. São Paulo: Britânica do Brasil, 1997.

RIO DE JANEIRO (Polícia Militar). **Companhia policial de cães.** Disponível em: <<http://www.pmerj.org/companhia-policial-de-caes/>>. Acesso em 19 nov. 2009.

DEPOIMENTOS, **policiais Militares componentes do primeiro efetivo do Canil da PMES.** Informações pessoais. Vitória – ES, 2009.

ESPÍRITO SANTO (polícia Militar), **Aditamentos, Boletins Diários, Especiais e Assentamentos, 1970 – 2009.** Vitória: Arquivo Geral da PMES, QCG.

_____. (Batalhão de Missões Especiais). Livro de registro de Cursos e estágios. P/3 – BME, Vitória-ES.

_____. O Batalhão de Missões Especiais. Disponível em: www.pm.es.gov.br, 2009.

LOIOLA, Gelson. **A evolução histórica do primeiro batalhão de polícia militar do espírito santo** – 1º BPM. Vitória: GSA, 2009.

RIBEIRO, Alessandro Frankie Borges. **A valorização do trabalho com cães e sua influência na melhoria da segurança pública.** Monografia (Curso Especial de Segurança Pública) – APMBB/PMESP, São Paulo, 2005.

VALLE, Vitor Batista do. **O uso de cães como ferramenta na resolução de ocorrências críticas. Série Práticas e Saberes policiais, n. 1, ano I, abril de 2009.** Disponível em <http://www.policiasysociedad.org/userfiles/vitor_batista.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2009.

CORRUPÇÃO POLICIAL E A TEORIA DAS “MAÇÃS PODRES”

JORGE DA SILVA ²

O que fazer contra a corrupção policial? Em geral, as propostas de solução para o problema vão mais ou menos na mesma direção: proceder a uma depuração radical, com a punição rigorosa dos corruptos e a sua pronta expulsão dos quadros da polícia para que não “contaminem” os bons; selecionar candidatos a policiais honestos (“sem vícios”), e treiná-los no marco da lei e dos direitos humanos. Para isso, deveriam ser criadas ou reforçadas as corregedorias e ouvidorias, e reformulados os currículos das academias. Por outro lado, os policiais deveriam ser remunerados condignamente. Em suma, verdadeira receita de bolo, palatável a eruditos, informados e leigos.

No início de 2001, fui convidado a participar, na Polônia, de um encontro de acadêmicos e executivos públicos de vários países para discutir, em reuniões fechadas, o tema da corrupção (“Corrupção: Uma Ameaça à Ordem Mundial”). Os patrocinadores (o “International Police Executive Symposium” – IPES e o Ministério do Interior e da Administração polonês) pediam aos participantes que as exposições fossem acompanhadas de um texto para posterior publicação em livro coletivo. Como eu dispunha de mais de dois meses para escrever o texto, despreocupe-me. Achava que seria fácil; que, de uma só sentada, daria cabo da tarefa. A mais ou menos uma semana da viagem, resolvi escrevê-lo. Entrei em pânico, pois não consegui sair do primeiro parágrafo, preso à idéia de que a solução era realmente punir com todo rigor os desviados, excluí-los, selecionar novos policiais, e mudar os currículos. E eu, que tinha de escrever entre dez e quinze páginas? Como? Só então, às pressas, fui dar uma estudada no assunto de forma objetiva. Logo constatei que, em se tratando da atividade policial, o que chamam de “teoria das maçãs podres” constitui-se numa falácia, grosseira simplificação. Ainda que o caminho fosse esse, ficaria faltando saber, antes: Quem são os corruptos da polícia? Quantos e quais são? O que é um candidato a policial “sem vícios”? Um treinamento adequado para fazer o quê?

¹NOTA PRÉVIA. O presente artigo é a tradução resumida e adaptada, de DA SILVA, Jorge. “Fighting Police corruption in Brazil: The case of Rio de Janeiro”. In: SARRE, Rick et al. (Orgs.). Policing corruption: International perspectives. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2005, v. 1, PP. 247-258.

²Coronel da Reserva da Polícia Militar do Rio de Janeiro – PMERJ. Pesquisador e Escritor. Doutor em Ciências Sociais (UERJ). Pós-Doutorado na Universidade de Buenos Aires. Professor Adjunto da UERJ. Site: www.jorgedasilva.com.br.

Corrupção Individual x Corrupção Sistêmica

É fato conhecido que um dos principais problemas de gerência com o qual se defronta qualquer autoridade governamental ou executivo da polícia é a luta contra a corrupção policial. Essa tarefa parece mais fácil em sociedades democráticas estabelecidas do que nas emergentes ou em transição, devido à relativa transparência inerente às primeiras e à opacidade das segundas.

Lutar contra a corrupção policial de forma objetiva é empreendimento a ser necessariamente precedido de pelo menos três indagações: (a) qual é o nível de corrupção existente na polícia em relação ao que se poderia considerar nível “zero”?; (b) qual o nível de corrupção geral existente na sociedade em que se cogita combater a corrupção policial?; e (c) num ambiente determinado, o que estaria pesando mais: os desvios isolados de policiais com fraqueza de caráter ou a estrutura social e/ou os modelos gerenciais que favorecem a corrupção sistêmica?

Estas não são questões fáceis de responder; porém, por alguma razão, sequer costumam ser formuladas. As ações contra a corrupção policial são adotadas quase sempre de forma reativa, sobretudo em função da divulgação pela mídia de casos pontuais. Nessas ocasiões, o contexto social e/ou organizacional parece não ter maior importância, sendo a polícia tratada como se tivesse existência no vácuo ou como um apêndice da sociedade, e os policiais envolvidos tratados pelos dirigentes como “maças podres”, exceções à regra da integridade institucional.

O cerne do meu argumento diz respeito ao escapismo contido nessa forma moralista, no mau sentido, de enfrentar a corrupção policial. Na verdade, colocando-se a “culpa” pela corrupção organizacional nos que são eventualmente apanhados com a mão na massa, parece que todos, nas organizações, no governo e na sociedade em geral, estariam isentos de qualquer responsabilidade. Este quadro torna possível, por exemplo, que pessoas participantes de esquemas de corrupção se apresentem publicamente dando apoio a campanhas moralistas anticorrupção na polícia como se fossem arautos da moralidade. Daí por que, sempre que explodem os escândalos, lá estão cidadãos até então “acima de qualquer suspeita”, participe da corrupção sistêmica, estrutural.

O texto divide-se em três partes. Inicialmente, faz-se uma breve aproximação teórica sobre a corrupção, mostrando-se como a mesma tem sido analisada ultimamente em diferentes sociedades. Depois, tendo em mente a sociedade brasileira, analisa-se a corrupção em seu aspecto societário, indagando da relação que possa existir entre a corrupção como um mal que afeta a sociedade como um todo e a corrupção exclusivamente policial. Em terceiro lugar, levantam-se as dificuldades enfrentadas para lutar contra a corrupção policial, com ênfase em algumas características sociais que contribuem para essa dificuldade, como, no caso do Rio de Janeiro, a incoerência de se incitar a polícia à truculência (há mesmo quem, explícita ou veladamente, prefira que os policiais executem os criminosos em vez de prendê-los) e de querer que essa mesma polícia seja íntegra. E finalmente apresentam-se

algumas sugestões.

Corrupção como Tema de Estudo

A luta contra a corrupção é complicada por inúmeros fatores; porém a dificuldade básica é definir o que seja a corrupção, independentemente de sua definição legal, que varia enormemente de uma sociedade para outra. O termo tem sido empregado para se referir a um amplo espectro de ações. Pode ser usado para designar ações ilegais ou antiéticas perpetradas por pessoas em posição de autoridade ou de confiança no serviço público, ou por cidadãos e empresas em sua relação com os agentes públicos. Conseqüentemente, parece claro que a luta contra esse mal não pode ser confinada ao setor público e restringir-se a medidas punitivas, penais e administrativas, dirigidas a agentes individuais, pois não há dúvida de que a corrupção interna quase sempre depende da relação entre as autoridades e os cidadãos.

Antes de partir para o enfrentamento da corrupção, é mister que se esteja cômico de sua complexidade e das diferentes perspectivas a partir das quais se pode abordá-la. É possível que estejamos falando de corrupção como uma questão filosófica, especulando sobre valores morais e éticos. Ou vendo-a de uma perspectiva econômica, como um subproduto do capitalismo. Ou como questão político-cultural, indagando, por exemplo, por que em determinados países a “grande corrupção” é punida com penas duras, incluindo a pena de morte, e em outros com penas brandas, quando chega a ser punida. Ou como tema criminal, quando a corrupção é vista simplesmente como uma infração da norma penal, descartadas as considerações filosóficas, econômicas e político-culturais, como é comum acontecer no Brasil.

Assim, pensar em enfrentar a corrupção de forma reativa, tendo em mente apenas a racionalização do direito penal, é definitivamente uma atitude reducionista. O código penal é um instrumento formal, tipificando condutas individuais em abstrato. Acontece que estamos falando de relações concretas, que explicam a corrupção muito mais como um sistema de vasos comunicantes. Na sociedade brasileira, por exemplo, além do peculato, que consiste na apropriação, pelo funcionário, de dinheiro ou outros bens públicos (Conferir Art. 312 do Código Penal); da extorsão, que consiste na obtenção de vantagem com o uso da violência ou grave ameaça (modalidade muito praticada por maus policiais (Conferir Arts. 158-160)), a legislação penal distingue formalmente entre “corrupção passiva”, crime cometido por servidor público, que consiste em “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” (Art. 317) e “corrupção ativa”, crime cometido pelo cidadão comum, consistente em “Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício” (Art. 333). A legislação ainda distingue a concussão, cuja diferença da corrupção passiva reside no fato de o funcionário “exigir” a vanta-

gem.

Oliveira (1994:66) discorre sobre algumas peculiaridades do direito brasileiro em relação ao de outros países na caracterização do crime de corrupção e similares. Mostra, por exemplo, que em determinados países, como a Itália, o crime é dito bilateral, a partir do entendimento de que corrupto e corruptor praticaram o mesmo crime, diferentemente do Brasil, em que é considerado crime autônomo. Um ponto que merece um comentário especial refere-se à natureza da autoridade do policial. Esse autor, esclarecendo a diferença entre os três tipos de ato do funcionário público (vinculado, discricionário e arbitrário), mostra que, em se tratando de corrupção, a discricionariedade pode ser usada, ou não, para favorecer comportamentos corruptos, pois o ato discricionário:

“é daqueles atos em que a lei regula a competência, a forma e a finalidade e deixa o mais à prudência da autoridade. Cabe a essa avaliar a oportunidade, a conveniência e o modo de realização do ato. A rigor, discricionário é o poder da autoridade, não propriamente o ato por ela praticado no exercício desse poder.”

Assim, diante de uma situação concreta, essa avaliação pode ser comprometida pelo interesse escuso da autoridade. Em se tratando do policial, não é difícil imaginar o grande número de situações em que o seu poder discricionário (poder de que, em determinadas situações, é investido até mesmo o policial menos graduado), pode ser usado por ele próprio, “solicitando” ou “exigindo” vantagem para praticar ou deixar de praticar ato de ofício; ou usado pelo particular para “oferecer” ou “prometer” vantagem indevida, ou seja, para praticar o suborno. Tais sutilezas da legislação brasileira, principalmente o fato de a corrupção passiva e a ativa serem crimes autônomos, talvez sejam parte da explicação do porquê de ser comum que funcionários que tenham recebido dinheiro em tais circunstâncias acabem enfrentando acusações criminais sozinhos, sem que os corruptores o sejam[1].

Pode parecer que esses comentários sobre a legislação sejam exabundantes; porém eles são apresentados por dois motivos: primeiro, para que fique claro que a legislação não dá conta da corrupção policial sistêmica, organizacional; e segundo, para jogar luz no outro lado da moeda. Exceto nos casos de extorsão e de concussão principalmente, boa parte da corrupção policial é induzida pelo comportamento corrupto de maus cidadãos.

Este fato não pode ser usado para justificar a corrupção policial, porém a luta contra ela implica a conscientização ético-moral da população em geral, e, mais que tudo, dos jovens. Se, de um lado, há funcionários prontos a participar de esquemas corruptos, é preciso reconhecer que, de outro lado, há cidadãos supostamente honestos, viciados em oferecer-lhes propinas e em tentar suborná-los. Questão político-cultural, como vimos.

Não é só no Brasil que a corrupção tem sido abordada de maneira moralista, como desvio individual de caráter, ou seja, de uma forma que poderíamos

chamar de moralista-individualista. Algumas análises sobre o assunto, contudo, têm ido além dessa perspectiva, como é o caso do estudo de Carvalho (1987: 61-82), o qual afirma que a corrupção não deve ser encarada como um fenômeno isolado ou como um mal que se possa curar simplesmente demitindo os agentes “contaminados”.

Para esse autor, o principal problema é a corrupção sistêmica, quando se inverte a ética da organização e a violação das normas se torna o padrão de conduta. Em tal contexto, os que se dispõem a seguir as normas podem ver-se em apuros. O que dizer dos policiais que querem agir corretamente, mas que percebem que fogem ao padrão do que é aceito como “normal” por muitos?

“Nos atos ilícitos isolados, providências internas (originadas na própria organização) são suficientes para corrigir desvios e restabelecer o respeito à norma. O mesmo não se dá com a corrupção sistêmica, quando a organização assume um caráter ‘cleptocrático’, contrariando por seus atos e omissões o prescrito nas leis [...]. Não se corrigem os desvios sistêmicos com o afastamento de seus beneficiários. Mudam-se os atores, mantêm-se os papéis. Trocam-se os artistas, mas se preserva o enredo da peça”. (p. 73)

Em certo sentido essa visão corresponde à de Harberfeld et al (2000: 41-72), que distinguem a “abordagem individualista” da corrupção (moralista) da “abordagem organizacional” (sistêmica). De fato, a corrupção é muito mais do que um mero defeito moral atribuído a indivíduos isolados. Ela também é isto, mas se torna realmente uma grande questão quando assume forma sistêmica e se espalha por toda uma sociedade ou determinada organização. A idéia de combater a corrupção policial com a “teoria das maçãs podres” desconsidera o dado de que os casos sempre tidos por governantes e dirigentes da polícia como isolados, podem refletir muito mais um problema organizacional, do sistema em que a polícia está inserida, do que corresponder a um defeito moral deste ou daquele policial. Daí concluir-se que o combate aos casos individuais deve ser parte de uma estratégia mais abrangente, em que a responsabilidade dos governantes e autoridades pelos desmando da polícia e pela corrupção policial sistêmica seja avaliada.

Corrupção como Problema Societário. Abordagens

Nas últimas duas décadas, a comunidade internacional tem mostrado grande preocupação com a corrupção. Os países em desenvolvimento têm sido retratados como sendo mais vulneráveis a ela do que os países avançados, e esta avaliação, embora até certo ponto seja procedente, não leva em conta que grande parte da corrupção nos países em desenvolvimento tem muito a ver com as relações comerciais destes com aqueles. Portanto, um aspecto relevante da questão que não se deve deixar de lado é a necessidade de compreensão clara dos valo-

res culturais da sociedade em análise. Se considerarmos o contexto brasileiro, por exemplo, veremos que, além de ser um país em desenvolvimento, o Brasil continua a exibir em sua estrutura social fortes marcas do patrimonialismo, em que público e privado às vezes se misturam como numa oligarquia.

Uma importante contribuição para o entendimento da corrupção como um problema societário é o estudo de Carvalho, citado acima, que identificou, além da concepção tradicional(ista) das “maçãs podres”, outras três formas de abordar a corrupção. As quatro abordagens identificadas por ele são as seguintes:

(1) Abordagem Tradicionalista

Também chamada de moralista-individualista, trata-se de uma abordagem em que a corrupção é vista como um desvio das normas por estes ou aqueles indivíduos que, descobertos, passam a ser tidos como possuidores de falhas de caráter. Baseia-se na crença de que, retirando-se os indivíduos desviados do convívio dos bons, as coisas voltariam à ordem desejável.

(2) Abordagem Funcionalista

Os funcionalistas preocupam-se com o contexto em que as práticas corruptas ocorrem. Segundo essa visão, o nepotismo, o suborno e outras práticas corruptas podem desempenhar funções sociais positivas, e mesmo integradoras, dependendo do contexto sócio-cultural. É uma visão não-moralista, que favorece a manutenção do status quo.

(3) Abordagem Evolucionista

Segundo essa visão, a corrupção será banida na medida em que a sociedade evolua. Mudanças para melhor serão o resultado inevitável da modernização. Valores e métodos externos provenientes das sociedades desenvolvidas exerceriam forte influência sobre as subdesenvolvidas, forçando as mudanças.

4) Abordagem Ético-Reformista

Os ético-reformistas não descartam o aspecto ético-moral da corrupção, porém concentram-se na sua forma sistêmico-organizacional. Pensam que as mudanças podem ocorrer independentemente da modernização se forem envidados esforços no sentido de destruir os sistemas que favorecem a corrupção.

Se pensarmos nos freqüentes escândalos acontecidos em muitos países, e também no Brasil, fica claro que a abordagem tradicional tem tido o efeito de fortalecer a corrupção sistêmica, num interminável círculo vicioso, do qual se pensa sair com a produção de normas e mais normas voltadas para desvios supostamente individuais. Tal fórmula se presta a que pessoas participantes da corrupção sistêmica, como já mencionado, articulem uma retórica moralista, desviando a atenção de todos para casos pontuais.

Em nenhuma hipótese se pode justificar a corrupção policial, pois os policiais são os primeiros guardiões da lei e da ordem. Porém, isto não significa que se possa lutar contra a corrupção policial sem fazer conta do contexto em que a polícia atua. Sem que se avalie se as “expectativas da população” em relação ao comportamento dos policiais guarda coerência com a forma de a população relacionar-se com

eles. A propósito das “expectativas da população” deve-se estar sempre atento para o fato de que a indignação contra a corrupção policial pode não corresponder à indignação contra a corrupção em geral, pois a população sempre espera um comportamento íntegro da polícia, validando um princípio que deve nortear as políticas anticorrupção na esfera policial: em toda sociedade, a população espera ter uma polícia íntegra, a despeito dos níveis de corrupção vivenciados por esta mesma sociedade. É óbvio que isto é uma complicação, mas não deve servir de desculpa para justificar a corrupção no seio da polícia.

O Rio de Janeiro ofereceu, em 1994, um exemplo perfeito desse princípio. Refiro-me ao escândalo do “jogo do bicho”. Quando membros do Ministério Público e da polícia estadual apreenderam os arquivos do “chefão” do jogo, descobriram que os policiais envolvidos não estavam sozinhos na lista das propinas. Lá estavam também, em número expressivo, cidadãos supostamente honestos de diferentes setores da sociedade, das áreas pública e privada, inclusive políticos. Este exemplo mostra que a corrupção há que ser enfrentada em todas as suas dimensões. Mostra também que o Rio de Janeiro, pelo menos em 1994, era um caso acabado de uma sociedade em que a tolerância à ilegalidade e à corrupção atingira provavelmente o seu ponto mais alto.

Ao discorrer sobre a corrupção policial especificamente, Haberfeld et al (Op. cit: 42) também criticam a abordagem tradicionalista, a qual, segundo eles, é “por vezes chamada de teoria da ‘maçã podre’”. Para esses autores, medidas burocráticas limitadas aos cuidados com a seleção do pessoal e ao rigor com os agentes corruptos são insuficientes, pois a corrupção policial apresenta características que a tornam particularmente difícil de controlar e medir, tais como: a relutância dos policiais em relatar atividades corruptas de seus colegas (o código do silêncio); a relutância dos administradores policiais em admitir a existência da corrupção sistêmica; e o fato de a típica transação corrupta beneficiar ambas as partes envolvidas. Interessados na mensuração objetiva da corrupção, esses autores entendem ser mais fácil medir os meios usados para resistir à corrupção como um problema organizacional, do que tentar medi-la como um problema de fraqueza de caráter destes e daqueles policiais. Esses autores apresentam então uma lista das “dimensões mensuráveis” da corrupção:

(1) Regras organizacionais

Refere-se à maneira como as normas são elaboradas, comunicadas e compreendidas. O problema aqui é a diferença entre o que é formalmente considerado proibido (por exemplo, trabalhar nas horas de folga, receber favores, gorjetas, pequenos presentes, refeições grátis) e a política não-oficial da corporação de ignorar informalmente tais comportamentos. Exemplo típico desse “arranjo” é o “bico” dos policiais no Rio de Janeiro, proibido por lei, mas tolerado pelas cúpulas das forças de segurança e pelo Governo.

(2) Técnicas de controle da corrupção

Refere-se ao espectro de providências e atividades empregadas para preve-

nir e controlar a corrupção policial (educação ética, investigação proativa e reativa, testes de integridade, disciplina e punição etc.).

(3) “O Código”

Refere-se ao código do silêncio, isto é, ao nível de consenso informal sobre o que não deve sair do círculo restrito dos policiais, impedindo-os de relatar o mau comportamento dos colegas envolvidos em práticas corruptas.

(4) Influência das expectativas da população

Tem a ver com o nível de influência sobre as instituições e agências, exercido pelo ambiente social e político em que as mesmas operam, influência esta que pode variar até em áreas da mesma cidade ou bairro. No Rio de Janeiro, a influência de moradores das camadas altas da Zona Sul em relação à dos moradores de favelas e periferia, por exemplo.

Com efeito, essas “dimensões mensuráveis” são mais fáceis de medir. É possível mensurar o aparato normativo de uma organização para lidar com a corrupção e como, na prática, ele funciona; igualmente, não é tão complicado listar as técnicas preventivas utilizadas na seleção, na formação e na disciplina interna; idem no que tange ao nível de acobertamento mútuo entre os policiais; e bem assim mensurar o grau de expectativa, positiva ou negativa, em relação ao seu comportamento. Os autores demonstraram a possibilidade de se proceder a essa mensuração em pesquisa por eles realizada com a aplicação de questionários em que utilizaram a técnica de “survey”. Pediram a integrantes de polícias de alguns países que avaliassem a corrupção na sua corporação. Foram apresentados onze cenários hipotéticos de situações que poderiam ou não ser consideradas corruptas, a fim de que eles opinassem, variando as situações entre aceitar uma refeição de graça a casos mais graves, como um de truculência policial. Daí, atos considerados lícitos num lugar podem ser tidos por corrupção em outro.

Em suma, estou tentando chamar a atenção para aquilo a que Klitgaard (1994: 78) se refere como “culturas que favorecem a corrupção”. Como exemplo, ele menciona a sociedade mexicana, onde as relações pessoais desempenhariam um papel importante nesse sentido. Não é diferente no Brasil. O chamado “jeitinho brasileiro”, que muitos brasileiros ainda consideram uma característica cultural positiva, é na verdade, em na maioria dos casos, uma forma de fazer aquilo que é ilegal ou errado. Quando alguém pede a um funcionário público, em especial a um policial, para “dar um jeito”, está na verdade dando a senha para a barganha.

Num país em que praticamente toda semana a mídia relata casos de corrupção envolvendo pessoas de elevada posição na sociedade; em que se divulga que milhões e milhões de dólares têm sido enviados para contas pessoais em paraísos fiscais; em que os altos níveis de corrupção, como percebida pela população, colocaram o País em 49o lugar no ranking da Transparência Internacional[2] relativo ao ano 2000; em que o establishment político no poder tem resistido com todo o vigor à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a

“grande corrupção”; em que a impunidade é percebida pela população como sendo a norma, não se pode esperar ter muito sucesso na luta contra a corrupção policial.

Estas ponderações não devem ser tomadas, repito, como justificativa para a corrupção policial ou como pretexto para não se empreender uma ação vigorosa contra ela, independentemente de qualquer esforço que se faça contra a corrupção em geral. Elas são apresentadas aqui como uma advertência aos que realmente desejam combater a corrupção policial, mas combatê-la como um problema organizacional, sistêmico, e que não queiram ser confundidos com aqueles outros que, no seio da sociedade, articulam o discurso moralista como mero disfarce, procurando realçar as mazelas da polícia com o propósito de sair do foco. Em se tratando de mensuração, uma boa providência seria desenvolver uma pesquisa para saber em que nível se situa a prática do suborno (e de sua tentativa) na sociedade brasileira. Como se sabe, não são só bandidos que tentam subornar policiais e outros operadores do sistema de justiça e segurança, oferecendo dinheiro e outras vantagens para corrompê-los. Muitos cidadãos “idôneos” são dados a essa prática.

Corrupção e Truculência Policiais, Irmãos Siamesas

Na atividade policial, corrupção e truculência costumam ser irmãos siamesas, pois ambas as práticas têm a ver com o descumprimento das leis e das normas formais das corporações. Tal equivale a dizer que condescender com a segunda é estimular a primeira, sendo redondo contra-senso estimular uma e abominar a outra. É o que se observa no Rio de Janeiro. Ora, não se pode pensar em combater a corrupção policial na cidade sem levar em conta o seu sistema social; sem levar em conta o fato aparentemente óbvio de que se trata de uma cidade brasileira, e de que estamos falando de um país latino-americano. O Brasil foi um imenso palco onde a escravidão e o colonialismo europeu foram praticados durante séculos, com a opressão de milhões e milhões de negros e indígenas. Em 1872, a população era constituída de quase dois terços de não-brancos de ascendência africana. E não se deve esquecer de que o País esperou até as vésperas do século XX (1888) para abolir a escravatura. Ora, é desnecessário explicar como os escravos e libertos eram controlados. A polícia, que sucedeu formalmente às milícias privadas dos proprietários de terras, continuou com a tarefa de “controlar” os ex-escravos e seus descendentes. Dados relativos ao censo de 2000 dão conta de que 45,3% de seus 169 milhões de habitantes (mais ou menos a mesma proporção do Rio) mostram na cor da pele a ascendência predominantemente africana. Hoje, como sustenta Peralva (2000), a “continuidade autoritária”, acentuada durante o regime militar, representa um obstáculo a qualquer tentativa de reforma das instituições encarregadas da ordem pública no sentido de sua democratização.

Para complicar, sendo um país latino-americano, o Brasil foi afetado de forma muito peculiar por duas “guerras”: a “guerra ao comunismo” e a “guerra às drogas”, ambas tendo o efeito de produzir mais violência entre os brasileiros e, no caso desta

última, de aumentar a criminalidade organizada e seu subproduto vital: a corrupção. Em suma, sem falar das elevadas taxas de desemprego e do enorme fosso social entre pobres e ricos, estamos falando de uma cidade cujas características sociais favorecem a criminalidade e a corrupção.

Há consenso em que o Rio de Janeiro é uma “cidade partida”, como a descreveu Ventura (1994) e como Da Silva (2000:121-30) reforçou. De um lado, a cidade dos “cidadãos”; de outro, a cidade dos “suspeitos”. No meio, as forças da ordem, hesitando entre operar segundo os cânones de uma sociedade democrática ou fazê-lo de acordo com a tradição autoritária, demandada por setores com mais poder e voz na sociedade. Ora, num país fortemente marcado pela assimetria social, não é difícil imaginar o que acontece com as forças de segurança. Dependendo do contexto, o “comportamento policial”, para usar a expressão de Wilson (1978) varia em função de as comunidades serem consideradas “perigosas” ou “inofensivas”, e os indivíduos serem rotulados a priori como “cidadãos” ou “marginais”, tudo em conformidade com as idiossincrasias tanto das corporações policiais, as quais se alinham às idiossincrasias de setores com mais poder e voz na sociedade. Dependendo do contexto, portanto, os detentores do poder podem ser levados a imaginar que a função da polícia é somente manter a ordem, o que pode ser confundido com manter a ordem tradicional, informal, e não a ordem democrática, constitucional. Nesse quadro, os freqüentes atos de truculência são descritos como exceções à regra, com a mesma lógica das “maças podres” no que se refere à corrupção. Assim, tomados os erros como exceções, a sociedade fica à mercê de outros problemas: (a) os executivos da polícia e os policiais mais graduados não são questionados quanto a decisões equivocadas e às suas habilidades gerenciais; (b) os atos não revelados abertamente continuam a ser cometidos de forma sistêmica; (c) os policiais de baixo escalão são usados como bodes expiatórios por seus superiores e governantes sempre que desvios específicos vêm à tona.

Problemas Gerenciais

Se se pretende empreender uma ação decidida contra a corrupção policial sistêmica, entendo que pelo menos três principais problemas gerenciais devem ser resolvidos de antemão, conforme já mencionei alhures[3]: primeiro, o da falta (ou debilidade) de um sistema de responsabilidade objetiva (accountability); segundo, o que poderíamos chamar de “motivação negativa”; e terceiro, a conexão brutalidade-corrupção.

Por “falta (ou debilidade) de um sistema de responsabilidade objetiva (accountability)”, refiro-me à ausência de um sistema que estabeleça claramente a relação entre autoridade e responsabilidade, nos diferentes níveis hierárquicos, em função das responsabilidades organizacionais atribuídas a priori aos chefes e policiais em caso de má conduta dos integrantes da instituição. Deve-se notar que o discurso das “maças podres” é freqüentemente usado por executivos da polícia e

pessoal de alto escalão como forma de escapar à responsabilidade, numa estratégia que se poderia chamar de “culpismo escapista”, sempre dirigida aos que estão em baixo.

Por “motivação negativa”, refiro-me ao antagonismo sistemático contra as entidades de direitos humanos que autoridades, políticos e até comentaristas da mídia costumam colocar em seu discurso, afirmando abertamente que a ação dessas entidades objetiva a proteção de criminosos. A prevalência desse discurso tem tido um duplo efeito entre os policiais: ele realmente os motiva a agir, mas levando-os a se imaginarem com autoridade e poder são ilimitados, o que leva necessariamente à brutalidade.

Por “conexão brutalidade-corrupção”, quero reafirmar a corrupção e a truculência são irmãs siamesas. Isto não significa que todo policial corrupto seja truculento, mas que, em ambiente formalmente democrático, nas ruas, o policial truculento (que usa o poder e a arma de fogo com desrespeito às leis) tende a ser também corrupto. Na verdade, apenas aqueles policiais violentos conseguem acumular cacife para, por exemplo, barganhar com traficantes igualmente violentos.

Na luta contra a corrupção policial, pode ser considerado um guia de grande utilidade o contido no relatório do “Fórum Global do Vice-Presidente sobre a Luta contra a Corrupção: Salvaguardando a Integridade entre Autoridades da Justiça e da Segurança”, realizado em Washington, D.C. (1999). Em tal relatório são relacionados doze princípios orientadores, dos quais podem ser destacados três como os mais importantes:

- (a) Estabelecer códigos de conduta éticos e administrativos que proscravam conflitos de interesses, assegurem o uso adequado dos recursos públicos e promovam os mais elevados níveis de profissionalismo e integridade.
- (b) Assegurar que a mídia e o público em geral tenham liberdade para receber e partilhar informações sobre assuntos relacionados à corrupção, sujeitando-os apenas às limitações ou restrições que são necessárias numa sociedade democrática.
- (c) Promover, encorajar e apoiar, em bases contínuas, a pesquisa e a discussão pública de todos os aspectos que se refiram a assegurar a integridade e prevenir a corrupção entre funcionários da justiça e da segurança, assim como outros servidores públicos cujas responsabilidades se relacionem com a manutenção das regras da lei.

Esses princípios foram elaborados especificamente para enfrentar a corrupção. Uma estratégia mais ampla deveria incluir, e combinar-se com, os três problemas “gerenciais” listados acima.

Conclusão e Sugestões

É possível afirmar que o ponto de partida na formulação de qualquer programa para o enfrentamento da corrupção policial sistêmica deveria ser a consciência das limitações práticas inerentes à abordagem moralista-individualista. Não que se deva negligenciar, na formação dos policiais, a importância dos valores morais. Nada obstante, é preciso reconhecer que terá muito mais efeito dissuasório nessa luta concentrar o foco nas estruturas que favorecem a corrupção, e bem assim elevar os custos da prática corrupta (em relação aos ganhos), com a criação de mecanismos que aumentem de forma substancial as possibilidades de os agentes da corrupção serem descobertos e punidos. Para cumprir tal desiderato, e tendo em mente a sociedade e a polícia brasileiras, seria necessário:

(a) investir em padrões de gestão da segurança pública baseados no princípio da responsabilidade objetiva e solidária dos dirigentes (accountability), principalmente quando a corrupção policial e a truculência tiverem assumido dimensão sistêmica, organizacional. Com isso se evita o círculo vicioso garantido pela “teoria das maçãs podres”, que opera com a lógica da busca culpados na ponta da linha, feitos bodes expiatórios, para eximir da responsabilidade os de cima.

(b) mensurar a corrupção sistêmica, ou melhor, os meios usados para resistir a ela, usando as “dimensões mensuráveis da corrupção” sugeridas por Habermas et al: “regras organizacionais”, “técnicas de controle da corrupção”, “o Código” e “a influência das expectativas da população”, como vimos acima;

(c) criar mecanismos destinados a dificultar a prática da corrupção (e não, deixar que aconteça para punir depois), com isso aumentando as probabilidades de os agentes da corrupção serem descobertos e punidos antes que ela se espraie.

(d) estabelecer uma espécie de “código de integridade”, tendo como objetivo principal substituir o código do silêncio (o “Código”) ou minimizar os seus efeitos;

(e) identificar os tipos de corrupção policial que têm conexão íntima com a brutalidade policial e com o crime organizado. Talvez se chegue à conclusão de que, dependendo da forma que a corrupção assume, seja necessário desenvolver um programa paralelo de combate à brutalidade policial, especialmente quando exercida em comunidades pobres, dominadas por traficantes locais;

(f) adotar os “princípios orientadores” do Relatório do Fórum Global do Vice-Presidente, especialmente os três princípios destacados acima.

(g) criar um sistema de supervisão civil, oferecendo aos cidadãos em geral, e à sociedade organizada em particular (nos diferentes níveis...), mecanismos institucionalizados de acesso para que possam interagir com a polícia e controlá-la, como corregedorias e ouvidorias externas à polícia etc.

(h) direcionar os currículos (e especialmente a metodologia) das academias e escolas da polícia, para disciplinas que respondam às necessidades de uma sociedade livre, tais como: o papel da polícia numa democracia, direitos humanos e cidadania, relações polícia-comunidade, prevenção policial, investigação policial, criminologia, criminalística, informática, patrulhamento preventivo;

(i) modernizar a estrutura da polícia, de modo a ajustá-la aos modelos organizacionais do mundo competitivo de hoje, reduzindo os níveis decisórios e tornando

todos os policiais individualmente responsáveis (accountable) perante a organização e o público;

(j) motivar os policiais de forma “positiva”, com ênfase na importância do seu papel social, a fim de que tenham orgulho dele, além de oferecer-lhes salários decentes e condições de trabalho adequadas; e não motivá-los negativamente, como se devesseser ser honestos para não serem pegos, na base de recompensas passageiras e ameaças de punição. Como a motivação daquele aluno que só estuda se for para ganhar a bicicleta.

Há quem acredite sinceramente que a corrupção policial é um problema em si mesmo, resultado de desvios individuais de caráter, como se cada policial fosse uma ilha, e o seu comportamento não pudesse ser condicionado, para o bem ou para o mal, pelo contexto e pelos interesses internos e externos, de dirigentes, superiores, colegas e setores da própria sociedade. Esperamos – e seria bom que isso não fosse utopia – que uma couraça moral que revestisse os policiais os tornasse infensos a configurações sociais em que os valores morais não tivessem prevalência. Há policiais assim, como há pessoas assim em qualquer setor de atividade. Que bom se fossem todos!... Portanto, enfrentar a corrupção policial sem fazer caso de suas raízes e dos múltiplos fatores que a condicionam em determinado contexto, é atitude que, antes de ser equivocada, é incompreensível. Ou compreensível, se o objetivo inconfessável dos administradores da segurança pública e da polícia é fugir à própria responsabilidade pelos desacertos resultantes muito mais da má gestão do que de outra coisa. Mais fácil pinçar, aqui e ali, indivíduos supostamente desprovidos de moral e jogar neles todas as culpas do sistema. Como se, dentro das instituições (e isto é válido para o setor público em geral) só permanecessem os honestos. Boa receita para não resolver o problema.

Notas

[1] Evaristo de Moraes (Cf. MORAES, 1987:21) observa que o crime de corrupção, previsto no Código Penal, art. 317, § 1º, com pena que pode atingir dez anos de reclusão, “lidera as estatísticas da chamada delinqüência oculta”.

[2] Cf. www.transparency.org/documents/cpi/2000. Como se sabe, o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional classifica os países numa escala que vai de 0.0 (altamente corrupto) a 10.0 (altamente limpo). A Finlândia obteve 10.0 e ficou em primeiro lugar; a Nigéria obteve 1,2 e ficou em último entre os 90 países avaliados; o Brasil obteve 3,9 e ficou em 49o lugar, o que significa que o público no Brasil percebe a corrupção no País como sendo endêmica e muito alta.

[3] CF. DA SILVA, Jorge. “Law enforcement with the community”. In: MENDES, Errol, P. et al. (Editores). *Democratic policing and accountability: global perspectives*. Aldershot, England; Brookfield, USA: Ashgate, 1999, p. 119.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Getulio. “**Da contravenção à cleptocracia**”. In: LEITE, Celso B. *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, pp. 61-82.

DA SILVA, Jorge. “**Fighting police corruption in Brazil: The case of Rio de Janeiro**”. In:

SARRE, Rick et al. (Orgs.). **Policing corruption: International perspectives**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2005, v. 1, pp. 247-258).

_____. “**The Favelados in Rio de Janeiro, Brazil**”. In: *Policing and Society*. The Netherlands: Harwood Academic (Vol. 10, Number 1), 2000, pp. 121-130.

HARBERFELD, Maria R. et al. “**Police officer perceptions of the disciplinary consequences of police corruption in Croatia, Poland, Slovenia and the United States**”. In: *Police practice & research - an International Journal* (Vol. 1, n. 1). Plattsburgh, NY: Harwood Academic, 2000, pp. 41 - 72.

KLITGAARD, Robert E. **A corrupção sob controle**; tradução de Octávio A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 78.

MORAES, Antônio Evaristo de. “**O Círculo vicioso da Corrupção**”. In: *Sociologia da corrupção*. Rio: Zahar, 1987.

OLIVEIRA, Edmundo. **Crimes de corrupção**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

WILSON, James Q. **Varieties of Police Behavior: The Management of Law & Order in Eight Communities**. Cambridge, USA; London, England: Harvard, 2ª ed., 1978.

ACIDENTES COM O SERVIDOR MILITAR DO ESPÍRITO SANTO: análise das causas dos acidentes de trabalho e afastamentos

*Eduardo Rosetti*¹

RESUMO

Com o objetivo de se conhecer as principais causas de acidentes de trabalho dos servidores militares do Espírito Santo foi realizada uma pesquisa nos prontuários arquivados no Hospital da Polícia Militar – HPMS. Dentre os resultados obtidos verificaram-se os principais grupos de atividades causadoras de danos aos militares, tendo sido encontrado que, em 67% dos casos, as lesões não estavam ligadas a atividades que guardavam relação direta com a segurança pública, mas com exercícios físicos no quartel ou fora dele e acidentes de trajeto, representados principalmente pelo acidente com motocicleta.

Palavras-chave: Servidor Militar. Acidentes de Trabalho. Causas.

1 INTRODUÇÃO

Os elevados índices da violência social, o desacordo entre as ações sociais afirmativas e a crescente beligerância dos infratores expõe os militares a uma interface de confronto e evidente perigo.

No caso dos policiais militares como trabalhadores, a falta de atenção específica à sua saúde faz parte do hiato do conhecimento da atividade laborativa em geral, que tem raízes históricas profundas na oposição que o período da ditadura militar no Brasil cometeu a intelectuais e a certos segmentos da população (SOUZA e MINAYO, 2005).

De acordo com Couto (1987), quando as demandas do ambiente exigem mais do que a estrutura psíquica das pessoas possa suportar (responsabilidades acima da competência intelectual, psicológica e física do indivíduo; ambientes de trabalho permanentemente conflituosos e tensos, etc.) evidencia-se o estresse de sobrecarga.

¹ Tenente Coronel Médico da Polícia Militar do Espírito Santo. Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Residência Médica em Cirurgia Geral pela UFES. Pós-graduação em Perícia Médica pela Universidade Gama Filho e Fundação Unimed. Chefe do Departamento de Perícias Médicas do Hospital da Polícia Militar - HPM.

A atuação do servidor militar, no contexto da segurança pública, gera grande exposição a risco de lesões à sua integridade física. Estes riscos não estão somente relacionados aos confrontos gerados nas intervenções sociais, no cumprimento do seu dever. A necessidade de treinar, instruir e capacitar o servidor público militar para o manejo de armamentos, artefatos bélicos, enfrentamentos de situações críticas, embates corporais, resgates, controle de acidentes, intervenção em catástrofes, bem como a realização de exercícios físicos para a preparação de abordagens ou defesa pessoal, contribui também como importante fator gerador de danos corporais e psicológicos aos militares.

A ocorrência de acidentes de trabalho, embora se subordine à existência de múltiplos fatores no plano da corporação militar, segundo Witt (2002):

(...) a satisfação do trabalhador e o envolvimento psicológico saudável com o ambiente de trabalho dependem de como a organização estrutura e gerencia aspectos do trabalho que sejam capazes de oferecer um sistema de compensação justo; crescimento na carreira; participação nas decisões; estimulação da criatividade, bem como feedback sobre desempenho, dentre outros.

2 O MILITAR NO ESPÍRITO SANTO

O servidor militar é um agente público que exige formação complexa e onerosa para o Estado.

No Espírito Santo, a exigências de constante aumento de efetivo nas equipes que realizam atividades de patrulhamento urbano, busca e salvamento, bem como intervenções em distúrbios civis, obriga o militar a dedicar-se maior parte do tempo às atividades operacionais, com prejuízo da alimentação adequada e da atividade física regular. Desse binômio resultam, geralmente, alterações na composição corporal com predomínio da massa gorda.

Ainda que a prática de atividade física no âmbito da corporação militar receba status de atividade regulamentada, habitualmente fica adstrita à atividade esportiva casual, normalmente o futebol.

Diversos autores demonstraram que nessas condições o futebol não só se apresenta insuficiente na adequação dos valores de peso corporal como constitui um grupo de risco.

CARROL, BROOKS, BUTTERLY e GATELY (2001) verificaram que sujeitos praticantes de atividade física de lazer ligeira a moderada apresentavam valores de peso corporal superiores aos sujeitos que realizavam atividade física mais vigorosa.

Os valores de IMC discriminam os sujeitos ativos regularmente no lazer daqueles praticantes casuais de futebol. Estes resultados eram esperados e são reforçados por outros estudos (GIADA et al., 1996; GUO, ZELLER, CHUNLEA & SIERVOGEL, 1999; MATHEWS, HEBERT, OCKENE, SAPERIA & MERRIAM,

1997; ROY et al., 1998 apud MARTINS E RODRIGUES DOS SANTOS, 2004).

Segundo MARTINS E RODRIGUES DOS SANTOS (2004), pode-se afirmar que o grupo que pratica futebol, em relação a outros grupos de atividades esportivas (ciclismo, academia, marcha/corrida), embora não apresentando valores excessivos de gordura corporal é um grupo em risco. Com o avançar da idade, se não conjugarem harmoniosamente os parâmetros ingestão calórica e exercício físico, podem entrar numa situação de sobrepeso com a conseqüente morbidade que lhe está associada.

No caso da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo especificamente, não são as situações de confronto com o transgressor ou ações de natureza operacional militar as maiores causadoras das incapacidades e dos afastamentos do militar de suas funções institucionais.

Baseado em suas observações como perito-médico no Departamento de Perícias Médicas do Hospital da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (HPM), acredito que as atividades de treinamento, instrução, mobilidade e outras ações não relacionadas com a atividade-fim do militar, como a prática esportiva nas instruções de educação física e os acidentes de trajeto, sejam os agentes violentos que mais afetam a saúde desses trabalhadores, afastando-os dos seus postos de trabalho.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Identificar as causas dos acidentes de trabalho no âmbito das corporações policial militar e bombeiro militar do Estado do Espírito Santo que mais produzem incapacidades no servidor militar.

3.2 Objetivos Específicos

3.2.1 Verificar a natureza das lesões em acidentes de trabalho, mais comumente relacionadas com as incapacidades;

3.2.2 Estudar as circunstâncias que favoreceram tais ocorrências;

3.2.3 Identificar os grupos de risco associados ao acometimento de acidentes;

3.2.4 Avaliar os fatores que poderiam contribuir para diminuição da sinistralidade;

3.2.5 Alistar medidas educativas e/ou mudanças de atitudes capazes de reduzir a incidência de acidentes de trabalho no decurso da vida funcional do policial militar.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A identificação dos agentes externos, das condições de trabalho, circunstâncias adversas envolvidas, atividades executadas ou atitudes desenvolvidas pelo trabalhador que, no desempenho de sua função, têm sido capazes de lhe produzir, com maior freqüência, dano à integridade física e emocional, causando incapacidades para o trabalho, têm sido motivo de muitos trabalhos científicos.

Contudo não são freqüentes, na literatura médica, estudos que abordem especificamente a questão do dano corporal e a condição do militar no decurso da sua formação, treinamento e exercício da função institucional.

Examinando a literatura destacamos alguns estudos que abordam assuntos relacionados ao tema em questão. Os efeitos dos ruídos de impacto foram estudados por SILVA, Ana P. et al (2004):

(...) numa população de militares, em um quartel do Exército Brasileiro, com o objetivo de incentivar medidas preventivas para diminuir os distúrbios auditivos causados por essa exposição. Foi verificada perda auditiva em 38,1% dos 97 indivíduos estudados, com padrões otológicos sugestivos de perda auditiva induzida por ruído. Observou-se também que 64,59% dos avaliados não usaram equipamento de proteção individual adequado nos exercícios de tiro. O maior tempo de serviço e a maior idade tiveram correlação direta com maior perda auditiva detectada.

A compreensão das condições de trabalho, de saúde física e mental e da qualidade de vida dos policiais civis, militares e guarda civil do Rio de Janeiro foi motivo de estudo de SOUZA e MINAYO (2005), quando fizeram comparações da taxas de mortalidade nos trabalhadores das três categorias entre si e destes, com as taxas de vitimização no trabalho em agentes de outros estados brasileiros e da população em geral.

No campo da saúde do trabalhador, as categorias que atuam na segurança pública estão entre os segmentos mais vulneráveis a acidentes e morte no trabalho. Houve crescimento nos acidentes de trabalho, desse segmento, nos primeiros anos deste século, mormente em 2003 e 2004. As principais causas de acidentes nesse grupo analisado são as agressões e os acidentes de trânsito. Houve diferenças internas nos tipos e gravidades de lesões observadas nos três grupos de agentes públicos estudados do Rio de Janeiro. Sua comparação com a população em geral mostrou taxas de mortalidade, por violência, muito aumentadas.

Buscando compreender a adesão dos policiais militares às ações violentas, do ponto de vista do policial e de seu grupo, GUIMARÃES et alli (2005) realizaram uma pesquisa de campo, através de um questionário, em que os participantes, 202 policiais militares de diversas graduações e postos, responderam a perguntas e manifestaram sua concordância, ou não, com as ações na participação de um cenário

sobre ações violentas. Os autores demonstraram que um posicionamento individual favorável à defesa dos direitos humanos e, contrário ao autoritarismo, não influenciava significativamente na adesão ou rejeição ao uso de ações violentas:

O resultado corroborou com a concepção de que a continuidade de práticas autoritárias, dentro de um governo democrático, possibilitou a adequação dessas práticas, criando um “regime de exceção paralelo” e que o sucesso de qualquer estratégia de controle da violência policial depende da correção de múltiplos fatores ligados às deficiências sociais.

4.1 O Caso do Servidor Militar

A prática esportiva nas suas diversas modalidades, caracterizados por especificidade na execução gestual e dinâmica, tem merecido destaque por sua importância no contexto da preparação física do militar e na forma de treinamento.

Tal condição determina a necessidade de enfoques particulares relacionados a cada grupo de eventos atléticos que apresentam características técnicas e exigências fisiológicas semelhantes para almejar tanto desempenho físico quanto manutenção da saúde do atleta. Contudo, apesar do acúmulo dos conhecimentos científicos e tecnológicos, dados epidemiológicos referentes às diversas modalidades de atletismo revelam elevada frequência de lesões com perfis multifatoriais. Isso causa preocupação aos profissionais envolvidos, principalmente o afastamento das atividades que interrompe o processo de adaptações orgânicas, influenciando o rendimento e que, em alguns casos, leva à incapacidade permanente para o esporte (PASTRE et al, 2004).

4.2 A Evolução Teórica do Treinamento

Considerando que a teoria do treinamento vem sofrendo profundas alterações com o avanço do conhecimento científico, os parâmetros fornecidos pelos resultados das pesquisas aplicadas fazem com que as avaliações para a determinação das cargas de treinamento sejam mais precisas, minimizando-se as lesões e maximizando-se as adaptações provenientes do exercício.

Há inúmeras pesquisas que tentam explicar os mecanismos que desencadeiam as adaptações ao treinamento, as quais, de caráter eminentemente básico, também fornecem importantes indicativos ao treinamento.

Nos anos 90 o valor das investigações relacionadas aos esportes, de maneira geral, começou a ser verdadeiramente apreciado.

Muitos países que competiram nos Jogos Olímpicos já contavam com pesquisadores para dar suporte aos seus atletas.

Treinadores e atletas buscam saber, por meio de testes, como as sobrecargas do treino nas diferentes fases do treinamento afetam o nível das capacidades e

do rendimento competitivo. Uma estratégia deveria incluir a possibilidade de ajudar os treinadores a desenvolver um entendimento científico e encorajar os investigadores a falar linguagens claras, naturais, na tentativa de diminuir a distância entre a investigação científica e a prática do treinamento (BARBANTI, TRICOLI, UGRINO-WITSCH, 2004).

4.3 O Acidente em Outra Corporação Militar

A questão do acidente em serviço e sua decorrente incapacidade para o trabalho tem sido motivo de preocupação dos serviços de saúde de várias corporações militares do Brasil. Segundo FARIAS (2008):

(...) dos 273 processos de acidente de trabalho registrados na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no ano de 2007, o acidentado mais frequentemente foi homem, Praça e Idade entre 30 e 40 anos. O desempenho da atividade policial acidentada mais do que o trajeto para o trabalho ou para a residência. O futebol é a maior causa de Atestados de Origem na PMDF e não as ocorrências policiais. As doenças mais freqüentes são os traumas e as lesões. A parte do corpo mais afetada nos acidentes de trabalho são os membros inferiores. Tiveram como principais causas a prática esportiva – futebol (28,20%), o desempenho da atividade policial operacional (19,41%), e os acidentes de trajetos representados por quedas de motos (19,04%) e acidentes automobilísticos (9,16%). Na PMDF a maioria dos Acidentes de Trabalho aconteceu durante o turno de trabalho, decorrente de lesões no sistema osteomuscular pela prática de futebol como atividade física não regulamentada.

5. METODOLOGIA

5.1 O Ambiente Corporativo

O serviço de perícia médica da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES) é fisicamente centralizado nas dependências do Hospital da Polícia Militar do Espírito Santo, onde são também submetidos a perícias os bombeiros militares do Corpo de Bombeiros Militares do Espírito Santo (CBMES). Recebe a denominação de Departamento de Perícias Médicas da Polícia Militar.

As atividades no Departamento de Perícias Médicas da Polícia Militar compreendem não só a avaliação de incapacidades dos militares para os diversos fins, mas também a inspeção de controle dos documentos sanitários de origem. Tais documentos constituem o registro regulamentar dos acidentes de serviço e fornecem os dados para as publicações em boletins internos que assentam vida funcional do militar.

A figura central desses documentos na PMES e CBMES é o Atestado de Origem, que consta elementos testemunhais, a prova técnica e a prova de auten-

ticidade, além dos campos relativos aos controles realizados pela perícia médica.

Os processos de indenizações e reforma dos militares acidentados em serviço exigem a regular lavratura e controle desses documentos para a concessão dos direitos previstos em lei.

5.2 População e Amostra

Foi eleita para estudo a população composta por todos os militares do Estado do Espírito Santo, constituídos pelos Bombeiros Militares e Policiais Militares do Estado do Espírito Santo que sofreram acidentes de trabalho, no decurso do ano de 2008.

A amostra selecionada foi constituída por aqueles servidores militares que se acidentaram em atividades caracterizadas como “ato de serviço” e cujos eventos foram devidamente circunstanciados pela administração militar e encaminhados para controle do Departamento de Perícias Médicas, no período de janeiro a dezembro de 2008.

5.3 Tipo de Pesquisa

A pesquisa foi caracterizada como pesquisa documental, uma vez que os dados estudados foram coletados nos boletins de publicações internas da Diretoria de Saúde da Polícia Militar (BI/DS) e nos prontuários médicos dos servidores arquivados no HPMES. Todos os dados foram reunidos numa planilha para análise por categorias.

5.4 Forma de Tratamento dos Dados

No estudo realizado o tratamento dos dados foi, prioritariamente, na forma quantitativa, uma vez que o pesquisador analisou a distribuição percentual das diversas categorias observadas.

6 RESULTADOS

6.1 Número de Militares e Sexo

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares do Espírito Santo possuem servidores de ambos os sexos nos seus quadros. Os acidentados que atenderam os critérios de avaliação proposto para o estudo compreenderam 49 militares, sendo 5 (10%) do sexo feminino e 44 (90%) do sexo masculino (GRÁFICO 1).

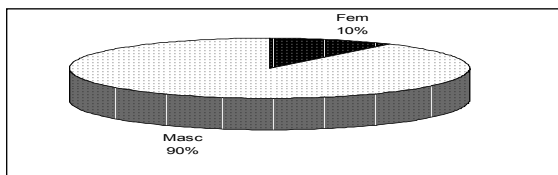


GRÁFICO 1 - Distribuição por sexo

6.2 Corporação de Origem

Quando analisada a especificação da corporação de origem do militar, o grupo de servidores acidentados mostrou elevado percentual (73%) dentre os policiais militares em relação aos (27%) bombeiros militares (GRÁFICO 2).

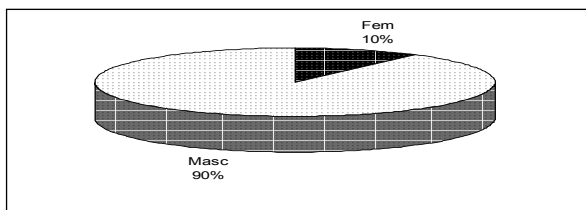


GRÁFICO 2 – Corporação de origem

6.3 Atividade Desempenhada

Avaliando-se a atividade que o servidor desempenhava no cumprimento do serviço de natureza militar no momento em que se deu o evento danoso à sua integridade física, pode-se obter como resultado quatro grandes grupos de eventos, classificados como: Trajeto, Educação Física, Ocorrência e Instrução.

Os eventos classificados como “Trajeto” compreendem aqueles que incidem no servidor militar durante o deslocamento direto de sua residência para o local do serviço e vice e versa.

Os eventos classificados como “Educação Física” são aqueles que atingem o servidor durante a prática de atividade esportiva no período de expediente normal de trabalho, definida como atividade regulamentada na corporação.

Os eventos qualificados como “Ocorrência” são os sofridos durante a execução das atividades operacionais militares de segurança pública.

Os eventos tipificados como “Instrução” constituem aqueles que acometem o militar durante atividades de treinamento, adestramento, capacitação ou outras práticas de natureza militar, cujo objetivo é preparar o servidor para o cumprimento da atividade operacional.

Os valores encontrados para a distribuição da natureza das atividades de-

sempenhadas no momento em que se deu o acidente são respectivamente 16 (33%) – Ocorrência; 14(29%)- Ed. Física; 10 (20%)- Instrução; 9 (18%)- Trajeto (GRÁFICO 3).

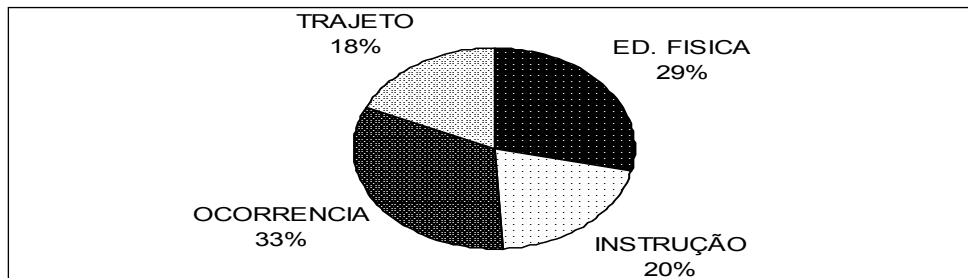


GRÁFICO 3 – Atividades desempenhadas

6.4 Agentes Causadores de Lesão

Através da coleta dos dados procurou-se pesquisar quais agentes ou atividades seriam responsáveis diretos na produção de lesões nos militares, durante a execução das diversas tarefas relacionadas ao desempenho de seu trabalho. O resultado se encontra na Tabela 1. Dentre as atividades executadas pelos militares que se acidentaram algumas merecem destaque pela elevada incidência observada no presente estudo.

AGENTE LESIVO	QUANTIDADE
TAF	1
SALVAMENTO	1
RESGATE	1
QUEDA	1
ÔNIBUS	1
MUSCULAÇÃO	1
MOTO	7
MANUTENÇÃO	1
INCÊNDIO	2
IATISMO	1
FUTSAL	3
FUTEBOL	4
EXPEDIENTE	1
EQUITAÇÃO	6
DEFESA PESSOAL	3
CORTEJO	1
CORTE DE ARVORE	1
CORRIDA	2
CONFRONTO	9
CICLO	1
AUTOMÓVEL	1

6.4.1 Uso de Motocicleta

Avaliando-se os veículos usados pelos militares que sofreram acidentes de trajetos observou-se que, do total de 9 acidentes ocorridos, em 6 (67%) os militares utilizaram motocicletas como meio de transporte, em 1(11%) o militar utilizou trans-

porte coletivo(ônibus) e em 2(22%) deslocavam-se à pé para chegar ao local onde deveriam prestar o serviço (GRÁFICO 4).

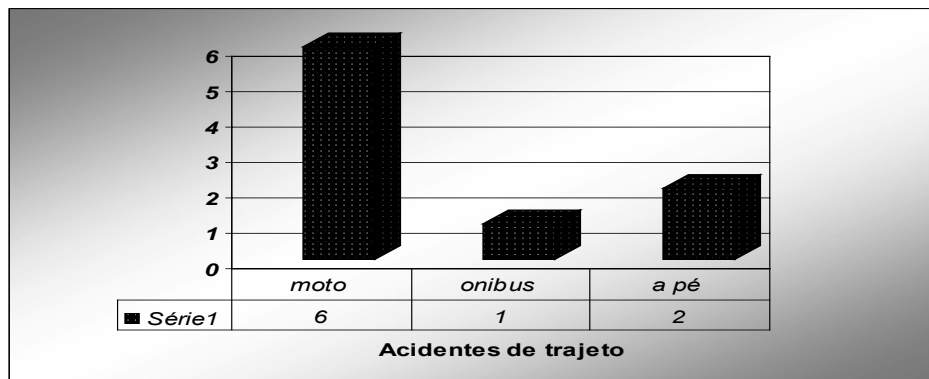


GRÁFICO 4 – Veículo usado no acidente de trajeto

6.4.2 Equitação

A atividade de Equitação, seja na forma do manejo ou adestramento do animal, seja na forma da instrução e preparação do cavaleiro bem como na execução do policiamento montado, contribuiu como a segunda causa isolada de agravo à saúde do militar no exercício do seu trabalho. Contribuiu isoladamente como causador de 12,5% dos acidentes da casuística estudada. Mesmo considerando a peculiaridade da utilização de eqüinos nas ações de segurança urbana, os índices encontrados na participação desse elemento agressor à integridade física do militar merecem reflexão específica por parte da instituição.

6.4.3 Futsal e Futebol

As práticas esportivas de futsal e futebol sempre contribuíram como causadores de lesões corporais nos militares. Este fato já havia sido observado por diversos profissionais de saúde e médicos peritos das instituições militares. Neste levantamento pode-se comprovar essa observação, pois essas práticas contribuíram diretamente com 14,58% dos acidentes de serviço. Estas modalidades esportivas requerem um contato físico rigoroso e manobras de movimentos bruscos que impõem sobrecarga nas juntas e na estrutura muscular geral, mormente dos membros inferiores. Daí o fato de que lesões das articulações dos tornozelos e joelhos sejam muito frequentes nestes esportes. A estes fatos soma-se a inexistência de um profissional de educação física monitorando a instrução, modulando a intensidade dos fenômenos lesivos, realizando uma preparação estrutural dos participantes mediada por profissional de formação adequada.

6.4.4 Confronto

Entende-se a condição do Confronto como todas as ações ou atividades desempenhadas pelo militar no cumprimento de sua missão institucional. Designada também como “atividade operacional”. Nela o militar põe em prática todo o saber corporativo aplicando na realidade urbana o papel constitucional, a saber, realizar o policiamento ostensivo objetivando a preservação da ordem pública. Assim, atuando na linha de frente do combate ao crime, quer preventiva, quer repressivamente, o militar se expõe. Dessa exposição resultam ofensas à integridade corporal ou à saúde. No conjunto estudado este grupo constituiu 33% dos acidentados. Este índice não atinge a expectativa social acerca do tema. Considerando a natureza conflituosa da atividade militar seria cabível especular-se que “a maioria dos acidentes de serviço envolvendo militares teriam origem nos confrontos armados”. Não se poderia supor que esta causa seria “a minoria” nos resultados obtidos.

6.4.5 Acidentes do Bombeiro Militar

Uma categoria abrangente de tipos lesionais variados compreendem as atividades desenvolvidas pelo Bombeiro Militar. Este grupo de tarefas inclui desde combates a incêndios a resgates em diversas circunstâncias. A expectativa de lesões corporais neste conjunto de atribuições também é alta, contudo o resultado obtido na amostra estudada foi que apenas 10,4% de todos os acidentes registrados estavam relacionados com combate a incêndios e resgates, o que traduz uma pequena participação do envolvimento de abordagens nas situações críticas da organização urbana, como incêndios, desmoronamentos, acidentes rodoviários, enchentes e outros, no dano corporal ou à saúde do militar. Esse resultado pode contextualizar um eficiente programa educacional e de treinamento do servidor bombeiro militar na execução de suas tarefas especializadas. Pode também ser reflexo do uso consciente dos equipamentos de proteção individuais (EPI) e práticas adequadas de ergonomia.

6.5 Órgão Lesionado

Os órgãos do corpo atingidos durante os acidentes foram também registrados e categorizados de acordo com os sistemas pertinentes do corpo humano. Verificou-se que o sistema ortopédico esteve mais frequentemente envolvido nas lesões produzidas durante os acidentes dos militares (lesões osteomusculares), numa taxa de 94%, seguido da pele e subcutâneo 4% e sistema respiratório 2% (GRÁFICO 5).

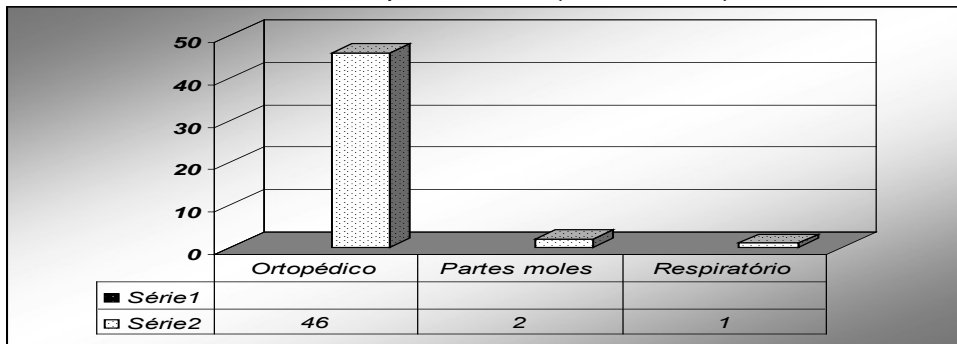


GRÁFICO 5 – Órgão lesionado

6.6 Tempo Médio de Afastamento

Foram computados os dias em que os militares permaneceram afastados de suas atividades, atingindo um total de 2.366 dias. Quando se calculou o período de afastamento médio, em dias, no grupo de acidentados, obteve-se a média de 48,3 dias de afastamento por militar.

6.7 Posto e Graduação

Avaliando-se no grupo estudado a distribuição dos diversos postos e graduações encontrou-se expressiva participação da graduação de Soldado com 68% do total analisado, seguida pelos grupos de Sargentos e Cabos com 12% cada um. Os oficiais tiveram menor participação estatística com 6% de Ten e 2% de Capitão, sendo que os demais postos do oficialato não tiveram participação no grupo estudado (GRÁFICO 6).

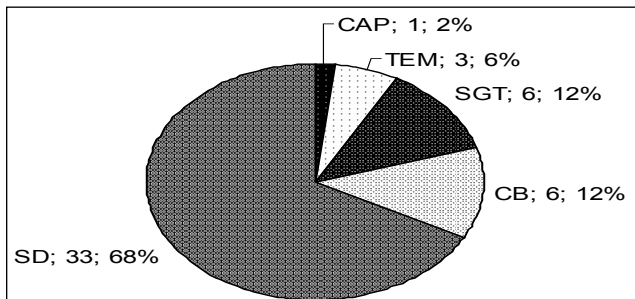


GRÁFICO 6 – Posto e graduação

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A expectativa da comunidade é que o servidor militar, pela natureza de seu trabalho, tenha como principais causas de acidentes de serviço as lesões físicas produzidas por projéteis de arma de fogo ou ferimentos resultantes da luta corporal com

o transgressor.

Na amostra analisada não se viu confirmada essa expectativa. Antes os resultados obtidos mostraram outra realidade. A maioria dos militares que sofreu eventos classificados como acidente em ato de serviço, 67% dos casos, não teve relação direta com a atividade operacional, ou seja, o militar não foi ferido realizando o policiamento ostensivo, mas no exercício de atividades dentro da própria corporação, ou fora dela, sem relação direta com a segurança pública. Trata-se de uma cifra alarmante.

O dano corporal incapacitante adveio de atividades como a prática esportiva em horário de trabalho, instruções militares diversas e o deslocamento do militar para assumir o serviço ou retornar à sua residência.

7.1 A Educação Física como Fator de Risco

Considerando que a prática de educação física e das demais instruções militares objetiva capacitar o militar para o enfrentamento das condições adversas, prevenindo o surgimento das lesões acidentárias e doenças ocupacionais, não deveria atuar como agente lesivo e precipitador de incapacidades.

Na amostra estudada, esse grupo de atividades representou 49% das causas de acidentes de serviço. Os elevados índices de acidentes ocorridos durante a execução de tais atividades podem ser traduzidos por:

1 - Práticas inadequadas de treinamento e atividade física com a existência de elevados fatores de risco para a instalação de lesões durante a prática esportiva e a dinâmica de treinamento usada nas corporações militares do Espírito Santo.

2 - A inexistência de profissionais de educação física para atuar como mediadores dos processos de ensino, aplicando atividades específicas e selecionadas para cada tipo de trabalhador.

3 - Falta de regramento para as atividades físicas consideradas necessárias ao preparo do militar e abolição de certas práticas lesivas, identificadas por análises científicas específicas.

4 - Despreocupação em observar nas instruções o estado dos aparelhos, área física, equipamentos de segurança e as situações de risco para os participantes dos programas.

7.2 O Acidente de Trajeto

O acidente de trajeto também teve significativa participação nas causas de acidentes de serviço, contribuindo com 18% das lesões adquiridas em atos de serviço na amostragem estudada.

Quando analisado o meio de transporte utilizado pelo militar, observou-se elevado percentual de usuários de motocicletas (67%) dentre os vitimados durante o trajeto do serviço. É possível inferir a existência de elevados riscos nesse meio de locomoção, que caracterizam uma maior vulnerabilidade do servidor que se dirige, ou

retorna do seu posto de trabalho, criando maior propensão ao dano corporal.

É sabido que esse meio de transporte agrega alta taxa de risco de acidentes de trânsito na população em geral, comportando elevada morbidade e mortalidade e que o uso dos equipamentos de segurança obrigatórios e a observância das leis de trânsito modificam a gravidade das lesões.

Tais resultados requerem avaliações específicas por parte das corporações.

A criação de programas educacionais, dirigido ao público interno, visando enfatizar os fundamentos da direção defensiva, poderia minimizar as taxas de acidentes nos militares que utilizam motocicletas como meio de transporte. Não devem ser abandonados, contudo, os demais esforços no sentido de buscar alternativas que facilitem e promovam maior segurança na locomoção do servidor militar aos seus postos de trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se nos resultados encontrados nesse estudo, algumas proposições podem ser feitas para reduzir a incidência dos acidentes de serviço com o servidor militar estadual do Espírito Santo e diminuir os seus efeitos na vida funcional do trabalhador e nas instituições de segurança pública:

- Inserir o profissional de educação física em todas as formas de instruções que demandem atividade física, visando melhorar as condições em que a atividade é exercida.
- Identificar, no espectro das atividades aplicadas nos treinamentos militares, aquelas que oferecem relevantes riscos e assinalar os agentes capazes de produzir lesões físicas aos participantes dos programas de formação e aperfeiçoamento.
- Estabelecer medidas restritivas, sócio-educativas ou realizar planejamento de meios alternativos de transporte na locomoção do servidor militar que assume ou deixa o posto de trabalho, especialmente para aqueles que usam a motocicleta como meio de transporte.
- Desenvolver programas educacionais que promovam a difusão do conhecimento sobre os riscos da doença profissional, incentivando ampla interação dos diversos segmentos das corporações.
- Atualizar a legislação institucional e as normas que regulam os registros dos acidentes de serviço, com o objetivo de formar uma base segura e confiável para instrumentar as decisões dos comandos.

REFERÊNCIAS

- BARBANTI, Valdir José, TRICOLI, Valmor, UGRINOWITSCH, Carlos. **Relevância do conhecimento científico na prática do treinamento físico**. Rev. paul. Educ. Fís., São Paulo, v.18, p.101-09, ago. 2004.
- CARROL, S.; BROOKS, C.B.; BUTTERLY, R.J.; GATELY, P. **Associations of**

leisure time physical activity and obesity with atherogenic lipoprotein-lipid markers among non-smoking middle aged men. Scandinavian Journal of Medicine Science and Sports, Copenhagen, v.11, p.38-46, 2001.

COUTO, H. A. **Stress e qualidade de vida dos executivos.** Rio de Janeiro: COP, 1987.

FARIAS, Clênia Luna de. **Acidentes de trabalho e de trajeto na PMDF.** In: XVIII Congresso da Associação Brasileira de Saúde das Polícias Militares e Bombeiros Militares, Salvador, 2008.

GIADA, F.; ZULIANI, D.; BALDO-ENZI, G.; PALMIERI, E.; VOLPATO, S.; VITALE, E.; MAGNANINI, P.; COLOZZI, A.; VECCHIET, L.; FELLIN, R. **Lipoprotein profile, diet and body composition in athletes practicing mixed anaerobic activities.** Journal of Sports Medicine and Physical Fitness, Turin, v.36, p.211-6, 1996.

GUIMARAES, Juliany Gonçalves, TORRES, Ana Raquel Rosas e FARIA, Margareth R. G. V. de. **Democracia e violência policial: o caso da policia militar.** Psicol. estud., mai./ago. 2005, vol.10, no.2, p.263-271. ISSN 1413-7372.

GUO, S.S.; ZELLER, C.; CHUNLEA, W.C.; SIERVOGEL, R.M. **Aging body-composition, and lifestyle: the Felslongitudinal study.** American Journal of Clinical Nutrition, New York, v.70, n.3, p.405-11, 1999

MARTINS, Francisco da Rocha, RODRIGUES DOS SANTOS, José Augusto. **Atividade física de lazer, alimentação e composição corporal.** Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.18, n.2, p.159-67, abr./jun. 2004.

PASTRE CM, Carvalho Filho G, Monteiro HL, Netto Jr J, Padovani CR. **Lesões desportivas no atletismo: comparação entre informações obtidas em prontuários e inquéritos de morbidade referida.** Rev Bras Med Esporte. 2004;10:1-8.

SILVA, Ana P., COSTA, Everardo A. da, RODRIGUES, Salete M. M. et al. **Avaliação do perfil auditivo de militares de um quartel do Exército Brasileiro.** Rev. Bras. Otorrinolaringol., May/June 2004, vol.70, no.3, p.344-350. ISSN 0034-7299.

SOUZA, Edinilsa Ramos de e MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.** Ciência e saúde coletiva, out./dez. 2005, vol.10, no.4, p.917-928. ISSN 1413-812.

WITT, Elton V. **Qualidade de vida no trabalho.** 2002 (Apresentação de trabalho /congresso).

ENXURRADAS E DESLIZAMENTOS: entendendo o surgimento de áreas de risco

*André Có Silva*¹

RESUMO

O presente trabalho tem como norte discorrer sobre os processos de surgimento de áreas de riscos no Brasil, externando fatores como o crescimento populacional e seu adensamento nas cidades de maior estrutura. Junto a esses fatores estudou-se o aumento dos riscos devido às possíveis alterações do clima, analisando correntes antagônicas sobre o tema e os dados climatológicos do estado. Posteriormente identificou-se falhas nas políticas públicas de uso e ocupação do solo, a falta de fiscalização e de monitoramento das áreas de risco e a fragilidade das estruturas locais de defesa civil. Ao final apontam-se soluções atreladas às fases de prevenção e preparação e aos impactos dos eventos adversos nas áreas vulneráveis, relacionadas às questões hídricas.

Palavras-chave: Ocupação de áreas de risco. Políticas Públicas de Ordenamento e Uso do Solo. Mudanças Climáticas. Defesa Civil.

1 INTRODUÇÃO

Na doutrina nacional de defesa civil o desastre é conceituado como o resultado de eventos adversos, natural ou provocado pelo homem em ecossistema vulnerável, causando danos humanos (mortos, feridos, desabrigados, desalojados), materiais e ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais. Para se obter um resultado satisfatório no combate a eles devem ser priorizadas ações de prevenção e de preparação, pois se mostram mais eficientes e menos onerosas.

Mas como fazê-lo?

Analisando os locais onde normalmente acontecem esses sinistros percebe-se que não existem aspectos básicos de planejamento, muito pelo contrário, nota-se os seguintes fatores: grande número de residências, grande concentração populacional, baixo aspecto construtivo das edificações,

¹ Major do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo – CBMES. Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil do Espírito Santo. E-mail: andre.co@bomberos.es.gov.br.

desmatamento, acúmulo de lixo. Soma-se à esses a possibilidade de alterações climáticas desfavoráveis.

A partir dos anos 60 iniciou-se um forte crescimento populacional com a concentração da população nos centros mais desenvolvidos devido ao surgimento de grandes obras, as quais indubitavelmente atraíram trabalhadores. Com a finalização daquelas, foram criados bolsões nas periferias e nas encostas da Grande Vitória.

Surge, então, a necessidade de concentração de esforços em diversos segmentos da sociedade e em diversas áreas de conhecimento para apresentar e aplicar medidas de redução ou eliminação de riscos, além de outras para se evitar o surgimento de novas áreas problemáticas.

2 O CRESCIMENTO E A CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL

Os dados sobre a população do Brasil, como o crescimento populacional, o aumento da expectativa de vida do povo brasileiro e a diminuição da mortalidade infantil, extraídos do site do IBGE, demonstram que tais fatores, atrelados ao inchaço das grandes cidades e à falta de políticas públicas voltadas para uma ocupação e uso do solo de forma responsável e a fixação do homem ao campo, formam um indicador de surgimento de adensamentos populacionais em locais como periferias, desprovidas de serviços essenciais, e encostas de morros. Tendo como base a experiência profissional, é notório que tais ocupações são realizadas por parcela da população com menor poder aquisitivo e com baixa percepção de risco.

O primeiro fator desencadeia a edificação de residências utilizando material de baixa qualidade e desrespeitando os aspectos técnicos construtivos. O segundo fator reflete em atitudes da comunidade como: depósito de entulho e lixo em áreas íngremes, agressão a vegetação que compõe as encostas, falta de conhecimento sobre as conseqüências das fortes chuvas e dificuldade de evacuação em casos de iminente perigo.

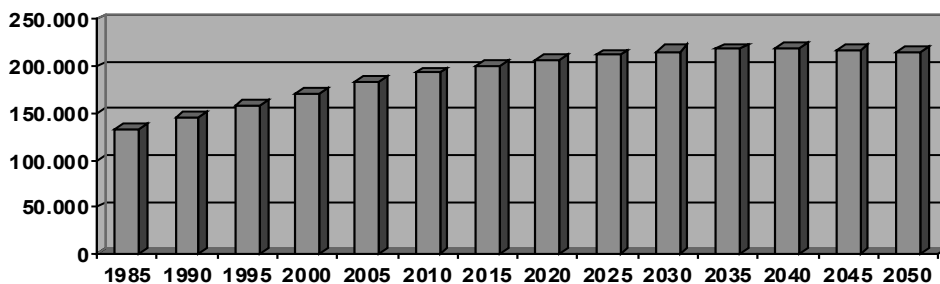


Figura 1 - Estimativa de crescimento populacional – IBGE

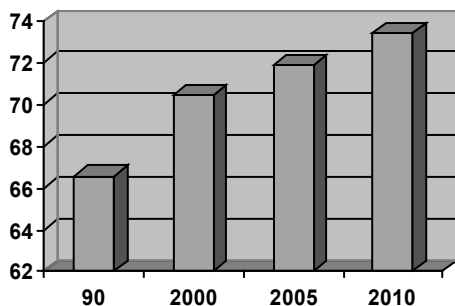


Figura 2 - Expectativa de vida – IBGE

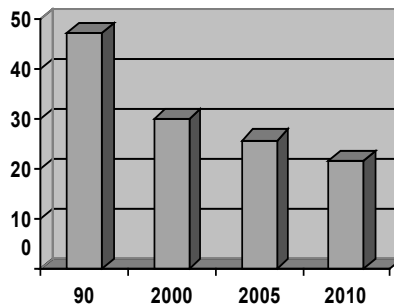


Figura 3 - Mortalidade infantil 0/00 – IBGE populacional – IBGE

Na análise sobre a população não podemos nos furtar de entender o seu caráter migratório. Na década de 60 assistiu-se no Brasil um grande desenvolvimento econômico, com a construção da capital federal, Itaipu, ampliação da malha viária, o incremento da indústria brasileira, sendo exemplos capixabas a construção da CST, expansão da Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose, SAMARCO e a ampliação dos portos. Tais obras serviram como ponto de atração de um grande contingente de trabalhadores, mormente os da construção civil e com pouca capacitação.

Com as suas conclusões esse contingente ficou orbitando nas periferias e nas encostas de morros das cidades pólos de atração, já que tiveram dificuldade de recolocação no mercado de trabalho.

Após esses anos de pujança econômica, foi iniciado no Brasil um período de hiperinflação, conseqüentemente a demanda gerada por essa massa de brasileiros instalados em locais de deficiente infra-estrutura e nas encostas dos morros não foi acompanhada pelo poder do estado. As esferas municipal, estadual e federal, economicamente fragilizadas, tiveram dificuldades em assistir essas comunidades. O déficit cresceu ano a ano e hoje se apresenta como um problema que não pode ser tratado de forma secundária, pois implica em riscos humanos severos.

3 PANORAMA SOBRE AS MUDANÇAS DO CLIMA

O tema sobre alterações do clima vem ganhando destaque nos noticiários e no cotidiano da população global. Diversos pesquisadores se debruçam sobre dados climáticos para sustentar a afirmação: as ações antrópicas geradoras do efeito estufa favorecem o aquecimento global, que por sua vez modifica drasticamente o clima, sendo necessárias novas adaptações das comunidades perante novo quadro de seu habitat.

Nessa seara surgem duas correntes diametralmente antagônicas. Uma, com maior número de seguidores, sustenta essa afirmativa baseada nos seguintes argumentos: a temperatura média global do ar, o aumento da concentração de gás carbônico e os resultados de modelos numéricos de simulação do clima. A segunda

afirma que as bases que sustentam essa teoria são falhas. Diz o professor Molion:

A variabilidade natural do clima não permite afirmar que o aquecimento de 0,7°C seja decorrente da intensificação do efeito-estufa causada pelas atividades humanas, ou mesmo que essa tendência de aquecimento persistirá nas próximas décadas, como sugerem as projeções produzidas pelo Relatório da Quarta Avaliação do IPCC. A aparente consistência entre registros históricos e as previsões dos modelos não significa que o aquecimento esteja ocorrendo. Na realidade, as características desses registros históricos conflitam com a hipótese do efeito-estufa intensificado. O planeta se aqueceu mais rapidamente entre 1925-1946, quando a quantidade de CO² lançada na atmosfera era inferior a 10% da atual, e se resfriou entre 1947-1976, quando ocorreu o desenvolvimento econômico acelerado após a Segunda Guerra Mundial.

Após pesquisas nos arquivos de decretações de situações anormais da coordenação estadual de defesa civil do Espírito Santo, nota-se um incremento dessas situações a partir do ano de 1999. De forma empírica pode-se presumir dois motivos: um seria a forma mais incisiva de repasse de informações pela mídia e o conhecimento dos processos por parte das prefeituras e outro, o aumento das áreas de risco, somado ao incremento da pluviosidade, principalmente entre os meses de outubro a março.

Analisando dados do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, alusivos a precipitações no Espírito Santo, é possível aferir que a partir do ano de 1999 existe uma variação maior de precipitação, tornando a série mais heterogênea. Nos anos de 2008 e 2009 nota-se a existência de volumes desproporcionais às médias, porém não caracteriza uma tendência, ao menos no lapso temporal estudado.

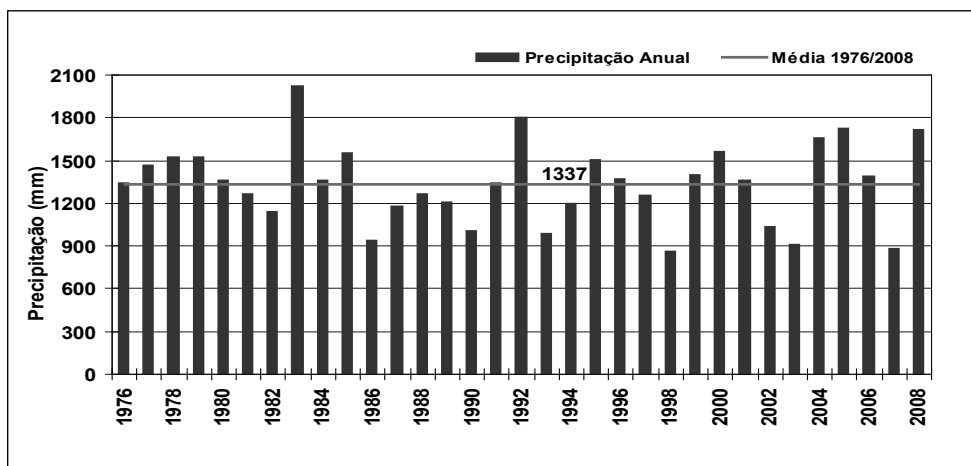


Figura 4 – Precipitação anual ES – INMET

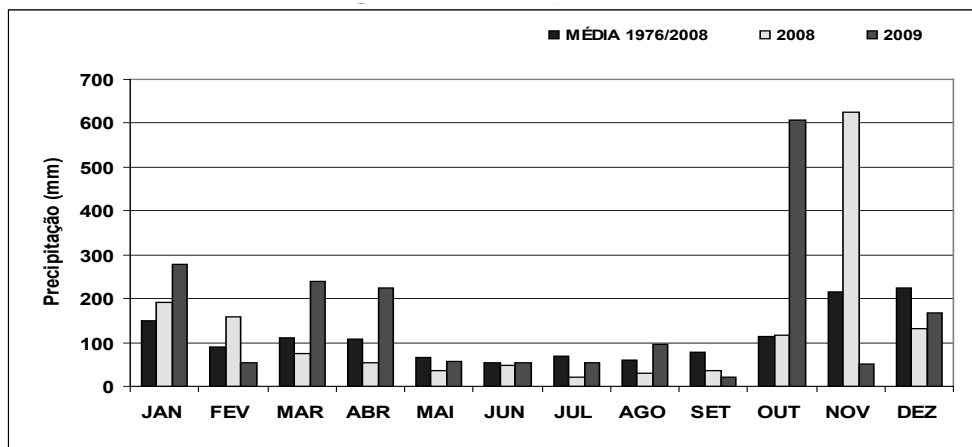


Figura 5 - Precipitação média ES – INMET

4 A ESTRUTURA DAS DEFESAS CIVIS LOCAIS

O Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, reorganizou o Sistema Nacional de Defesa Civil e no seu bojo dá grande importância às ações dos órgãos de defesa civil, nos três níveis da federação e mais, atribui aos órgãos municipais de defesa civil o papel central, já que em casos de desastres é do poder público municipal a maior parcela de responsabilidade, ficando o estado e a união com o papel de agir subsidiariamente, pois a situação anormal acontece na jurisdição do município. É no município que se sente o primeiro impacto e é dessa instância de poder que emanam as ações de prevenção e de preparação, principalmente, as que dependem de legislações de uso e ocupação do solo e as de poder de polícia, devendo se buscar sempre o benefício da coletividade ou do próprio Estado.

Mas a realidade desses órgãos locais reflete uma estrutura ineficiente e pouco atuante, potencializando as conseqüências dos desastres, pois não conseguem minimizar os eventos adversos.

De acordo com dados da Coordenação de Defesa Civil do Espírito Santo, somente 10% dos municípios capixabas tem uma defesa civil minimamente atuante. Tal levantamento foi realizado utilizando-se um rol de parâmetros e indicadores como: estrutura física, estrutura tecnológica (computadores, fax, internet, sites, GPS,...), recursos humanos exclusivos, equipe multidisciplinar (engenheiros, geólogos, assistentes sociais,...), rotatividade de pessoal, veículos, equipamentos, sistema de monitoramento, sistemas de alerta e alarme, planos de contingência, realização de simulados, capacitação de pessoal, realização de campanhas educativas, uso de ferramenta gerencial para grandes desastres e orçamento.

A realidade dessas estruturas municipais é que somente aparecem quando ocorrem desastres e há necessidade de formatar um processo de situação anormal. Outro fator negativo é a rotatividade exagerada de seus coordenadores

e membros, além do caráter político da escolha desses coordenadores, descon siderado o caráter técnico e a aptidão em desenvolver atividades de defesa civil. Isso demonstra a falta de interesse dos gestores públicos em estruturar as suas defesas civis, desconsiderando-as como um instrumento de auxílio às políticas voltadas para a população, principalmente as de menor poder aquisitivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se tentar recuperar o tempo perdido deve-se trabalhar em duas frentes. Uma voltada para ações de caráter mais estratégico como políticas para a fixação do homem no campo e em cidades de menor porte, planejamento e gestão das cidades, programas educacionais voltados para o planejamento familiar, política racional de ocupação e uso do solo, medidas de adaptabilidade às mudanças do clima, programas habitacionais x desocupação de áreas de risco, destinação orçamentária para ações de defesa civil e forte fiscalização de obras nesses locais de risco.

A outra frente de trabalho seria o reconhecimento da necessidade e apoio do chefe do executivo local na estruturação de órgãos municipais de defesa civil integrados e articulados com as demais secretarias e instâncias de governo na busca de resultados mais eficazes. As defesas civis devem estruturar-se para construir seus mapeamentos de risco, cadastrar residentes em áreas de risco, criar um sistema de monitoramento, alerta e alarme, possibilitar a participação da comunidade, confeccionar seus planos de contingência (definição das responsabilidades de cada parte desse pequeno sistema municipal no enfrentamento aos desastres), realizar simulados e campanhas de conscientização da população.

Além disso, ações de preparação ao desastre como limpeza de bueiros, aumento das calhas de rios, desobstrução de galerias, limpeza de lixo em encostas, campanhas de reflorestamento de encostas e nascentes, preparação de abrigos temporários e reserva de recurso para aquisição de materiais de ajuda humanitária (cestas básicas, colchões, cobertores, travesseiros, kit higiene, etc). Dessa forma, as conseqüências dos desastres terão seus efeitos mitigados com menor recurso público, mas com resultados mais eficientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005.

FELDMAN, Fabio. A hora de agir 13/11/2008, <http://www.mudancas-climaticas.andi.org.br>

LAHSEN, Myanna Hvid, O debate sobre as mudanças climáticas,

3/04/2009, <http://www.ecodebate.com.br/2009/04/04/o-debate-sobre-as-mudancas-climaticas-artigo-de-myanna-lahsen/>

MOLION, L.C.B., 1995. **Aquecimento global: Uma revisão crítica**. Revista Geofísica 43 (2):77-86, Instituto PanAmericano de Geografia e Historia, Mexico, DF

MOLION, L.C.B., 2006. **Variabilidade e forçantes climáticas**, Anais do XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia, SBMET, 27 a 4 de dezembro, Florianópolis (SC).

GUERRA, Antonio Teixeira, CUNHA, Sandra Batista da. (orgs) **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. RJ: Bertrand Brasil, 2001

BRASIL, Ministério das Cidades, Universidade Federal de Pernambuco. **Gestão e mapeamento de Riscos Socioambientais**. CARVALHO, C.S.; SEABRA, F.M.; FERREIRA, L. A.; GALVÃO, T. (orgs.), Brasília, 2007

LUCAS, Luiz Paulo Vellozo. **Qualicidades: poder local e qualidade na administração pública** – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

DIAMOND, Jared M. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas** – Rio de Janeiro: Record, 2006.

PIMENTEL, J., FERREIRA, C. E. O., TRABY, R. D. J., DINIZ, N. C., Comunidades mais seguras: mudando hábitos e reduzindo os riscos de movimentos de massa e inundações, CPRM, **Serviço Geológico do Brasil** – Rio de Janeiro, 2007.

Censo Demográfico - 2000 : Características Gerais da População, IBGE, http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm.

SITE do Instituto Nacional de Meteorologia (**INMET**), <http://www.inmet.gov.br/>

SITE do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (**INPE**), <http://www.inpe.br/>

FATORES INTERVENIENTES NA MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO POLICIAL NO 10º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

*Ríodo Lopes Rubim*²

RESUMO

O escrito em evidência busca, com fulcro nas teorias da motivação humana, observando aspectos de clima organizacional e liderança, descortinar os fatores que intervêm na motivação para o trabalho dos policiais militares do Décimo Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo, com sede em Guarapari/ES. Assevera-se a questão da valorização do capital humano, sendo este reconhecido como o esteio de qualquer organização. No mesmo viés são revelados os estilos de liderança predominantes na caserna, bem como a imprescindibilidade dos comandantes em gerenciar pessoas para a consecução dos objetivos, voltados a tão almejada Tranquilidade Pública.

Palavras-chave: Tranquilidade Pública. Motivação. Satisfação. Liderança. Policial Militar. Guarapari.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Pública é clamor social nos tempos atuais e não se pode prescindir da Polícia Militar, como ferramenta do Estado para manter os índices de violência em níveis aceitáveis, considerando que o crime é um fato social e que o Sistema de Segurança Pública é composto não só das forças policiais, mas dos Poderes Constituídos em todas as esferas, além da própria sociedade, organizada ou não.

Tendo o papel constitucional da Polícia Militar, como sendo o de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública, é necessário tratá-la como organização composta por pessoas, as quais vêm do seio da sociedade e que, como em qualquer outra corporação que visa bons resultados, precisam ter motivos para

¹ Este estudo completo encontra-se publicado no site do Ministério da Justiça, Portal Segurança com Cidadania – www.mj.gov.br/segurancacidade/; ou www.seguranca.cidade.org.br/.

² Capitão da PMES. Graduado no Curso de Formação de Oficiais da PMES. Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes. Instrutor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMES. Consultor Interno da PMES.

desenvolver suas atividades com satisfação, qualidade e produtividade. Sem motivação para o trabalho, os resultados não serão os melhores.

Assim, observando aspectos do clima organizacional, são diagnosticados os fatores que atravancam a motivação dos policiais do Décimo Batalhão (10º BPM) da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com sede em Guarapari e que, em consequência, perde em qualidade e produtividade no cumprimento de sua missão.

É importante atentar-se ao contexto para que o 10º BPM e a PMES não fiquem na contramão do que hoje é preconizada e aplicada em praticamente todos os modelos modernos de gestão, a valorização do capital humano, sendo este reconhecido como o alicerce de qualquer organização e, embora a atividade policial não vise ao lucro em pecúlio, a sua sobrevivência está atrelada à prestação de um serviço de qualidade, medido, entre outros parâmetros, pela satisfação da sociedade. E, para tanto, não pode furtar-se de cuidar de seu principal recurso, o policial militar.

Almeja-se, portanto, identificar os fatores desmotivantes ao trabalho dos policiais militares do Décimo Batalhão da PMES. De modo específico, conceituar motivação, conhecer algumas teorias sobre motivação humana baseadas em aspectos relacionados ao comportamento das pessoas, contextualizar a PMES e identificar algumas deficiências de gestão. Também analisar se o contexto organizacional diagnosticado no 10º BPM reflete os contextos vigentes nas outras unidades da Polícia Militar do Espírito Santo, além de explorar alguns aspectos concernentes aos estilos de gerenciamento e liderança praticados na Organização.

Foi aplicado um questionário sobre satisfação e motivação a um grupo de 60 (sessenta) policiais que trabalham na sede do 10º BPM, em Guarapari (ES), o qual foi subdividido em dois grupos, um de 10 (dez) Oficiais (capitães e tenentes) e outro de 50 (cinquenta) Praças (sargentos, cabos e soldados), tendo o tempo de serviço oscilado de 03 a 25 anos de serviço, todos com, no mínimo, o segundo grau completo, representando mais de 35% do efetivo de policiais lotados no município. O levantamento ocorreu no final do mês de julho de 2009, sendo os dados tabulados e analisados em seguida.

2 A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

A Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), criada em 06 de abril de 1835, conta com um efetivo de 7.195 (sete mil cento e noventa e cinco) policiais militares, entre Oficiais e Praças (Diretoria de Pessoal – DP/2 – PMES, em 06/05/2009).

À instituição cabe, de acordo com Constituição Federal do Brasil de 1988, o policiamento ostensivo e a preservação da Ordem Pública.

Tem como incumbência a proteção de mais de 3.487.199 habitantes residentes no Estado do Espírito Santo (estimativa IBGE para 01/07/2009). O efetivo previsto é de 8.971 militares, conforme a DP/2 – PMES, em 06/05/2009.

A estrutura organizacional é através de órgãos de direção geral, direção se-

torial e de execução. A forma de ingresso na carreira policial militar se dá exclusivamente através de concurso público.

2.1 O Décimo Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo

O Décimo Batalhão da Polícia Militar – 10º BPM, com sede no município de Guarapari, foi criado através do Decreto nº 728-R, de 31 de maio de 2001, onde já existia uma Unidade independente, a qual foi “promovida” ao status de batalhão. Sua circunscrição de policiamento abrange os municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Alfredo Chaves e Iconha, dos quais somente Guarapari está inserido na RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória. Seu efetivo conta com 248 militares, dos quais 162 servem em Guarapari (fonte: P/1 do 10º BPM – 06/05/2009).

Município com população estimada em 104.534 habitantes – IBGE, julho de 2009 – Guarapari possui economia eminentemente voltada ao turismo em razão de suas belezas naturais, sobretudo das praias.

De acordo com a Secretaria de Turismo do município, na alta temporada, ou seja, no verão, a população flutuante chega a 500.000 habitantes, o que traz divisas para a região, mas também muitos transtornos, em especial à Segurança Pública, uma vez que os crimes contra o patrimônio e de tóxico, principalmente, aumentam sobremaneira, considerando que a cidade é o balneário mais famoso e frequentado do Estado.

A ONU – Organização das Nações Unidas – recomenda para os municípios do Brasil, em tempos de paz, uma proporção de 01 (um) policial para cada 250 habitantes. Destarte, o número de policiais atuando no município deveria ser em torno de 400 policiais, e não de apenas 162.

Com organograma análogo ao da PMES, o 10º BPM possui um Comandante, um Subcomandante e outros doze Oficiais, que assessoram o Comando e ocupam as funções de Estado-Maior, na chefia de seções. Os graduados e soldados em sua grande maioria atuam na atividade operacional, nas diversas modalidades de policiamento ostensivo.

Considerando toda a peculiaridade da atividade policial, busca-se, aqui, através da aferição do nível de satisfação e motivação, diagnosticar os fatores que desmotivam os policiais da Unidade para o trabalho.

3 TEORIAS SOBRE MOTIVAÇÃO HUMANA

O sucesso das organizações e das pessoas que as fazem funcionarem não ocorre ao acaso. O ambiente de trabalho é desafiador e essa era de contrastes abre as portas para a criatividade na administração. Os ganhos em produtividade, desempenho e lealdade do consumidor/cliente ficam à disposição daqueles que realmente respeitam as necessidades dos trabalhadores, tanto no emprego quanto

na vida pessoal. Só quando as pessoas tiverem entusiasmo e forem capazes, as organizações poderão atingir alto desempenho. Só quando as pessoas tiverem a sensação de satisfação pessoal em seu trabalho será possível o alto desempenho numa base contínua.

3.1 A Escola das Relações Humanas

A Teoria das Relações Humanas foi um experimento que tinha como finalidade demonstrar que entre os fatores mais importantes para o desempenho individual estão as relações com os colegas e os administradores. E que era preciso considerar seriamente o comportamento das pessoas para fazer a organização funcionar.

Elton Mayo foi precursor, com suas experiências de Hawthorne, Estados Unidos.

3.2 Pirâmide de Maslow

Abrahan Harold Maslow realizou estudos para explicar porque as pessoas são movidas por necessidades específicas em determinados momentos.

A Teoria de Maslow é muito importante, pois irá proporcionar melhor entendimento sobre o nível de satisfação e motivação dos colaboradores da organização ao desenvolver suas atividades em seu local de trabalho.

Para Maslow, as pessoas apresentam uma hierarquia de necessidades que precisam ser satisfeitas e foram classificadas em cinco níveis: fisiológicas, de segurança, afetivo-sociais, de estima e de auto-realização.

O que motiva as pessoas são as necessidades satisfeitas. E seu avanço é causado pelo esforço das pessoas para satisfazer às suas necessidades. Quando uma necessidade prioritária é satisfeita, outras surgem e ocupam o primeiro lugar na lista de prioridades. Diante disso, podemos entender que o ser humano procura satisfazer suas necessidades mais importantes e só depois é que busca satisfazer a próxima necessidade.

“A motivação humana é constante, infinita flutuante e complexa (...) logo que satisfaz a um desejo, (...) surge outro, sucessivamente” (MOSCOVICI, 1995, apud FIORELLI, 2007, p. 123).

Em seu estudo, o pai da psicologia humanística afirma que as necessidades humanas são dispostas em uma hierarquia. Ele demonstra essas necessidades através da elaboração de uma pirâmide, a qual se deu o nome de pirâmide das necessidades humanas.



Fonte: www.pt.wikipedia.org

Figura 01 – Pirâmide das Necessidades – Maslow

Sobre cada uma das necessidades, tem-se:

- Necessidades fisiológicas: Referem-se ao nível mais baixo de todas as necessidades humanas, mas de intensa importância. Nesse nível estão as necessidades de alimentação, de sono e repouso, de abrigo, os desejos sexuais, etc. São as necessidades que já nascem com o indivíduo.

- Necessidades de segurança: Encontram-se no segundo nível das necessidades humanas. São necessidades de segurança, estabilidade, busca de proteção contra ameaça ou privação e fuga do perigo. Surgem no comportamento quando as necessidades fisiológicas estão relativamente satisfeitas.

- Necessidades afetivo-sociais: Estão no terceiro nível da hierarquia das necessidades humanas. Surgem no comportamento, quando as necessidades mais baixas, fisiológicas e de segurança encontram-se relativamente satisfeitas. Podemos citar como exemplo a necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros, de troca de amizade, de afeto e de amor. Quando as necessidades sociais não estão suficientemente satisfeitas, o indivíduo torna-se resistente e hostil em relação às pessoas que o cercam.

- Necessidades de auto-estima: Encontram-se no quarto nível da hierarquia das necessidades humanas. São as necessidades relacionadas com a maneira pela qual o indivíduo se vê e se avalia. Envolve a auto-apreciação, a autoconfiança, a necessidade de aprovação social e de respeito, de status, de prestígio e de consideração. Inclui ainda o desejo de força e de adequação, de confiança perante o mundo, independência e autonomia. De acordo com Maslow, a satisfação das necessidades de estima conduz a sentimentos de valor, de força, prestígio, poder, capacidade e utilidade. A sua frustração pode produzir sentimentos de inferioridade, fraqueza, dependência e desamparo que, por sua vez, podem levar ao desânimo ou atividades compensatórias.

- Necessidades de auto-realização: Encontram-se no topo da hierarquia. Estão relacionadas com a realização do próprio potencial e autodesenvolvimento con-

tínuo. Essa tendência se expressa por meio do impulso que as pessoas têm para se tornarem sempre mais do que são e de virem a ser tudo o que podem ser.

A seguir, a Teoria dos dois fatores, de Frederick Herzberg, a qual explica como o ambiente de trabalho e o próprio trabalho podem interagir para causar a motivação entre os colaboradores.

3.3 Fatores Intrínsecos e Extrínsecos de Herzberg

Constatou-se que a teoria da Motivação Humana de Maslow e a Teoria de Herzberg apresentam pontos semelhantes voltados para as necessidades humanas, porém Herzberg aplica outro aspecto, ao constatar a importância das necessidades humanas relacionadas ao trabalho e às condições de trabalho dos indivíduos.

De acordo com Herzberg, a teoria dos dois fatores está simplificada em: fatores higiênicos, os quais são associados à satisfação e fatores motivacionais, associados à motivação.

Os fatores higiênicos ou fatores extrínsecos foram assim classificados pelo fato de que ocorrem através das consequências e dos incentivos que estão localizados no ambiente que circulam as pessoas e abrangem as condições dentro das quais elas desempenham seu trabalho, como, por exemplo, salários, benefícios sociais, tipo de chefia ou supervisão que as pessoas recebem de seus superiores, condições físicas e ambientais de trabalho, políticas e diretrizes da empresa, clima de relacionamento entre a empresa e os funcionários, regulamentos internos, etc.

Conforme a Teoria de Herzberg, entende-se que para fazer com que as pessoas trabalhem mais é necessário o apelo para prêmios e incentivos salariais e estimuladores, ou seja, incentivos situados externamente ao indivíduo em troca de seu trabalho. E quando esses fatores são precários eles provocam a insatisfação dos colaboradores, os quais Herzberg chama de fatores insatisfacientes.

Figura 02 – Fatores Motivacionais e Fatores Higiênicos

FATORES MOTIVACIONAIS (SATISFACIENTES)	FATORES HIGIÊNICOS (INSATISFACIENTES)
Conteúdo do Cargo (como a pessoa se sente em relação ao seu cargo)	Contexto do Cargo (como a pessoa se sente em relação à sua empresa)
1. Trabalho em si	1. Condições de Trabalho
2. Realização	2. Administração da empresa
3. Reconhecimento	3. Salário
4. Progresso profissional	4. Relações com o supervisor
5. Responsabilidade	5. Benefícios e serviços sociais

Fonte: CHIAVENATO (2003), p. 334

Os fatores motivacionais ou fatores intrínsecos estão relacionados com o conteúdo do cargo e com a natureza das tarefas que a pessoa executa, ou seja, estão relacionadas com as pessoas. Esses fatores estão sob o controle do indivíduo, pois estão relacionados com aquilo que ele faz e desempenha.

3.4 A Teoria ERG

Clayton Alderfer é o autor de uma versão revista da teoria de Maslow. Alderfer entende que há três grupos principais de necessidades (cujas iniciais formam a sigla):

(1) Existence, existência. Compreende as necessidades básicas, fisiológicas e de segurança, de Maslow.

(2) Relatedness, relacionamento. Compreende as necessidades de relações pessoais significativas e as necessidades de estima, de Maslow.

(3) Growth, crescimento. É a necessidade ou desejo intrínseco de crescimento pessoal e auto-realização.

Alderfer difere de Maslow porque acredita que a satisfação das necessidades não é sequencial, mas simultânea. Dois princípios formam a base da Teoria de Alderfer:

(1) Mais de uma necessidade pode funcionar ao mesmo tempo.

(2) Se uma necessidade de ordem elevada permanece insatisfeita, aumenta o desejo de satisfazer a uma de ordem inferior.

A teoria de Alderfer não revoga a de Maslow, mas acrescenta um aprimoramento à idéia das hierarquias das necessidades ao considerar esses dois princípios (MAXIMIANO, 2002, p. 289, 290).

3.5 Teoria X e Y de Douglas McGregor

Douglas McGregor (CHIAVENATO, 2003, p.337), elaborou duas teorias que comparam dois estilos opostos de administrar: um estilo baseado na teoria tradicional, mecanicista, que se deu o nome de Teoria X, e, de outro, um estilo baseado nas percepções atuais a respeito do comportamento humano, a que se denominou Teoria Y.

A Teoria X apresenta um estilo de administração dura, rígida e autocrática e que se limita a fazer com que os colaboradores trabalhem dentro de padrões planejados. Nessa teoria, os administradores fazem algumas suposições sobre o comportamento humano, como os que seguem abaixo:

- As pessoas são preguiçosas e indolentes, por natureza;

- As pessoas evitam o trabalho;

- As pessoas não gostam de responsabilidades, procuram segurança sem assumir riscos;

- As pessoas precisam ser dirigidas e controladas;
- As pessoas são ingênuas e sem iniciativa.

Na Teoria X, a maioria dos trabalhadores põe a segurança acima de todos os fatores associados ao trabalho, exibindo pouca ambição.

Na visão de McGregor, a Teoria Y é basicamente positiva. Desenvolve um estilo de administração muito aberta e dinâmica, mais democrática. Baseia-se em algumas suposições atuais a respeito da natureza humana, a saber:

- As pessoas são esforçadas e gostam de ter responsabilidades;
- As pessoas procuram e aceitam desafios e responsabilidades;
- As pessoas têm motivação, potencial de desenvolvimento, comportamento adequado e capacidade;
- As pessoas são criativas e competentes;
- O trabalho é uma atividade tão natural quanto jogar ou descansar.

Na teoria Y, as pessoas têm grandes oportunidades, condições de liberarem potenciais, encorajar o seu crescimento, enfim, o colaborador é motivado, gerando resultados satisfatórios.

3.6 O Ciclo Motivacional

“Motivação é alguma força direcionada dentro dos indivíduos, pela qual eles tentam alcançar uma meta, a fim de preencher uma necessidade ou expectativa” (LAURIE MULLINS, apud SILVA, 2005, p. 221)

De acordo com Kurt Lewin, o comportamento humano é motivado, isto faz com que ocorra o ciclo motivacional, onde o organismo humano permanece em estado de equilíbrio psicológico, até que um estímulo o rompa e crie uma necessidade. Essa necessidade provoca um estado de tensão em substituição ao estado de equilíbrio anterior. A tensão conduz a um comportamento ou ação para chegar a satisfazer sua necessidade. Se a necessidade é satisfeita, o organismo retoma ao seu estado de equilíbrio inicial, até que outro estímulo sobrevenha. Toda satisfação representa uma liberação de tensão ou descarga tensional.

O ciclo motivacional permite a possibilidade de exemplificar o estado de satisfação e/ou frustração de uma pessoa. A satisfação das necessidades ocorre quando se consegue alcançar os objetivos almejados. Para Lewin, as necessidades humanas podem ser satisfeitas, frustradas ou compensadas.

3.7 Frustração: conceito e importância

Frustração é o bloqueio que uma pessoa sofre diante de uma meta ou objetivo. É um conceito importante para o estudo dos problemas humanos no âmbito das organizações e o desenho de ações que reduzam essa problemática. É precisamente o ambiente de trabalho, ou seu próprio desenho, o fator com mais influência

negativa no rendimento, constituindo o principal obstáculo ao desenvolvimento pessoal, origem permanente de frustrações e tensões negativas nas empresas (SOTO, 2005, p. 157).

“Como consequência dessa frustração, pode ser que uma pessoa adote um comportamento de fuga, compensação, agressão ou deslocamento” (MAXIMIANO, 2002, p. 292).

Uma das críticas dirigidas às empresas é precisamente a de que a direção não faz o que deveria para eliminar as causas da frustração e assim facilitar a satisfação das necessidades de quem nelas trabalha, ou seja, o seu desenvolvimento pessoal (amadurecimento) (SOTO, 2005, p. 157).

3.8 Teoria de Campo de Lewin

De acordo com Lewin (CHIAVENATO, 2003, p.117), em suas pesquisas sobre o comportamento humano social, a motivação tem um papel importante. Para explicar a motivação do comportamento, Lewin criou a teoria de campo, que se fundamenta em duas suposições:

- a) O comportamento humano é derivado da totalidade de fatos coexistentes;
- b) Esses fatos coexistentes têm o caráter de um campo dinâmico, no qual cada parte do campo depende de uma inter-relação com as demais outras partes.

O comportamento humano não depende somente do passado, ou do futuro, mas do campo dinâmico atual e presente, o qual é o espaço de vida que contém a pessoa e o seu ambiente psicológico.

3.9 Motivação e Satisfação no Trabalho

Segundo Iman (1996), a motivação enxerga o compromisso do indivíduo para o trabalho e seu local de trabalho do ponto de vista dos fatores internos a ele, das necessidades individuais, gostos e preferências.

Satisfação no trabalho é o grau segundo o qual os indivíduos se sentem de modo positivo ou negativo com relação ao seu trabalho. É uma atitude, ou resposta emocional às tarefas de trabalho assim como às condições físicas e sociais do local de trabalho (SHERMERHORN et al, 2008, p. 93).

3.10 Motivação e Chefia

Para Aguiar (1988), a função da chefia tem sido desempenhada com ênfase no controle do comportamento dos membros da organização. A centralização do poder, a utilização cada vez maior de normas e procedimentos e a cerrada interferência das chefias na forma de os subordinados realizarem suas tarefas caracterizam o controle de comportamento. O chefe aparece assim como o res-

ponsável direto pelo cumprimento das normas e procedimentos da organização, assim como o detentor do poder de impor suas próprias normas à força de punições e/ou recompensas. A motivação do subordinado é direta e negativamente afetada.

3.11 Cultura Organizacional e Clima Organizacional

Conforme Lacombe (2003), cultura organizacional é o conjunto de valores em vigor numa empresa, suas relações e sua hierarquia, definindo os padrões de comportamentos e atitudes que governam as ações e decisões mais importantes da administração.

Clima organizacional é o ambiente existente entre os colaboradores de uma organização e está intimamente ligado ao grau de motivação desses colaboradores, ou seja, é favorável quando as pessoas estão motivadas e, desfavorável quando isso não acontece.

Culturalmente, na Polícia Militar, existe a crença de que o policial é superior ao tempo (sol, chuva, etc), de que deve estar pronto para tudo a qualquer hora, de aguentar e ser duro. Praticam-se a disciplina e o respeito, além de honrar a farda. Esperam ser mais capacitados para apresentarem melhores resultados e reconhecidos pela cúpula da organização e pela sociedade.

Os Comandantes expressam o “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. O principal é o resultado da tarefa, que é definida em manual. A divisão se dá por diretorias, batalhões, companhias e pelotões e a divisão de tarefas é feita pelo imediato, com base num manual de competências. A estrutura é altamente hierarquizada.

A Polícia Militar, na qual estão inseridos os militares do 10º BPM, assim como outras instituições, também estão sujeitas ao ambiente. Fatores como a evolução do crime e a interdependência dos órgãos de Segurança Pública interferem nos resultados organizacionais, ou seja, a Tranqüilidade Pública e a satisfação da sociedade.

3.12 Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)

De acordo com Maximiano (2002), além do enfoque biopsicossocial – uma abordagem integrada ou holística do ser humano – o conceito de QVT baseia-se em uma visão ética da sua condição. A ética, como base da QVT, procura identificar, eliminar ou, pelo menos, minimizar todos os tipos de riscos ocupacionais. Isso envolve desde a segurança do ambiente físico até o controle do esforço físico e mental requerido para cada atividade, bem como a forma de gerenciar situações de crise, que comprometam a capacidade de manter salários e empregos.

4 TEORIAS SOBRE LIDERANÇA

Enquanto a Teoria das Relações Humanas verificou a influência da liderança sobre o comportamento do indivíduo a Teoria Clássica destaca a autoridade formal, em que considerava apenas a chefia dos níveis hierárquicos superiores sobre os níveis inferiores nos aspectos relacionados com as atividades do cargo.

Liderança é a realização de metas por meio da direção de colaboradores. A pessoa que comanda com sucesso seus colaboradores para alcançar finalidades específicas é líder. Um grande líder tem essa capacidade dia após dia, ano após ano, em uma grande variedade de situações. (MAXIMIANO, 2002, p. 303).

Para ser um líder é essencial conhecer a natureza humana e saber dirigir as pessoas de maneira que tornem os colaboradores motivados em realizar com satisfação qualquer atividade que lhes forem delegadas. A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana, seja nas empresas, seja em cada um de seus departamentos. Ela é fundamental em todas as funções da administração.

A liderança pode ser considerada, segundo os humanistas, como fenômeno de influência interpessoal, como um processo de redução da incerteza de um grupo, como uma relação funcional entre líderes e subordinados e como um processo em função dos líderes, dos seguidores e de variáveis da situação.

A Teoria sobre Liderança pode ser classificada em três grupos: Teorias de Traços de Personalidade, Teorias sobre Estilos de Liderança e Teorias Situacionais de Liderança. E cada um desses grupos apresenta características próprias, como se seguem:

4.1 Teorias de Traços de Personalidade

As teorias dos traços no estudo da liderança baseiam-se nas características pessoais do líder (ROBBINS, 2005, p. 259).

São as teorias mais antigas sobre liderança e foram influenciadas pela Teoria do Grande Homem, espelhada em características de grandes ícones da história da humanidade, tidos como líderes natos. Nessa teoria, o líder apresenta traços marcantes de personalidade que o fazem diferenciar-se das demais pessoas. Ele deve causar confiança, ser inteligente, perceptivo e decisivo para obter uma liderança com sucesso.

Embora essas teorias tendam hoje a serem rejeitadas, é de algum modo evidente que os atributos pessoais particulares aumentam a probabilidade de que certas pessoas assumam, com maior frequência, papéis de liderança nos vários grupos de que participam.

4.2 Estilos de Liderança

As Teorias sobre Estilos de Liderança estudam os estilos de comportamento do líder em relação aos colaboradores. A teoria mais conhecida, pesquisada por White e Lippitt, refere-se a três estilos de liderança: autocrático, liberal e democrático.

4.2.1 Liderança Autocrática: é aquela liderança em que o líder é quem determina as decisões e estabelece ordens ao grupo. As tarefas são realizadas com a presença do líder. Nesse tipo de liderança o grupo apresenta sinais fortes de tensão, agressividade, sem prazer de trabalhar, ocorrendo a desmotivação.

Segundo Bergamini (1997, p. 35):

Estudos mais atualizados a respeito da liderança apontam que a grande maioria dos chefes conhecidamente autoritários são tipicamente incapazes de conseguir um ambiente de trabalho em que aqueles que trabalham se sintam normalmente propensos a criar, impedindo, assim, a descoberta de maneiras inéditas e melhores de se realizar o trabalho, bem como resolver os mais variados tipos de problemas. Esse tipo de chefia, inegavelmente gera grande insatisfação nos seguidores, o que irá fatalmente comprometer o desempenho organizacional a médio e longo prazo.

Para Maslow (2001), a pessoa que busca o poder pelo poder é justa e provavelmente a que não deveria tê-lo. Essa pessoa está suscetível a fazer mau uso do poder; para sentir-se superior, para abusar do poder, o utiliza para suas satisfações egoístas.

4.2.2 Liderança Liberal: nessa maneira de liderar, a participação do líder é mínima, ele deixa o grupo totalmente livre para tomada de decisões. É a liderança *laissez-faire*.

4.2.3 Liderança Democrática: o líder orienta o grupo e incentiva a participação democrática das pessoas. Esse estilo de liderança favorece o aparecimento de “novos talentos” dentro de uma empresa.

“O maior risco para aquele que lidera pessoas encontra-se em suas próprias convicções” (FIORELLI, 2005, p. 229).

4.3 Autoridade formal versus liderança

Autoridade formal é diferente de liderança, porque são diferentes as bases nas quais se assenta a motivação dos seguidores. Chefes são diferentes de líderes – a base em que assenta a capacidade de influenciar é diferente de um para o outro, conforme abaixo:

AUTORIDADE FORMAL	LIDERANÇA
Fundamenta-se em leis aceitas de comum acordo, que criam figuras de autoridades dotadas do poder do comando.	Fundamenta-se na crença dos seguidores a respeito das qualidades do líder e de seu interesse em segui-lo.
O seguidor obedece à lei incorporada na figura de autoridade, não à pessoa que ocupa o cargo.	O seguidor obedece ao líder e à missão que ele representa.
A lei é o instrumento para possibilitar a convivência social.	O líder é o instrumento para resolver problemas da comunidade.
É limitada no tempo e no espaço geográfico, social ou organizacional. Os limites definem a jurisdição da autoridade.	É limitada ao grupo que acredita no líder ou precisa dele. Os limites da liderança definem a área de influência do líder.
É temporária para a pessoa que desempenha o papel de figura de autoridade.	Tem duração da utilidade do líder para o grupo de seguidores.
Inclui o poder de forçar à obediência das regras aceitas para a convivência	Os líderes têm poder representado pela massa que o segue.
É atributo singular	É produto de inúmeros fatores. Não é qualidade pessoal ou singular.

Fonte: MAXIMIANO, 2002, p. 304

4.4 Teorias Situacionais de Liderança

Segundo Chiavenato (2003, p.126):

As teorias situacionais de liderança partem do princípio de que não existe um estilo de liderança, válido para toda e qualquer situação. A recíproca é verdadeira: cada situação requer um tipo de liderança diferente para alcançar a eficiência dos subordinados.

Essas teorias possibilitam ao administrador mudar de situações para adequar a um padrão de liderança ou mudar o padrão de liderança para adequar a uma situação.

Como exemplo: para um mesmo colaborador, o líder pode assumir diferentes padrões de liderança. Em casos em que o colaborador apresenta extremo nível de eficiência, o líder pode dar-lhe maior autonomia nas decisões, e se o colaborador comete erros constantes, o líder pode impor-lhe maior autoridade pessoal e menor oportunidade no trabalho.

“Não há maus regimentos, apenas maus coronéis” (Napoleão Bonaparte, apud LACOMBE, 2006, p. 350).

Acerca dos processos de liderança supramencionados e seus teóricos, podemos dizer que eles se complementam, nos oferecendo assim uma visão mais clara sobre o tema liderança.

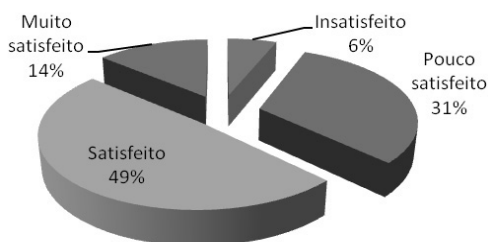
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Com fulcro no questionário sobre satisfação e motivação aplicado aos colaboradores, os resultados serão analisados por blocos de indicadores, de modo a subsidiar a conclusão dos estudos.

5.1 Condições Gerais do 10º BPM

Gráfico 01 – Praças: condições gerais do 10º BPM

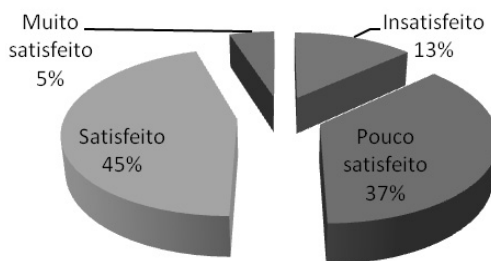
Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	18
Pouco satisfeito	94
Satisfeito	147
Muito satisfeito	41
Total	300



Fonte: Pesquisa aplicada

Gráfico 02 – Oficiais: condições gerais do 10º BPM

Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	08
Pouco satisfeito	22
Satisfeito	27
Muito satisfeito	03
Total	60



Fonte: Pesquisa aplicada

Comentário:

- Observa-se que, no geral, 49% das praças (sargentos, cabos e soldados) mostram-se satisfeitas com as condições gerais da organização e 14% muito satisfeitas;

- Já entre os oficiais (capitães e tenentes), observa-se que há um relativo equilíbrio entre os satisfeitos/muito satisfeitos e os insatisfeitos/pouco satisfeitos;

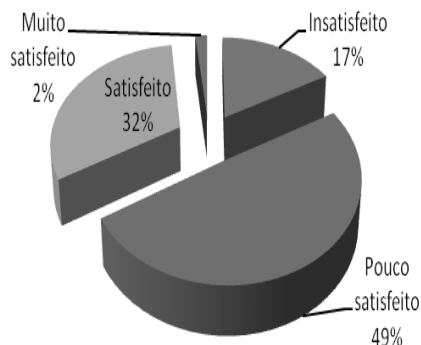
- Destaque para 94% de praças que demonstram gosto e orgulho pelo trabalho policial militar, bem como 100% dos oficiais;
- Outro aspecto, é que tanto praças (82%) como oficiais (100%) estão insatisfeitos ou pouco satisfeitos com o compromisso, ou a falta dele, por parte de todos os órgãos envolvidos com a Segurança Pública.

Um dos aspectos relevantes deste trabalho foi diagnosticar que os policiais do 10º BPM apresentam-se satisfeitos, de uma maneira geral, com a imagem, o desempenho global, as relações da unidade policial com a sociedade e, sobretudo, demonstram gosto e orgulho pelo trabalho policial, que são percepções determinantes para a motivação. Todavia, muitos entendem que não tem havido o conhecimento e envolvimento dos policiais com a missão da organização. O desgaste maior, entretanto, está no não compromisso de todos os órgãos envolvidos com a Segurança Pública, uma vez que a Polícia Militar é apenas uma peça nesse sistema. A solução de continuidade, por exemplo, desestimula a atividade repressiva.

5.2 Gestão e Sistema de Gestão

Gráfico 03 – Praças: gestão e sistema de gestão

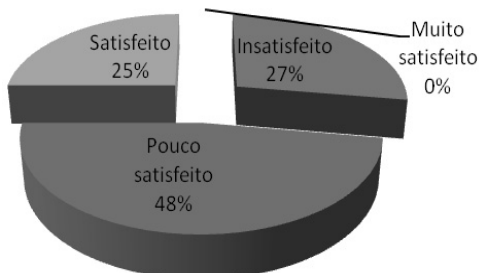
Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	68
Pouco satisfeito	198
Satisfeito	127
Muito satisfeito	07
Total	400



Fonte: Pesquisa aplicada

Gráfico 04 – Oficiais: gestão e sistema de gestão

Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	22
Pouco satisfeito	38
Satisfeito	20
Muito satisfeito	00
Total	80



Fonte: Pesquisa aplicada

Comentário:

- Tanto oficiais (48%) quanto praças (49%) estão pouco satisfeitos com a gestão do 10º BPM. Aliam-se os 17% de praças e 27% de oficiais que estão insatisfeitos com a gestão da unidade;
- As praças deram ênfase à falta de manuais de procedimentos para a execução das atividades (insatisfeito/pouco satisfeito: 64%) e à ausência de um sistema de avaliação de desempenho (68%);
- Houve 40% de insatisfeitos e 48% pouco satisfeitos com o sistema de recompensas dos esforços individuais e de equipe;
- Registrou-se que 66% entendem que as relações com a chefia e estabelecimento de metas e resultados deixam a desejar;
- Não obstante, o plano de carreira da PMES parece não atender aos seus anseios (88% descontentes);
- O sentimento entre os oficiais é semelhante; eles apenas asseveram a baixa empatia entre superiores e subordinados e a pouca aptidão do comando e oficiais para comunicar clara e objetivamente.

Em síntese, os militares entrevistados não estão satisfeitos com a gestão do 10º BPM, o que, em princípio, atribuir-se-ia às políticas de comando da unidade. Mas o fato é que nem mesmo a PMES possui padronização de procedimentos para execução das tarefas, ou sistema de avaliação de desempenho, ou de recompensas dos esforços individuais e de equipe, ou o estabelecimento de metas e resultados. A aplicação desses mecanismos fica, infelizmente, à mercê dos comandantes que estiverem à frente das organizações, o que significa dizer que pode estar ruim hoje, mas pode melhorar amanhã e vice-versa. Há que se considerar que o que não se mede não se controla e que o que não se controla não se pode melhorar. É o empirismo exacerbado na gestão, mal que também atinge a maioria dos oficiais chefes de seções e companhias e que os fragmentos ainda apontam como corriqueiro em toda a PMES. Para Shermerhorn (2008), a satisfação gera desempenho, o desempenho gera satisfação e as recompensas apropriadas causam tanto satisfação quanto desempenho.

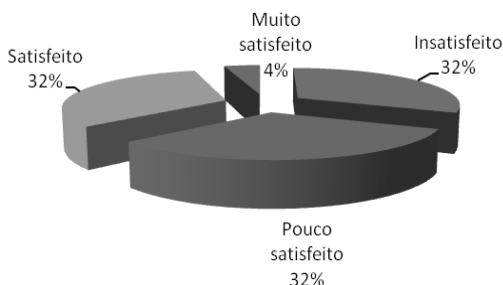
O estilo de liderança pode ser qualquer um – autocrático, liberal ou democrático, pode ser situacional e até mesmo os ultrapassados traços da personalidade; o comandante pode exercer a sua autoridade formal ou sua liderança; depende de quem assume o Batalhão, pois não há doutrina, o que gera ansiedade e falta de referencial para o bom desempenho das atividades.

Transpareceu, também, a insatisfação com o plano de carreira, o qual existe, mas é emperrado por uma legislação completamente desalinhada com os preceitos da Administração Moderna. As promoções são demoradas e alicerçadas em critérios inadequados. E, como disse Maslow, o que motiva as pessoas são as necessidades satisfeitas – a ascensão profissional está quase no topo de sua pirâmide.

4.3. Condições de Trabalho

Gráfico 05 – Praças: condições de trabalho

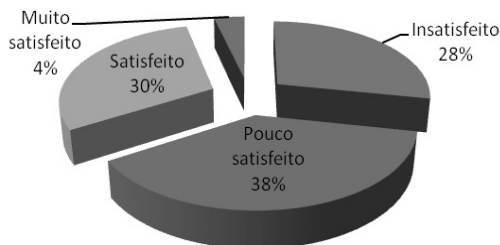
Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	252
Pouco satisfeito	256
Satisfeito	258
Muito satisfeito	34
Total	800



Fonte: Pesquisa aplicada

Gráfico 06 – Oficiais: condições de trabalho

Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	08
Pouco satisfeito	22
Satisfeito	27
Muito satisfeito	03
Total	60



Fonte: Pesquisa aplicada

Comentário:

- Depreende-se uma relativa insatisfação das praças com as condições de trabalho. Aspectos como a falta de atividades sociais desportivas e recreativas (66%), alimentação e transporte para o trabalho (58%), e, sobretudo, serviços sociais como assistência médica e de enfermagem, apoio nos gastos com saúde, ensino, etc (74%); são alvos de descontentamento em massa. Soma-se a isso a falta de políticas de controle de estresse e alcoolismo (46%) e o claro de efetivo de policiais para trabalhar no Batalhão (44%);
- Todavia, pode se observar aspectos positivos, como a satisfação com a estabilidade no emprego (64%), com os equipamentos de serviço (48%) e com o relacionamento interpessoal entre os militares (62%);
- Outro fator em evidência é a percepção acerca da hierarquia e disciplina, cuja satisfação aparece com 52% e muita satisfação com 16%, ou seja, não se apresentam como intervenientes na atividade dos policiais;
- Os oficiais expressam sentimentos semelhantes aos das praças, enfatizando, a mais, a plena insatisfação com os salários (70%).

Conforme Herzberg, quando os fatores extrínsecos ou higiênicos são precários provocam insatisfação nos indivíduos. Portanto, os fatores supra-relacionados, favoráveis, principalmente os sociais, existem, mas são ínfimos, revelando-se in-

satisfacientes. O descontentamento em relação à falta de efetivo é de cunho institucional, pois há mais de 15 (quinze) anos o efetivo de policiais da ativa da PMES tem-se mantido praticamente o mesmo, apesar do aumento dos problemas sócio-econômicos.

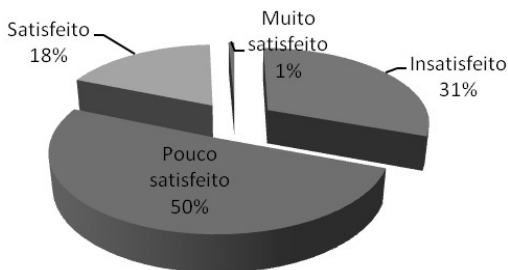
Elencados como louváveis estão a satisfação com os equipamentos de serviço, a estabilidade no emprego e o relacionamento interpessoal entre os militares da organização, enquadrados na Teoria de Clayton Alderfer – Teoria ERG – nas necessidades de existência, relacionamento e crescimento.

Acrescenta-se, ainda, que a hierarquia e disciplina não se apresentam como entraves ao trabalho policial militar; ao contrário, os entrevistados delineiam-se em sua maioria agradaados. Todavia, os oficiais denotam insatisfação com os salários, o que certamente afeta a QVT.

5.4 Treinamento e Desenvolvimento

Gráfico 07 – Praças: Treinamento e desenvolvimento

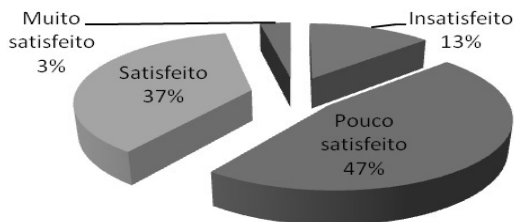
Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	46
Pouco satisfeito	76
Satisfeito	27
Muito satisfeito	01
Total	150



Fonte: Pesquisa aplicada

Gráfico 08 – Oficiais: Treinamento e desenvolvimento

Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	04
Pouco satisfeito	14
Satisfeito	11
Muito satisfeito	01
Total	30



Fonte: Pesquisa aplicada

Comentário:

- As praças mostram-se de pouco satisfeitas à insatisfeitas com o viés de treinamento e desenvolvimento aplicado no 10º BPM. Os cursos de capacitação realizados (52%), as oportunidades de desenvolver novas competências (56%) e o espaço para novas idéias dado pelos superiores (50%) não têm atendido às suas expectativas;

- O mesmo ocorre com os oficiais: os cursos de capacitação realizados (50%), as oportunidades de desenvolver novas competências (40%), e o espaço para novas

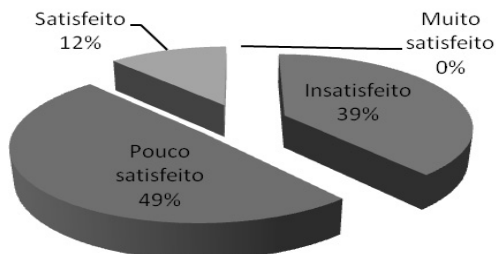
idéias dado pelos superiores (50%). Todos se apresentam insatisfatórios.

À guisa da Teoria “Y”, de Douglas McGregor, a tarefa essencial da administração é criar condições organizacionais e procedimentos de operações, para as pessoas alcançarem seus objetivos pessoais em direção aos da empresa. O indivíduo deve conhecer o significado do que ele faz e medir a sua contribuição para as operações da empresa como um todo. Sem capacitação, qualificação e oportunidade de opinar, porém, há o distanciamento de uma administração aberta, dinâmica e democrática. Ademais, nota-se que tais ocorrências estão atadas a fatores motivacionais de Herzberg, quais sejam a realização e a responsabilidade – de maneira negativa, entretanto.

5.5 Envolvimento Ativo na Organização

Gráfico 09 – Praças: envolvimento ativo na organização

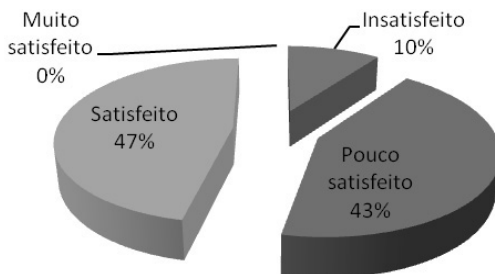
Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	58
Pouco satisfeito	74
Satisfeito	18
Muito satisfeito	00
Total	150



Fonte: Pesquisa aplicada

Gráfico 10 – Oficiais: envolvimento ativo na organização

Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	03
Pouco satisfeito	13
Satisfeito	14
Muito satisfeito	00
Total	30



Fonte: Pesquisa aplicada

Comentário:

- As praças mostram-se distanciadas dos processos de tomadas de decisão (42% de insatisfação e 48% de pouca satisfação), além de não serem envolvidos nas atividades de melhoria do Batalhão (36% de insatisfação e 54% de pouca satisfação), e de não concordarem com os mecanismos de consulta e diálogo entre policiais e comandantes (32% de insatisfeitos e 52% de pouco satisfeitos). Assim, tem-se, em média, apenas 12% de satisfação com o nível de envolvimento na organização;
- Talvez por estarem à frente de seções e companhias, estando, portanto, mais próximos, na cadeia hierárquica, do comando e subcomando da unidade, os oficiais

mostraram-se pouco mais satisfeitos com o envolvimento na organização: envolvimento nos processos de tomadas de decisão (50% de satisfação), envolvimento em atividades de melhoria do Batalhão (50% de satisfação), e mecanismos de consulta e diálogo entre policiais e comandantes (40% de satisfação); alcançando, em média, 47% de satisfação.

A empresa mal administrada, segundo Certo (1993), é conduzida de forma autocrática ou burocrática, rígida e inflexível, proporciona pequeno ou nenhum desenvolvimento e possui comunicação interna ruim. E, ao contrário do que muitos podem imaginar, não é por conta da hierarquia e disciplina, mas em razão de um continuum de más ações gerenciais empregadas por comandantes e oficiais despreparados.

5.6 Níveis de Motivação

Gráfico 11 – Praças: níveis de motivação

Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	22
Pouco satisfeito	47
Satisfeito	121
Muito satisfeito	60
Total	250

Fonte: Pesquisa aplicada

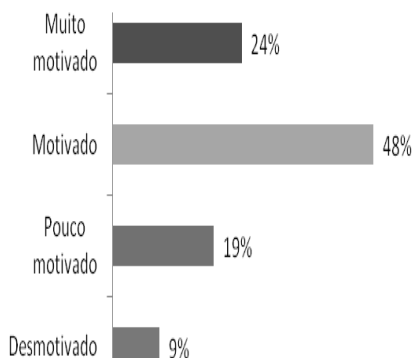
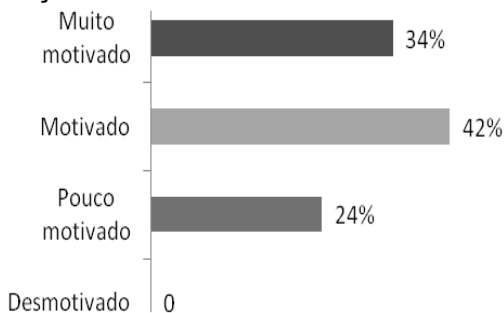


Gráfico 12 – Oficiais: níveis de motivação

Grau de satisfação	Ocorrências
Insatisfeito	00
Pouco satisfeito	12
Satisfeito	21
Muito satisfeito	17
Total	50

Fonte: Pesquisa aplicada



Comentário:

- Nesta pesquisa, em meio a tantas adversidades, é interessante frisar como tanto oficiais quanto praças apresentam-se consideravelmente motivados para os itens propostos, a saber:

- Aprender novos métodos de trabalho (motivado/muito motivado, somados: 78% das praças e 70% dos oficiais);
- Desenvolver trabalho em equipe (motivado/muito motivado, somados: 80% das praças e 70% dos oficiais);

- Participar de instruções e cursos de capacitação (motivado/muito motivado, somados: 72% das praças e 70% dos oficiais);
- Participar de projetos de mudança na unidade (motivado/muito motivado, somados: 70% das praças e 90% dos oficiais);
- Sugerir melhorias (motivado/muito motivado, somados: 72% das praças e 80% dos oficiais).

A motivação dos colaboradores está, segundo Herzberg, na interação do ambiente de trabalho com o próprio trabalho. Ele afirma também que quanto mais se sobe na hierarquia das necessidades de Maslow, maior é a importância dos fatores motivacionais e quanto mais se desce na hierarquia, mais importantes se tornam os fatores higiênicos.

Embora não haja a satisfação plena dos fatores higiênicos dos militares do 10º BPM, observa-se que os fatores motivacionais, ligados ao conteúdo da função policial militar, estão à mostra na percepção dos entrevistados, certamente em virtude da auto-apreciação, autoconfiança, necessidade de aprovação social e de respeito, de status, de prestígio e de consideração, os quais os conduzem a sentimentos de valor, de força, prestígio, poder, capacidade e utilidade.

Corroborar-se ao exposto o próprio potencial de autodesenvolvimento contínuo dos policiais, aliado a bom relacionamento interpessoal e a ofício de servir à sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os fatores intervenientes na motivação para o trabalho policial, no 10º BPM e, em consequência, na qualidade do serviço prestado à comunidade, suscita reflexões acerca do alinhamento das políticas de recursos humanos da organização, quiçá da PMES, com os preceitos do que preconiza a Administração Moderna, mormente no que concerne ao enfoque no capital humano.

O diagnóstico dos níveis de satisfação e motivação verificados nos remete à consciência de que os policiais mostram-se positivos aos fatores motivacionais ou intrínsecos, aqueles ligados ao cargo que ocupam, por aquelas razões de auto-estima, autodesenvolvimento e auto-realização. Todavia, observa-se que muitas necessidades, tanto de oficiais quanto de praças, não vêm sendo atendidas a contento, gerando, portanto, o sentimento de insatisfação. Aspectos como a falta de compromisso dos demais órgãos envolvidos ou responsáveis pela Segurança Pública, que extrapola os limites da administração do Batalhão, geram desgaste e frustração. Ainda fora das mãos dos comandantes que passam pela unidade, mas insatisfacientes estão indicadores como o plano de carreira entravado, salários não-condizentes, precariedade da alimentação e transporte para o trabalho, as políticas de controle de estresse e alcoolismo inócuas, aliados à falta de contingente policial e de apoio nos gastos com saúde e ensino. Estes indicadores, decerto, estão e de-

vem ser tratados em nível de governo ao qual está subordinada a PMES.

Ocorre, entretanto, que a maioria dos elementos considerados insatisfatórios pelos profissionais está amarrada às políticas dos comandantes que passam pelo quartel, alguns sem o mínimo preparo. Destarte, elencam-se quesitos como a ausência de procedimentos para as atividades, de fixação de objetivos e avaliação de resultados, de recompensas por esforços individuais e de equipe, de relações com o comando, de realização de cursos de capacitação, de espaço aos subordinados para diálogo e novas idéias, de envolvimento nos processos de tomada de decisão e nas atividades de melhoria do Batalhão. Todos, sim, poderiam ser mais bem trabalhados pelo comandante e seu Estado-Maior em prol de seus policiais, gerando maior satisfação e, porque não, motivação, refletindo na qualidade dos serviços prestados à população. Aí está um atributo do verdadeiro líder, que não deve esconder-se atrás de sua autoridade formal, enrijecendo a hierarquia e burocratizando qualquer tentativa de aperfeiçoar. É impreterível sair da contramão.

Para ser um líder é essencial conhecer a natureza humana e saber dirigir as pessoas de maneira que tornem os colaboradores motivados em realizar com satisfação qualquer atividade que lhes forem delegadas. A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana, seja nas empresas, públicas ou privadas, seja em cada um de seus departamentos ou seções.

E a chave da questão motivacional está no seu diagnóstico e de um planejamento e implantação de medidas que possam ir ao encontro das necessidades de quem trabalha, quer no nível de aspirações psicológicas, quer no de necessidades de ordem física. O simples, puro e não intencional desconhecimento destas necessidades é mais do que o suficiente para que se consiga, de forma eficaz, desmotivar as pessoas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: uma introdução à psicologia organizacional. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia Motivação nas Organizações**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL [leis, etc]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05.10.1988. 42 ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2009.

CERTO, Samuel C. e PETER, J. Paul. **Administração Estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para Administradores**: integrando teoria e prática. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IMAM, Instituto. **Inovação e Melhoramento na Administração Moderna**. São Paulo: [s.n.], 1996.

LACOMBE, Francisco José e HEILBORN, Gilberto. **Administração**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

MASLOW, Abraham H. Maslow no **Gerenciamento**. Tradução Eliana Casquilha. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MULLINS, Laurie. **Management Organizational Behaviour**, London: Pitman, 1996.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. 11 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SHERMERHORN, John R. Junior, HUNT, James G. e OSBORN, Richard N. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. Trad. Sara Rivka Gedanke. Porto Alegre: Bookman, 1999.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

SOTO, Eduardo. **Comportamento Organizacional**: o impacto das emoções. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

<http://www.pt.wikipedia.org>, acesso em 02/07/2009.

<http://www.pm.es.gov.br>, ícone Plano Estratégico, Espírito Santo – Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – 2009, acesso em 04/08/2009.

<http://www.ibge.gov.br>, acesso em 18/01/2010.

O DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR COMO GERADOR DE SEGURANÇA LOCAL: O CASO BAIRRO BANDEIRANTES/ CARIACICA/ ES¹

*Alcy Belizário de Souza*²

RESUMO

Este artigo aborda as possíveis causas que contribuíram para o aumento da criminalidade no bairro Bandeirantes, Cariacica – ES, no período, entre 1990 a 2008, época em que aconteceu a instalação, reinstalação e desativação do Destacamento Policial Militar (DPM) na localidade. No Espírito Santo, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória, durante a década de noventa, a extinção e o fechamento de alguns Destacamentos contribuíram para o distanciamento do policial da comunidade, a falta de confiabilidade e o alto índice da criminalidade. O trabalho visa contribuir na identificação de ações e medidas para minimizar os conflitos na segurança pública expostos no cotidiano globalizado, que atingiram todas as classes sociais.

Palavras-Chave: Segurança. Criminalidade. Destacamento Policial Militar. Comunidade. Corporações.

1 INTRODUÇÃO

Em virtude dos conflitos no setor da segurança pública, existe a necessidade de identificar e analisar o aumento da criminalidade no bairro Bandeirantes, no período entre 1990 e 2008, em que aconteceram a instalação, reinstalação e desativação do Destacamento Policial Militar (DPM) do bairro Bandeirantes, Cariacica - ES. Nesse período o Brasil passou por transformações como: redemocratização com a eleição direta para presidente; investimentos em áreas industriais e a implantação do plano real. E no Espírito Santo, em especial na região da Grande Bela Aurora, no município de Cariacica, onde está localizado o bairro Bandeirantes, que é composta pelos bairros Bela Aurora, Boa Sorte, Sotelândia, Vale Esperança e Vista Mar; o crescimento imobiliário, instalação do 7^o BPM e remodelação do parque

¹ Esta pesquisa completa poderá ser solicitada através do e-mail: alcy.souza@pm.es.gov.br.

² Subtenente da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. Especialista em Políticas e Gestão em Segurança Pública pela FAESA e Graduado em Comunicação Social pela FAESA.

industrial com (e) a privatização da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), atualmente denominada Belgo Mineira. Neste cenário, movimentos sociais locais forçaram os Gestores da Segurança Pública, em parceria com as Comunidades supramencionadas, a criarem modelos de segurança pública direcionados para o atendimento comunitário, principalmente sobre os aspectos dos direitos humanos.

Os conflitos nas instituições de controle social e econômico atingiram gravemente a comunidade de baixa renda, em virtude das greves, falta de efetivo, salário, saúde do policial, qualidade do local de trabalho e recursos para apuração de Inquéritos. Estes pontos trouxeram um desconforto na manutenção da ordem pública, em especial nos bairros da periferia que não dispõe dos serviços de segurança privada e tampouco do policiamento preventivo comunitário. No Espírito Santo, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória, além dos aspectos já descritos, a extinção e o fechamento de alguns Destacamentos Policial Militar (DPM), considerado um dos princípios base para iniciar o modelo de Polícia Comunitária, contribuíram para o distanciamento do policial da comunidade, a falta de confiabilidade, e, o alto índice da criminalidade.

Esse contemporâneo estilo de administrar a segurança pública visa o acompanhamento globalizado das corporações, ou seja, as instituições, gestores e os agentes estarão interativamente mais engajados na transformação da cultura organizacional, o que facilitará a participação da comunidade no processo de planejamento das ações sustentáveis para um modelo que ofereça normalidade na vida do cidadão.

A segurança pública nacional cotidianamente tem sofrido críticas da mídia, em virtude do inchaço urbano e outros fatores como: desemprego; saúde; lazer, educação e economia, conflitos que se destacam por causa do esquecimento e abandono das Instituições Públicas. A questão se tornou marca registrada para os veículos de comunicação social pela falta de compromisso e ausência de projetos sustentáveis de responsabilidade exclusiva do Estado. Esse problema interferiu e continua causando danos no cotidiano de todas as classes sociais, em especial aquelas que vivem nas regiões periféricas, onde os recursos sociais são escassos.

A pesquisa justificou-se que a incidência criminalística no bairro Bandeirantes sofreu aumento após a desinstalação do DPM. Referenciado na investigação documental realizada nos arquivos das instituições públicas e privadas, que o atributo da pesquisa documental é “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. [...]”. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p.174). Essa pesquisa foi realizada através de análise de boletins de ocorrências policiais (BOP), relatórios de serviços relativos ao policiamento empregado na região em estudo, todos pertencentes ao Arquivo Geral do 7º Batalhão da Polícia Militar (BPM), e dados estatísticos fornecidos pela Gerência Estatística e Análise Criminal (GEAC) do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES).

Os dados criminais foram coletados nos arquivos do 7º BPM, Centro de Operações Policial Militar – COPOM, CIODES e Companhia Espírito Santense de Sa-

neamento – CESAN.

A coleta de dados também ocorreu mediante verificações in loco de como eram desenvolvidas as atividades funcionais (policimento) durante o período que o DPM de Bandeirantes estava “ativado” e/ou desativado. Ações que somente foram possíveis observar, em virtude de o pesquisador ser morador e técnico em segurança pública do efetivo da Unidade Operacional responsável pelo policiamento na cidade de Cariacica, onde está localizado o bairro e o DPM da pesquisa.

O estudo destacou que no período de instalação/ativação (funcionamento) e desativação do Destacamento Policial Militar (DPM) e, as diferentes características criminais, ou seja, tipos de crimes à época da instalação do DPM, quando o policiamento da região era atividade desenvolvida pelos Policiais Militares e os delitos ocorridos pós retirada do policiamento e fechamento do DPM, tem uma relação direta nos possíveis motivos que ocasionaram o avanço da criminalidade no bairro Bandeirantes,

A partir de toda essa situação que envolve a instalação e a desinstalação do DPM de Bandeirantes, a proposta foi buscar fundamentos históricos e sociais relacionados ao controle social exercido pelos Militares Estaduais (MMEE) na região, à época em que o encargo territorial atingia o auge da comunitarização, quando os princípios do Policiamento Comunitário, criados por Sir Robert Peel – Londres, 1829, foram aplicados com uma densidade, fazendo a alusão ao sétimo princípio normatizado pela polícia inglesa, diante da interatividade de idéias, entre o povo e a polícia.

Nestes períodos, a sociedade organizada e/ou científica do estado de Minas Gerais, em virtude da construção do medo da população, pelo motivo alto índice dos crimes contra pessoa, em especial o registrado como homicídio (SILVEIRA, et al, 2006. p. 77), instalou um plano de segurança pública “preventivista” (SILVEIRA, et al, 2006, p. 78) para identificar os cenários de eventos criminológicos, a fim de manter a ordem pública, denominado Programa Fica Vivo, elaborado pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – CRISP/UFMG. Esse projeto foi espelhado nos modos operacionais adotados na Colômbia e EUA, tendo como pontos centrais a redução de risco da comunidade e a valorização das idéias dos moradores quando da realização de projetos visando a segurança local.

2 O DESTACAMENTO POLICIAL MILITAR COMO GERADOR DE SEGURANÇA LOCAL: O CASO BANDEIRANTES, CARIACICA-ES

2.1 BAIRRO BANDEIRANTES: HISTÓRIA E CONDIÇÕES EXISTENTES

De acordo com a Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC), a ocupação e loteamento da área que compreende o bairro de Bandeirantes iniciaram-se entre o

período de 1977 a 1982, com o estabelecimento de algumas famílias de migrantes da zona rural do leste de Minas Gerais, região norte do estado do Rio de Janeiro e sul da Bahia.

Com uma área de 775 m², o bairro Bandeirantes está localizado no município de Cariacica - ES, tendo como limites os bairros Cordovil, Ipiranga, São Bernardo, São Rafael, Valparaíso, Vista Mar, Vista Mar I e Vista Mar II. Pertencente a Região 06, que é a divisão regional da Prefeitura Municipal de Cariacica.

Conforme dados do resumo demonstrativo de imóvel da Prefeitura Municipal de Cariacica, atualizado em 20 de julho de 2009, do setor de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o bairro Bandeirantes caracteriza-se em uma área com infra-estrutura dividida em 37 lotes (terrenos), contendo 385 residências, 33 estabelecimentos comerciais, uma Escola denominada “Mariano Firme” e uma Creche Municipal, uma Associação Comunitária de Moradores e uma população estimada em 1409 moradores.

Segundo dados estatísticos fornecidos pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), através da Coordenadoria de Planejamento Estratégico, no mês de julho de 2009, a empresa fornecia água no bairro Bandeirantes, para 1290 pessoas, 362 residências e sete comércios. A coordenadoria da CESAN informou ainda que: “o fornecimento e/ou ligação de água no Destacamento Policial Militar de Bandeirantes aconteceu no dia 16 de outubro de 1990”, conforme o n.º. de matrícula 265312.

Conforme os moradores mais antigos da região e pessoas da família “Firme”, a área era uma fazenda denominada “Mariano Firme, de propriedade da família “FIRME”, localizada na Região do Rio Marinho de Cariacica, como era identificado e conhecido o local até o final da década de 1970.

O bairro é atendido pelo sistema Transcol (transporte coletivo), que atende tanto os moradores de Bandeirantes como os que moram na localidade circunvizinha. As ruas são iluminadas e asfaltadas e, existe ainda um percentual muito pequeno de becos sem escadas e ruas não pavimentadas. A coleta de lixo é realizada pela PMC no Bairro.

Os moradores do bairro Bandeirantes são classificados como classes B, C e D. Os residentes rotulados na camada B, são aposentados e/ou trabalham na Vale do Rio Doce (CVRD), Funcionários Estaduais/Municipais/Federais, Arcelor/Belgo Mineira e Comerciantes; e aqueles incluídos na classe C, prestam serviços de carteira assinada no comércio e empreiteiras de construção civil/siderurgia. E a última categoria registrada como D, são aquelas pessoas que trabalham informalmente, realizando “bicos”.

No bairro funcionam duas escolas, sendo uma estadual e outra municipal: um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI/Dom José Mauro P. Basto e uma Escola Estadual de Ensino Fundamental – EEEF/Mariano Firme de Souza.

Os moradores do bairro Bandeirantes são atendidos, de segunda à sexta-feira, na Unidade de Saúde do bairro vizinho, denominado Valparaíso, Cariacica - ES, telefone (27) 3346-6549, situado à Rua Marechal Floriano, nos seguintes

programas: sisprenatal, saúde da criança, saúde da mulher, suplemento de ferro e acompanhamento do Programa Bolsa Família. São oferecidos também os serviços nas especialidades de odontologia, vacinação, farmácia, atendimento com clínico geral e ginecologista.

2.2 O DPM DE BANDEIRANTES: ASPECTOS HISTÓRICOS E OPERACIONAIS

O Destacamento Policial Militar (DPM), que no período da sua instalação/ativação no ano 1990 até sua desativação no ano de 2006, serviu como ponto fixo para o patrulhamento a pé, sendo que nos primeiros 6 anos de funcionamento do DPM, o efetivo empregado no bairro era de 10 policiais que atuavam no patrulhamento da localidade e região circunvizinha durante 24 horas, em escala de 12 horas por turno; entre os anos 1997 a 2000 e 2001 a 2004, o policiamento foi minimizado para o horário diurno, ou seja, o efetivo foi reduzido para quatro e/ou seis policiais militares que passaram a cumprir escalas de 12 horas. Mas, em determinados períodos o DPM foi fechado, para que os policiais militares do efetivo do patrulhamento do bairro Bandeirantes fossem atuar em outros logradouros de responsabilidade do 7º BPM.

No período entre o ano de 2004 até 2006, quatro policiais militares se revezavam no patrulhamento diurno de segunda-feira até sábado, com o apoio do policiamento motorizado realizado nas regiões da Grande Bela Aurora e Castelo Branco. Porém, neste período, os militares estaduais do DPM de Bandeirantes foram remanejados para outras localidades de responsabilidade do 7º BPM, para atuarem especificamente na “intervenção policial” na Grande Flexal, ocorrida no dia 17 de agosto de 2005, cumprindo ordem do comando do 7º BPM, por causa do “toque de recolher” imposto por criminosos que estavam recolhidos nos presídios da Grande Vitória, em represálias à morte de meliante na localidade.

Na época, segundo Erlacher (2007, p. 54) foram adotadas as seguintes medidas para minimizar o alto índice de violência na Grande Flexal:

No mesmo dia do “toque de recolher” a Polícia Militar ocupou os bairros, sendo designado como comandante da Ocupação um Oficial que era Subcomandante da antiga 4ª Cia. do 7º BPM e, juntamente com o Subcomandante do 7º Batalhão, foram para o local ordenando que todas as faixas fossem retiradas dos postes, pedindo que o comércio fosse reaberto o que não foi obedecido no primeiro dia de ocupação policial. Esta operação contou inicialmente com o apoio do Batalhão de Missões Especiais (BME) da PM que foi para o local com cerca de 20 homens. A ocupação da polícia na região era de mais de 40 policiais e foi determinado pelo Comandante do 7º Batalhão. Esse efetivo passou a ser permanente e não de forma esporádica como era no passado.

Os Policiais Militares que realizavam o policiamento com qualidade em outras Companhias saíram de seus setores, onde mantinham a normalidade da segurança do cidadão, em especial na região de Bandeirantes, onde as lideranças da comunidade participavam ativamente das reuniões com o comando do 7º BPM, a fim de definir estratégias para o desenvolvimento do trabalho operacional na região.

Atualmente a 2ª Companhia do 7º Batalhão de Polícia Militar, responsável pelo policiamento na Região Administrativa 6 composta por 95 bairros, atende com 115 (cento e quinze) militares e 30 viaturas (10 carros, 14 motos e 6 bicicletas) por escalas de 12 e 6 horas, policiamento motorizado e a pé e, somente os Destacamentos Policiais dos bairros Castelo Branco e Bela Aurora ficam ativado no horário do expediente comercial e a sede da 2ª Cia/7º BPM, situada à Praça Olímpio Alvez Cunha, s/nº., Campo Grande, Cariacica realiza atendimento durante o expediente normal da Corporação e 24 horas como base de gerenciamento do policiamento regional. Há uma delegacia em Jardim América que atende cerca de 56 bairros, incluindo Bandeirantes, possui um efetivo de 06 homens e 02 viaturas, porém, os policiais civis deste distrito policial somente executam o serviço de registro de ocorrência na própria Delegacia que atualmente serve como presídio.

2.3 A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS SOBRE O CENÁRIO CRIMINALÍSTICO DO BAIRRO BANDEIRANTES E O DPM COMO GERADOR DE SEGURANÇA NA COMUNIDADE

Durante a pesquisa, foi aplicado um questionário para 120 entrevistados direcionado à coleta de dados para identificar o perfil dos moradores, percepção da violência, avaliação das ações da polícia militar e participação da comunidade em ações referentes à segurança pública no bairro Bandeirantes; e aos comerciantes, policiais militares, colaboradores e líderes comunitários, a fim de descrever a relação das causas do aumento da incidência da criminalidade na região, no período da instalação/ativação e desativação do DPM de Bandeirantes.

O cenário criminalístico registrado nas ocorrências/CIODES, entre janeiro de 1993 e dezembro de 2008, comprovou, que o tráfico e uso de entorpecentes, homicídios, vias de fato, perturbação da tranqüilidade, abandono de veículos furtados/roubados, são os diversos problemas que contribuíram para o alto índice da criminalidade no Bairro Bandeirantes.

A percepção da violência no bairro Bandeirantes, após a finalização do relatório mostra que dos 120 entrevistados na pesquisa, sendo 65 pessoas do sexo feminino e 55 do sexo masculino. Consta que 44 pessoas (36%) não consideram o bairro Bandeirantes violento. Contudo, 76 moradores (64%), consideram essa região violenta. O que reforça a importância do DPM como gerador de segurança local.

O policiamento foi considerado a principal prioridade do bairro Bandeirantes por 78 pessoas (65%), enquanto que 23 (19%) consideraram a área de lazer, 11 pessoas (10%) consideraram a saúde como prioridade, já 6 moradores (5%) incluíram

a educação como necessária na localidade e duas pessoas (2%) consideraram o asfaltamento/calçamento e referente as opções habitação, saneamento básico e iluminação pública a comunidade está satisfeita, ou seja, nenhum incluiu-as na lista de prioridades. Desta forma, percebe-se que apesar do bairro não apresentar tanta carência, principalmente na área de infra-estrutura, a principal prioridade dessa região ainda está na área de segurança pública.

Referente ao questionamento quando a população observou o crescimento da violência no bairro, uma minoria, ou seja, 4 pessoas, correspondente a 4% responderam que a violência se destacou no bairro Bandeirantes, quando o DPM estava ativado. Já 116 dos entrevistados, que correspondem a 97% disseram que “a violência” destacou-se na região após o fechamento e/ou desativação do DPM, conforme Tabela 1.

Quando observou o crescimento da violência no bairro?					
	DPM Ativado (aberto)		DPM Desativado (fechado)		Total
	Fem	Masc	Fem	Masc	
16 a 24 anos	1	0	16	12	29
%	1%	0%	13%	10%	24%
25 a 34 anos	2	1	13	13	29
%	2%	1%	11%	11%	24%
35 a 49 anos	0	0	18	15	33
%	0%	0%	15%	13%	28%
50 anos ou mais	0	0	15	14	29
%	0%	0%	13%	12%	24%
Totais	3	1	62	54	120
Total %	3%	1%	52%	45%	100%

Quando perguntado para a comunidade se atualmente a PM tem comparecido no bairro. Dos 120 respondentes, 51 disseram que “sim”, observam a presença da Polícia Militar no bairro de Bandeirantes, mas 69 dos respondentes, responderam que a PM “não” realiza patrulhamento nas ruas da localidade.

Quanto à percepção sobre “Qual a frequência do patrulhamento da Polícia Militar no bairro Bandeirantes, durante a semana?”, dos 120 entrevistados, 13 pessoas responderam que a PM realiza patrulhamento nas ruas do bairro 1 vez por semana, já 10 pessoas afirmaram que a PM comparece no bairro duas vezes por semana; e referente a presença da PM por 3 vezes na semana, somente 5 entrevistados responderam este item; 12 entrevistados responderam que a PM comparece quatro dias da semana para realização de patrulhamento no bairro; porém, 3 pessoas alegam que a PM comparece 5 vezes na semana, e nenhuma pessoa respondeu o item “seis vezes na semana”; 3 dos entrevistados responderam que a PM comparece todos os dias no bairro; já a grande maioria (40 pessoas) alega que a Polícia Militar não comparece no bairro durante a semana para patrulhamento, e por último, 34 dos entrevistados afirmaram “não saber” qual a frequência do patrulhamento realizado pela PM durante a semana.

Ao indagar a população se já participou de reuniões com o objetivo de discutir

a segurança na região, 107, ou seja, 90% dos respondentes disseram que não participaram de reuniões e somente 13 (10%) afirmaram que já participaram.

Entre as 107 pessoas que responderam “não” o principal motivo dessa não participação, citada por 49 das pessoas, é o não conhecimento do dia das reuniões (não ficou sabendo), 19 acham que não vai adiantar e 13 afirmam que é por medo de represálias de criminosos, 19 pessoas não participaram das reuniões devido a falta de tempo, já 7 pessoas responderam o item outros. Com isso, fica evidente que é necessário enfatizar a divulgação dessas reuniões, buscando uma maior mobilização e apoio da comunidade, dando, inclusive, garantias reais de segurança para as pessoas envolvidas. Em referência aos entrevistados femininos (65) pessoas, oito participaram de reuniões, já as pessoas do sexo masculino um total de (55), cinco delas estavam presente nas reuniões.

A correlação das entrevistas, questionários e coleta dos dados estatísticos, junto ao setor estatístico do CIODES e Arquivo do 7º BPM, possibilitam várias reflexões importantes sobre o DPM como gerador de segurança da comunidade.

Ao analisar os dados das ocorrências policiais registradas pelo CIODES, no bairro Bandeirantes no período de janeiro de 1993 até dezembro de 2008, época em que o Destacamento Policial Militar foi utilizado por militares estaduais do 7º BPM, como ponto base para a realização do policiamento a pé e às vezes motorizado, resultou na prisão e/ou detenção de várias pessoas, apreensão de drogas e armas. Constatou-se também, que os problemas relacionados ao tráfico e uso de entorpecentes, crimes contra pessoa (homicídios, lesão corporal e vias de fato) e crimes contra patrimônio (furto e roubo a residência e estabelecimento comercial) se destacaram principalmente no período em que os Policiais Militares eram remanejados do DPM de Bandeirantes para outras localidades.

O registro de crimes contra pessoas e tráfico/uso de entorpecentes começa a se formatar como uma grande preocupação dos moradores do bairro Bandeirantes, pelo fato do crescente índice estatístico dos citados atos delituosos. Os moradores do bairro e policiais que trabalharam na região reforçam que: “as ações passaram a ser praticadas em diferentes horários e logradouros de Bandeirantes, principalmente nos horários que os Policiais eram remanejados para outros bairros”.

Essas afirmações foram reforçadas na pesquisa de campo, quando foram realizadas buscas documentais no arquivo do 7º BPM, confirmando a fala (denúncias) da comunidade e os registros das ocorrências no CIODES, que era anotada no Livro de Partes Diárias do DPM de Bandeirantes quando estava ativado, ato que ampliava a aproximação da comunidade com a Polícia Militar, o que corrobora a tese de que “a participação popular implica uma decisão política e o emprego de metodologias que o favoreçam” (PERUZZO, 1998, p. 276). E a comunidade ressalta que a participação e o serviço da Polícia Militar deveriam ser proativos, a fim de colher informações para evitar ou minimizar as ocorrências registradas no bairro Bandeirantes.

Para o comerciante “E”, com a desativação do DPM de Bandeirantes “aconteceu um considerado aumento da criminalidade”, em virtude da falta de políticas

públicas e ausência da associação dos moradores para reivindicar as necessidades básicas da comunidade, especialmente a “reinstalação do DPM”, acrescentou ainda, o comerciante “E”. Ele avalia a instalação do DPM do bairro Bandeirantes como satisfatória por que fortalece a relação da polícia com a comunidade e, com isto gera segurança para toda população.

O educador “A” registra que o funcionamento do DPM é muito importante para a sensação de segurança local. Ele ressalta que: “emite maior rapidez no atendimento à população e maior segurança”, e ainda inibe a ação de infratores envolvidos na prática de roubos, uso e tráfico de drogas e furtos, crimes de alta incidência no Bairro Bandeirantes.

Diante dessa incidência delituosa, o educador “A” sugere aos gestores da Segurança Pública capixaba que sejam adotadas ações preventivas como: “abertura do DPM de Bandeirantes; criação e melhoria de praças, quadras, com a instalação de escolinhas de esportes (futebol, judô e Vôlei Ball)”.

A criação de projetos educacionais, estruturando escolas e/ou outros espaços não-formais e com contratação de profissionais capacitados para o ensino e qualificação de mão de obra, a fim de preparar o adolescente até a faixa etária adulta para o ingresso no mercado de trabalho, auxilie na geração de renda.

Observa o educador “A” que essas ações deverão ser adotadas em conjunto, entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para manutenção do bem estar social da comunidade, para minimizar a inclusão do público infanto-juvenil nos crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Diante dessa avalanche de idéias preventivas para evitar a escalada da criminalidade no bairro Bandeirantes, o comerciante “F” destacou que “a importância do funcionamento do DPM de Bandeirantes é de suma importância, pois a presença diária de PM’s, inibe os criminosos”.

O comerciante “F” sugere “possíveis medidas que contribuirão para a redução dos assaltos, homicídios e tráficos de drogas: reinstalação do DPM, policiais nas ruas, a implantação de projetos sociais, que visem à ocupação de crianças e adolescentes em cultura, esportes e lazer”.

Ele questiona que estes atos delituosos estão sendo destacados na região, também, pela ausência participativa da comunidade e de sua associação de moradores, em reuniões relacionadas à discussão no que tange à segurança pública, ou seja, atualmente a comunidade se distanciou do Estado, não está reivindicando os seus direitos básicos, para reduzir o alto índice de criminalidade exposto cotidianamente nos logradouros do bairro Bandeirantes.

O Policial Militar “B” destaca que a presença do Estado, bem como a sua ação “preventiva em reação às intempéries sociais, representado pela PM”, seria uma medida que conteria o avanço da criminalidade.

Outra questão relevante a ser abordada é a questão presencial do Estado. Sobre esse assunto, o Policial Militar “B” afirma: “A presença da PM no bairro Bandeirantes, quando o DPM estava ativado, demonstrou a assistência do Estado e a preocupação pela condição social do bairro. Essas ações proporcionarão que os

moradores formarem idéias perante as alternativas ambientais em parceria com a Polícia Militar, o que irá auxiliar no combate e minimização dos atos criminalísticos. Essas ações entre a comunidade e a PM serão de grande importância para os governos federal, estadual e municipal identificarem a vulnerabilidade social do bairro Bandeirantes, visando assim, uma vantagem na aplicabilidade de verbas públicas”.

O Policial Militar “B” avalia a importância da instalação do DPM de Bandeirantes, como uma questão de interatividade, voltada para a ampliação e capacidade da comunidade, em compartilhar novas idéias sobre os aspectos sociais do bairro, que auxiliarão o Policial Militar que ocupará o espaço-base para a execução de um policiamento eficaz, o que minimizará o alto índice da criminalidade local, o que facilitará formatação de projetos sustentáveis de segurança por causa da proximidade do PM com as “causas e efeitos” dos crimes de furtos e roubos.

No ano de 2006, os policiais militares que atuavam no DPM de Bandeirantes foram retirados do bairro e o destacamento foi desativado/fechado até presente data. Desta forma, fica patente que a diminuição contínua do efetivo da Polícia Militar força os Gestores da PMES, conforme ressalta o Policial Militar “A”, em especial quando se questiona sobre as medidas que poderão contribuir para redução da criminalidade. Ele ressalta que deslocar policiais de uma área de atuação para implementar uma nova modalidade de Policiamento, torna esse fato uma condicionante para elevação do índice de violência, mas não ao ponto de ser considerado um fato determinante.

Dentre os problemas apresentados no bairro Bandeirantes, conforme os dados estatísticos registrados nos quadros 10 a 14, foi observado e comprovado que o alto índice de ocorrências envolvendo crimes contra pessoa, patrimônio, tráfico e uso de entorpecentes, destacou-se nos períodos em que o DPM de Bandeirantes estava funcionando apenas no período diurno e após a desativação/funcionamento. Após análise dos questionários e das entrevistas (Líderes comunitários, Comerciantes, Policiais Militares e do Comandante da 2ª Cia do 7º BPM) foi observado que esse é o maior problema enfrentado pelos moradores do bairro Bandeirantes.

Para algumas lideranças da comunidade de Bandeirantes, quando os policiais estavam ocupando o Destacamento Policial durante 24 horas, “o uso de drogas e o comércio não eram intensos; e tampouco os crimes contra a vida (pessoa), furtos e roubos contra as pessoas e patrimônio”.

Hoje, devido à ausência do trabalho preventivo da polícia militar e de outras instituições compromissadas constitucionalmente com a manutenção do bem-estar da sociedade ocasionou a evolução do medo social e da criminalidade que se instrumentaliza cotidianamente por causa da ação proativa dos órgãos.

Os participantes da pesquisa foram categóricos em citar que os atos delituosos mais constantes na localidade ocorreram em pequena escala durante o período em que o DPM de Bandeirantes estava ativado, mesmo com a precariedade do efetivo e às vezes com remanejamento dos militares para outra localidade de responsabilidade do 7º BPM (Cariacica, Santa Leopoldina e Viana) e, continuam sendo, após a desativação do DPM, mas agora em alta escala, os delitos de furto e

roubo a estabelecimentos comerciais e residenciais, tráfico e uso de entorpecentes e crimes contra vida.

Sobre a relação das causas do aumento da incidência da criminalidade no bairro Bandeirantes, no período da instalação e/ou ativação e desativação do DPM foram realizadas entrevistas com gestores das áreas da segurança pública e educação; comerciantes; lideranças comunitárias e religiosas. Ato que irá auxiliar na reconstrução da confiabilidade e interação entre a comunidade e a Polícia Militar.

O comerciante “A” foi o primeiro entrevistado a questionar a respeito das principais dificuldades enfrentadas pelos comerciantes no bairro Bandeirantes após a desativação do DPM e sobre importância do funcionamento do destacamento e por quê. Ele ressaltou que para acontecer uma harmonia social, existe a necessidade da “interatividade entre os gestores da educação, segurança pública e comunidade”. Em virtude das crianças e adolescentes da modernidade estar recebendo uma forte influencia do “estado paralelo”, que atua fortemente nas regiões periféricas brasileiras, com o “tráfico de drogas”. Isto vem ocorrendo, pelo motivo da globalização capitalista, ter recrutado as genitoras (mães) para o mercado de trabalho.

A criação do DPM no final da década de 1990, para a comunidade foi muito bom, todo mundo visava à prevenção de roubos a residências e a segurança de um modo geral, afirmou o comerciante “A”.

O comerciante “A” lembra que naquela época já buscava isso e, quando foi instalado o Destacamento no bairro trouxe um alívio comunitário. Mas depois, no período entre 2003 a 2006, sendo este o último ano que os Policiais Militares trabalharam no DPM de Bandeirantes, começou uma briga entre liderança comunitária e os gestores da segurança pública local, referente a interesses políticos e pessoais, atitudes que ocasionaram o fechamento do DPM sem a “consulta da comunidade”, então, sem saber a quem recorrer, a quem buscar segurança; a nossa comunidade sofreu e continua sofrendo com o abandono do “Estado”.

Ele ressaltou que após o fechamento do DPM: “O público “adolescente” ingressou para o mercado criminalístico, transformando assim, o cotidiano da região. Pois quem chegava do trabalho, eram assaltados dentro dos ônibus; e antes de chegar em casa eram privados de quitar as suas dívidas, em virtude dos meliantes ficarem com os “seus vencimentos”. Os assaltos no bairro Bandeirantes alavancou-se após o ano de 2003, ocasião que vários jovens entraram em confronto, entre suas gangues e para ditar a regra do mais forte, iniciaram assaltos a “mão armada” aos comerciantes e carros que faziam entre de mercadorias no bairro”.

O comerciante “A” relatou que a comunidade se reuniu por diversas vezes com pessoas ligadas ao governo, com pauta específica, ou seja, a reabertura do DPM do bairro Bandeirantes, mas eles sempre alegam que: “não tem efetivo”. Aí, o comerciante “A” afirmou que fica pensando, como é que: “Temos um governo do estado e, quando ele entra na administração pública, ele tem uma programação e/ou um plano administrativo. Digamos assim. Um estado com dois milhões ou três milhões de habitantes. Uma população em ascensão para a terceira idade demonstra que funcionários estão ficando velhos e automaticamente se aposentaram; en-

tão, correlacionando com as respostas dos gestores da segurança pública, o que falta realmente para a gestão estadual é, um planejamento em longo prazo, para estabelecer regras e métodos para identificar os conflitos e evitar a falta de efetivo”.

Esta afirmativa do comerciante “A”, é reforçada. Segundo Porter (1989) a prospectiva dos cenários objetivam o foco no que pode acontecer, ou seja, qual será o panorama e as possíveis ameaças ao negócio ora desenvolvido (presente), auxiliando na captação do reflexo do espelho globalizado.

As supostas interferências que possam atingir as estratégicas desenvolvidas na atualidade pelas corporações globalizadas, não são algo concreto ou certo, elas são antecipadas por analogias, causalidades, extrapolação e presságios.

O planejamento e gestão estratégica devem trabalhar em conjunto a fim de focalizar o futuro, através de monitoramento dos dados fundamentais do sistema estratégico, entre eles, podemos citar: negócio, valores, fatores críticos de sucesso e metas. Conseqüentemente, Chiavenato (1993, p. 710) confirma que:

Em todos os sistemas de informação, a fonte serve para fornecer mensagens. O transmissor opera nas mensagens emitidas pela fonte, transformando-as em forma adequada ao canal. O qual leva a mensagem sob a nova forma para um local distante. O ruído perturba a mensagem no canal. O receptor procura decifrar a mensagem gravada no canal e a transforma numa forma adequada ao destino.

O comerciante “A” afirma que o planejamento do bem estar e controle social deve ter a participação dos poderes constituídos. E que: “a segurança pública é uma gotinha”, mas se todos trabalharem com um “objetivo” a criminalidade minimizará na região de Bandeirantes.

Na entrevista com a liderança comunitária “A” e a liderança “B”, ambas representantes do Conselho Interativo de Segurança, o representante comunitário B afirmou que o DPM é importantíssimo para a manutenção da segurança local.

Ela reafirma que: “Onde a polícia ocupa o espaço, o meliante não vem. Quando a gente conversa com a comunidade ela responde que: queria que tivesse uma delegacia e um DPM em cada esquina e um policial em cada rua. E como nós que estamos neste movimento sabemos que isto é humanamente impossível. O governo e tampouco a corporação não tem condições de atender as solicitações da comunidade. Mas se houvesse o mapeamento da violência por municípios e que nos pontos mais violentos e mais estratégicos fosse colocado sim, o poder público e o poder da polícia; este medo seria minimizado”.

A polícia tem que remarcar o seu espaço, a fim de evitar que aconteça no Espírito Santo, os atos violentos vividos pela comunidade carioca, “a qual teme a represália por parte dos meliantes e dos agentes públicos que atuam como braço armado do crime organizado”. Porém, só será possível esta reconstrução e aproximação através da interatividade.

A liderança comunitária “B” afirmou que: “a polícia não tinha condição de es-

tar fazendo a fiscalização dos logradouros, então a comunidade passou a fazê-la de uma forma não ostensiva. E veladamente. Quando acontecia um roubo e/ou homicídio, a comunidade estava sempre mantendo contato direto com os Policiais Militares do DPM, formatando assim, um elo entre a comunidade e os policiais”.

Reforçando a práxis comunicacional, entre os moradores e os agentes e/ou gestores da segurança pública ressaltada pela liderança “B”. Por conseguinte, Peruzzo (1998, p. 296) admite que “a participação e a comunicação representam uma necessidade no processo de constituição de uma cultura democrática, de ampliação dos direitos de cidadania e da conquista [...]”.

No entendimento da liderança comunitária “A”, para prevenir a criminalidade; precisamos “reabrir o DPM com a idéia comunitarista, para que a população possa ter confiabilidade no PM.

Baseado nessa idéia, a liderança “A” coloca como referência o trabalho realizado na cidade de “Diadema, localizada em São Paulo”, antes considerada uma das cidades mais violenta do Brasil, teve no período entre 1999 e 2005, a diminuição dos índices de criminalidade utilizando o intermédio do raciocínio estratégico que tenta determinar o que uma organização deve ser no futuro. Estabelecendo sistemas de planejamento estratégico que ajudam a escolher um modelo de segurança sustentável, de acordo com a realidade daquela comunidade.

Para ter sucesso, em suas ações, a liderança “A”, ressalta que a administração da cidade de Diadema realizou um trabalho de integração, entre as policiais, capacitando-as para agir dentro normas pré-estabelecidas e fatores exigidos, realizando um projeto que requer tais requisitos:

Tendo o comprometimento da alta direção da organização e de participação efetiva de todos os colaboradores designados para implementar a visão. A visão do que a organização quer atingir. Isso ajuda os gerentes a fazerem escolhas certas e ajuda a direção da organização a posicioná-la estrategicamente em ambientes incertos e instáveis, de forma proativa.

Para a liderança “A”, essas ações somente foram possíveis com a aplicabilidade de 30 milhões em recursos financeiros, que sustentam a idéia de um policiamento preventivo de qualidade, com apoio de 150 viaturas, 1550 policiais devidamente e humanamente fardados e a criação de 25 Delegacias, dando apoio direto aos Policiais Militares, para a realização de suas atividades proativas diárias.

Ao entrevistar o Policial Militar “A”, questionou-se sobre a importância dos Destacamentos Policiais Militares (DPM), como geradores de segurança local, no período que a estrutura foi utilizada no Estado do Espírito Santo, como ponto-base para a realização da modalidade de policiamento comunitário. E para o PM “A”, o questionamento referente ao DPM é uma importância plural e com campos de ação delimitados. Ressalta que: “Primeiramente é necessário frisar que o problema da violência é complexo e precisa ser tratado com políticas pluridimensionais, pois se referem e afeta os diferentes aspectos e dimensões da vida institucional e social,

com políticas multissetorias, o que necessita de intervenções de vários atores estatais e sociais e não somente na força policial, e por fim com políticas complexas por que pressupõe a gestão de problemáticas diversas, algumas das quais possuem certas características peculiares, como os homicídios”.

Desta forma, o DPM, por si só, não será um gerador de segurança local, pois necessita de um planejamento estratégico debatido por todos antes de sua instalação, e com a devida qualificação dos policiais que ali foram lotados.

Reportando especificamente para a atuação dos policiais militares que atuaram no DPM de Bandeirantes, para o Policial Militar “A” esse destacamento representou uma ação que aproximou o policial da comunidade, pois possibilitou a ampliação da atuação policial em articulação e colaboração direta com a comunidade, o PM “A” ressalta ainda que, “no âmbito da resolução da pequena e média criminalidade, na prevenção de crimes e incivildades, causadores de desconforto e do sentimento de insegurança da população. Esse Policiamento permitiu que os Policiais ficassem mais próximos da população, principalmente daqueles mais frágeis e carentes, o que possibilitou o conhecimento mais aprofundado das fragilidades, necessidades e as potencialidades do meio, intervindo em ocorrências que muitas vezes não foram registradas nas estatísticas policiais, pois grande parte era resolvida no local”.

Em relação às medidas que devem ser adotadas para contribuir com a redução dos atos ilícitos, o PM “A” diz que: “o problema da violência é complexo, sendo necessário à participação dos governos locais, aliado ao trabalho conjunto dos diversos atores estatais e sociais”. O Policial Militar “A” expõe ainda que a participação das agências de controle social e outras instituições devem assumir as ações “igualmente”, ou seja, elas também são responsáveis pela segurança pública, as quais devem adotar políticas pluridimensionais, multissetorias e complexas, e com formas de intervenção, as quais deverão, necessariamente, serem formuladas e levadas a cabo especificamente com o objetivo de controlar os índices de criminalidade dessas regiões, aliado a formulação de um planejamento estratégico e a qualificação continuada dos profissionais que ali forem destacados, o que trará benefícios duradouros, tomando essas regiões mais seguras.

Nós últimos anos estão tentando implantar a filosofia da “polícia comunitária” na PMES. No artigo do Coronel PM Loiola, publicado em 12/01/2006, no Jornal a Tribuna, página 20, ele registra (Anexo D), que ao longo dos tempos, vários gestores implantaram diversos projetos de segurança, mas, nenhum deles surtiu efeito. Diante da nota do Coronel Loiola todas as modalidades adotadas foram frágeis por causa da remoção do efetivo de uma modalidade de policiamento para suprir outra. Perante a afirmação será que o efetivo é a chave para solucionar o problema da Segurança Pública. Diante do questionamento, o Policial Militar “A” foi bastante taxativo advertindo que: “É claro que não, para resolver o problema da segurança pública não é necessário apenas a força policial, esta é apenas um componente de um sistema, por isso que os vários projetos implementados pela Polícia Militar não deram e não vão dar certos”.

Desta forma, “afirmo que a questão da segurança pública não carece muito mais de teoria, mas sim de vontade política, dado que o caminho a ser trilhado a maioria já sabe”, relata o PM “A”.

Para reduzir a criminalidade no eixo comunitário, o Policial “A” informou que está faltando vontade política. Uma política de segurança pública conjunta de intervenções públicas levadas a cabo por diferentes atores estatais e sociais (públicos ou privados).

Ele reforça ainda que, “Caso contrário, estaremos retrocedendo para a policialização da segurança pública tão evidente no Brasil, a qual delega as instituições policiais a (ir) responsabilidade de gerir, de forma exclusiva, a segurança pública dos Estados brasileiros”.

Isso trouxe um desgaste com as comunidades, pois alguns postos policiais foram fechados para compor o efetivo do Cerco Tático; a resistência de governantes em repor os policiais que estão saindo para a reserva; a criação da antiga Companhia de radiopatrulhamento (CIARP) com sede nos Batalhões, pois para a sua implementação, diferentemente do antigo Corredores de Segurança Ostensivo (CSO), foram retirados policiais das Companhias Operacionais, ou seja, das Cias com sedes nos bairros, para formar essa CIARP.

Em relação à importância do DPM, questionou-se se quando o destacamento estava ativado, trouxe resultados satisfatórios, o comerciante “B” afirmou que: “[...] com os policiais fixos fica melhor para a comunidade fazer suas reclamações [...]”. Mas, para que esta interatividade possa acontecer dentro das normas legais e humanizadas, o comerciante B reforça que o Estado deve melhorar as condições das instalações dos DPM.

Alerta o comerciante “B” que após desativação do Destacamento Policial Militar do bairro Bandeirantes, somente a “Diretoria de Polícia Interativa da Grande Bela Aurora”, contribuiu para o desenvolvimento de ações para tentar minimizar o alto índice de violência que se instalou na região, da qual, o bairro Bandeirantes faz parte.

Em relação à participação e a interatividade da comunidade de Bandeirantes, em assuntos referentes à Segurança Pública, o comerciante “B” disse que: “Algumas reclamações da comunidade, às vezes não são atendidas. E quando os policiais militares circulam no bairro a pé e/ou de viaturas, respectivamente não dialogam com os moradores e a radiopatrulha (viatura) trafega em velocidade incompatível, a fim de prestar atenção nos atos ilícitos que estiverem acontecendo”.

Na opinião do comerciante “B” para solucionar a redução da criminalidade no bairro Bandeirantes. As autoridades responsáveis pela gestão da segurança pública capixaba devem ativar o DPM e “colocar policiais andando nas ruas e uma patrulha dando apoio na região” ressaltou o comerciante.

O comerciante “C” avalia a importância do funcionamento do Destacamento Policial Militar, como um ponto-base de segurança, pelo motivo do relacionamento respeitoso e a sensação de segurança, expostos pelos Policiais Militares que atuavam na região, ameaçava as atitudes delituosas das pessoas em conflitos com a lei.

E referente as ações desenvolvidas pela comunidade e a associação de mo-

radores para minimizar os atos ilícitos no bairro Bandeirantes, o comerciante “C” alerta que: “atualmente a associação de moradores está desativada e, não existe nenhuma atividade em desenvolvimento para solucionar o crescente envolvimento, em especial do público infanto-juvenil com o uso e tráfico de entorpecentes”.

O comerciante “C” reforça que a comunidade deseja a adoção de ações sustentáveis, por parte do Estado, para contribuir com a redução da violência generalizada. O mercante em questão reforça que “a comunidade não quer os policiais nos quartéis”, mas no interior da comunidade executando o verdadeiro papel de polícia.

O comerciante “D” expôs o princípio da interatividade com a comunidade, ou seja, ele relatou que “quando o DPM funcionava, os policiais conheciam todos os meliantes da região e, o bairro ficava mais seguro. E nós comerciantes trabalhávamos tranquilos”.

O comerciante “D” reforça que os gestores da segurança pública do Estado Espírito Santo devem ativar os Destacamentos para minimizar a violência e reaproximar a comunidade para a discussão e formulação de projetos voltados para o bem estar comunitário.

O Policial Militar “C” sugeriu que a reinstalação do DPM de Bandeirantes é uma das possíveis ações em curto prazo para solucionar a problemática do tráfico e uso de entorpecente ostentada midiaticamente, “como o centro da violência que acontece cotidianamente nos aglomerados periféricos brasileiros”. Ele ressaltou que os gestores devem realizar planejamento com uma visão focada nas mutações futurísticas, a fim de preparar e contratar um “efetivo” qualificado e capaz de identificar os pontos vulneráveis e as possíveis ameaças contra a comunidade.

Em relação à importância do Destacamento Policial Militar, o Educador (psicólogo) “B” diz que, “a PM deve estar mobilizada para identificar qual e/ou quais os tipos de delitos, violência e crimes e a localidade (regionais/bairros/cidades)”. O educador falou ainda que a primeira ação da gestão da segurança pública, para minimizar o índice assustador dos roubos, homicídios e tráfico de drogas, é viabilizar projetos sustentáveis.

O educador “B” ressalta que: “Traçar estratégias que visem a mobilização de todos os batalhões trabalhando em conjunto combatendo suas particularidades simultaneamente. Não adianta uma comunidade trabalhar seu problema sozinho, apenas empurra a violência para o bairro e/ou região mais próximo sem acabar com a mesma. O trabalho deve ser em conjunto e simultaneamente”.

A idéia que deixando outros locais de grande concentração populacional abandonados ao destino; ato que ocasionou o início da desativação dos destacamentos da área de responsabilidade do 7º BPM. O educador “B” alertou que não adianta descobrir um “Santo” para cobrir outro. Segundo ele, para o indivíduo que já tem uma pré-disposição para cometer atos ilegais, quando percebe que uma área está difícil para ele, é claro, que levado por seus impulsos, a pé (se for próximo) ou com qualquer veículo (considerando que tudo é próximo no Estado) ele vai para outra localidade.

Ainda de acordo com o educador (psicólogo) “B”, “Não se acaba focos de

violência, comparando a violência com um incêndio em uma floresta, quando você mal apagou um foco, em algum lugar o vento já levou a faísca que culminou em outro foco, e o resultado disso é um incêndio de enormes proporções que em algum momento perdeu seu controle e reza-se para que chova. Isso estou falando à nível de Brasil/Estados/Cidades. A Ação deve ser conjunta e simultânea”.

Quanto à causa e efeito da criminalidade, o educador “B” revela que: “os indivíduos são por natureza bio/psíquico/sociais, pois bem, de acordo com sua genética podem nascer pré-dispostos aos mais variáveis tipos de violência”. E se os cidadãos não forem bem trabalhados e/ou canalizados esse acondicionamento se armam e como vivemos numa sociedade que os massacra e os pune justa e/ou injustamente, os justos e injustos daí para o ato violento é só dar o tiro com as mãos da sociedade.

O Policial Militar “D” (comandante da 2ª Companhia/7º BPM) afirmou que os DPM’s que agora recebem a denominação de SAC, Serviço de Atendimento ao cidadão, tiveram uma importância muito grande, pois fixavam o policiamento em determinada região e mantinham contato diuturno com a comunidade local. Entretanto, vale fazer uma ressalva que: “faltavam as ferramentas adequadas de interação com os cidadãos, melhorias nas instalações físicas e emprego de tecnologia de informação para melhoria na prestação de serviços”. Foi muito importante para uma época, mas hoje muito teriam que ser revistos, como um policiamento que suplantava a filosofia tradicional.

O comandante (PM D) ressalva que a violência local será reduzida com a adoção das seguintes medidas: “Desenvolver modalidades de interação, que poderia ser com bases móveis, motos, bike e PO a pé, não necessariamente deveriam ser com DPM, mas o que se deve levar em conta é a mão de obra, que deve ter uma mudança na forma de realizar policiamento e um maior envolvimento nas questões sociais”.

Em relação ao fechamento dos Destacamentos com a elevação do índice de violência e o remanejamento de policiais militares para atuarem em outras localidades deixando alguns aglomerados periféricos abandonados, o PM “D” afirmou que não podemos levar isso como se fosse uma verdade absoluta, pois a violência “é um fenômeno multifacetário e não podemos afirmar que essa seria uma causa”. E o fechamento de DPM não foi por essa causa somente, mas ocorreu gradativamente, argumentou o PM “D”.

O PM “D” afirma que: “toda mudança gera alguns transtornos administrativos e operacionais, como qualquer empresa privada ou pública”.

Ele (PM D) acrescenta que: “Tivemos várias iniciativas de policiamento comunitário que foram bem sucedidas e que, infelizmente, não foi dada a continuidade ou não se tornaram práticas de toda a instituição. Tivemos premiações nacionais e reconhecimento internacional por alguns casos de sucessos em polícia comunitária. O que realmente falta é isso se tornar um programa de governo e criação na PMES de estrutura para fomentação e planejamento da comunitarização”.

O PM “E” (respondendo pelo Subcomando do 7º BPM) afirma que a causa da elevação da violência na Grande Vitória está atrelada ao erro cometido pelo Estado

quando “fechou os Destacamentos Policiais Militares”. Para o militar “E” os gestores deveriam ter feito um planejamento de enfrentamento à criminalidade que na ocasião (ano de 2005) estava em destaque.

O Militar Estadual “E” reitera que, “Em relação à elevação do índice de violência entendo que há no momento uma equivocada política de Segurança Pública. Ações muito tímidas estão em evidência. E que o efetivo Policial é um fator importantíssimo para uma política de segurança eficaz”.

O policial “E” garante que além da importância de contratação de pessoal, existem outros fatores temporários que contribuem para o bom desempenho da Polícia Militar em relação à preservação da Ordem Pública. Ele exemplifica que “a implantação de políticas públicas de segurança envolvendo os poderes públicos e a comunidade”, poderão solucionar o problema da Segurança Pública.

O Policial Militar “E” advoga que os Destacamentos Policiais Militares são de suma importância para as Comunidades em seu entorno. Afirma ainda que: “são pontos de referência de uma Comunidade”. E defende a “permanência e manutenção de um Destacamento Policial” no Bairro Bandeirantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa chamam a atenção para um amplo debate da comunidade, sociedade organizada e do Estado, buscando formas de ampliar a participação da população, especialmente dos municípios que residem no bairro Bandeirantes.

A criação de políticas públicas e privadas com a participação dos gestores do Estado e da comunidade local são fatores importantes a fim de garantir a aplicabilidade das ações e relações sociais, para evitar medidas sem o devido planejamento, como o desativamento do Destacamento Policial Militar do bairro Bandeirantes, Cariacica – ES, ocorrido no ano de 2006; referenciando as respostas dos educadores, policiais militares, comerciantes e lideranças comunitárias quando afirmam que: “o DPM é uma instância fundamental para a comunicação da população com a Polícia Militar, contribuindo dessa forma para a diminuição dos índices de criminalidade”.

Devido as causas estruturais e fatores externos, o sistema da segurança pública torna-se um empecilho para os governantes que passam a agir de maneira imediatista, criando outras modalidades de policiamento, com o intuito de minimizar as causas e os efeitos dos indicadores criminalísticos, adotando assim, medidas superficiais e sem a participação da comunidade, ou seja, ignorando a real necessidade da população e desprezando a realidade vivida pela mesma, atitudes que contribuem para o distanciamento da Polícia para com a Comunidade.

Em virtude de tais acontecimentos, conforme a pesquisa de campo realizada se constatou a urgência dos moradores, em participar dos debates públicos como: Orçamento Participativo; Conselhos de Segurança; Crescimento Populacional, Educação e Saúde, a fim de adequar os projetos de segurança pública à realidade de cada comunidade.

A comunidade expôs a sua opinião, reforçando as reportagens anexadas no trabalho, ou seja, edificando a idéia de que o “DPM”, realmente é um gerador de segurança local, em virtude da aproximação do Policial Militar com a solução e minimização das causas e efeitos criminalísticos na comunidade.

Mas de acordo com moradores, lideranças comunitárias e observação in loco, para que ocorra a diminuição desses índices é necessária a reintegração do policiamento militar com os gestores da educação; criando a necessidade da instalação de creches para atender os filhos das mulheres trabalhadoras, em horário integral, inclusive nas férias, em virtude das crianças, atualmente estarem sendo incluídas no Mercado de Trabalho paralelo, ou seja, no tráfico de entorpecentes. Estendendo para as escolas de ensino fundamental.

É importante ressaltar que as causas da violência e os problemas da segurança pública devem envolver todas as células de controle social (família, escola, igreja e os poderes constituídos).

A pesquisa possibilitou confirmar, ainda, que as estatísticas policiais dos crimes que ocorrem nessa região, estão representados pelos crimes de: Furto e Roubo (comercial e residencial); Homicídios e Tráfico e uso de Entorpecentes, o que ficou confirmado junto aos dados do CIODES e ao questionário aplicado junto a comunidade, onde foi constatado que a incidência da criminalidade descrita sofreu um aumento entre o período 1997 a 2006, quando o DPM passou a funcionar, esporadicamente, 12 horas diurnas.

Entretanto, a segurança é, portanto um elemento obrigatório para que a democracia moderna se concretize e vigore, e assim, cabe ao Estado assegurar a sua formatação sustentável quanto a sua função social e quanto aos resultados a serem obtidos.

Conscientizar a comunidade para a importância da implantação de uma política de segurança pública é necessário. O apoio popular precisa ser considerado, até para a própria instalação e/ou desinstalação dos Destacamentos, mostrando para os gestores da área de segurança pública as necessidades específicas que a comunidade requer, diante da implantação ou não de um modelo de policiamento comunitário sustentável, reproduzindo as respostas contidas nos questionários, que alimentou a expectativa da população para a reabertura do DPM do bairro Bandeirantes.

Contudo, o ideal seria fortalecer os movimentos sociais realizados pelas Associações de Moradores e Conselhos Interativos de Segurança, que hoje estão divididos e/ou fragmentados; para isso é necessário que a sociedade se organize e faça um amplo debate sobre a questão da reinstalação do Destacamento Policial Militar e a interatividade entre o público e Estado, buscando formas de ampliar a participação popular nessas decisões.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

ERLACHER, Enoni. Os impactos das ações da Polícia Militar do Espírito Santo em regiões urbanas violentas: o caso Flexal. Monografia (**Curso de Especialização em Segurança Pública**) – Universidade Federal do Espírito Santo: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Espírito Santo. 2007. 110f.

Jornal A Tribuna, Vitória, 12 jan. Tribuna Livre. 2006. p. 20.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**. 26. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SILVEIRA, Andrea, et al. Prevenção de Crimes Urbanos: **O Programa Fica Vivo**. In: PAULA, Liana de; LIMA, Renato Sergio de. Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2006. p. 77 - 88.

SOUZA, Alcy Belizário de. **Sociedade x Poder**. Disponível em: http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=74683. 17 abr 2009.

PMES on-line. **Institucional/História da PMES**. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br>. Acesso em: 01 jan. 2009.

O DIREITO PENAL E OS REMÉDIOS PROPORCIONAIS ÀS DOENÇAS

*Tiago Farias Braga*¹

RESUMO

Apresenta uma análise do atual modelo de se legislar em matéria penal, vislumbrando a necessidade de se implementar um novo método para esse trabalho, a fim de se diminuir as desproporções entre cura e moléstia nesse âmbito da ciência jurídica.

Palavras-chave: Proporcionalidade. Desproporcionalidade. Direito Penal. Jurídico. Delito. Legislação.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças político-sociais de um Estado, somadas à sua evolução científica e aos seus conseqüentes avanços tecnológicos, põem à prova o seu sistema jurídico, impondo-lhe por meio desta dinâmica novos tipos de necessidades jurídicas, e às vezes, novas medidas de suprimento dessas necessidades. No caso do Brasil, principalmente em matéria penal, isso ocorre devido ao princípio constitucional da legalidade que resulta na taxatividade e na não admissão de analogia – salvo in bonam partem – para a solução de tal matéria.

A evolução, conforme a idéia darwinista provoca uma seleção dos mais bem adaptados. As transformações sociais requerem modificações jurídicas concomitantes a fim de que o Estado se mantenha na posição de fiel garantidor da ordem pública, adaptando-se às novas hipóteses de violações de direitos e garantias de seu elemento humano – o povo – para a elaboração de eficazes mecanismos de defesa. Para tanto, toda enfermidade estatal deve ser estudada de modo pormenorizado, porquanto semelhantemente às pessoas físicas, pessoas jurídicas também podem vir a morrer em razão de suas moléstias, especialmente em casos de moléstias que afetam a ordem jurídica estatal, que segundo Durkheim (1984), em O Suicídio (1897), são as responsáveis pela violência, logo, também pelo suicídio.

¹ Aspirante a Oficial PM da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

² “In bonam partem”: a analogia é empregada em benefício do agente” (CAPEZ, 2006, p. 35).

³ Emile Durkheim (1858-1917), sociólogo cuja obra capital, O suicídio (1897), define o auto-extermínio como uma questão social, podendo aquele ser anômico, egoísta ou altruísta.

⁴ Termo que se refere ao que é relativo ao pensamento de Friedrich Hegel (1770-1881), filósofo alemão que desenvolveu a idéia da dialética idealista.

2 A DIALÉTICA DOS REMÉDIOS E MOLÉSTIAS

A palavra dialética vem do grego: dia, que expressa a idéia de dualidade ou troca, e léktikós, que significa capaz de falar. Por isso, assemelha-se com a palavra diálogo, pois logos expressa palavra, razão, estudo ou tratado. Contudo, na concepção filosófica da palavra, principalmente na visão hegeliana, a idéia central da dialética é a de que a morte é criadora.

A visão da morte como geradora nos guia ao movimento, ao processo constante. Essa mesma marcha deve ser procurada na interação entre os remédios e moléstias, no Direito Penal, com o objetivo de extrair a contradição criadora que neles existe, e conseqüentemente, encontrar por métodos científicos a cura que nasce da razoabilidade – proporcionalidade – entre o uso correto e oportuno dos remédios frente à incidência de moléstias.

2.1 Da Desproporcionalidade

O atual sistema jurídico-penal do Brasil é frágil, porquanto nenhum legislador, dentro de suas limitações naturais do espaço-tempo e dos limites físicos de um tipo penal, poderia prever com apenas uma tentativa todos os casos possíveis de lesão ao bem jurídico que se pretende tutelar. Todavia, a solução não está em criar tipos os mais genéricos possíveis, porquanto se assim o fosse, poderíamos utilizar a Lei Mosaica como regra nacional que resolveria o problema.

É irrefutável que um ordenamento genérico alcança a maioria dos possíveis casos de violação do bem jurídico a que aquele visa tutelar, por outro lado, até mesmo a lei genérica não é capaz de se aplicar a todas as hipóteses de condutas criminais, e o que é mais grave, ela as equipara ignorando os seus desníveis e as suas circunstâncias. E.g. o tipo penal previsto no art. 121 do CP é irrefutavelmente o mais genérico de todos os tipos penais, mas dentro de determinado contexto em que o cidadão comete a conduta descrita nesse artigo, aquele pode tanto não cometer crime algum, caso esteja amparado por uma das excludentes de ilicitude previstas no art. 23 do CP, quanto cometer um crime hediondo, caso “praticado em atividade típica de grupo de

⁵ “Matar alguém” (Caput do Art. 121 do Código Penal).

⁶ Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal.

⁷ Parte do art. 1º, I, da Lei 8072, de 25 de julho de 1990 - Lei de Crimes Hediondos.

⁴ A ultratividade, “possibilidade de uma lei se aplicar a um fato cometido durante a sua vigência, mesmo após a sua revogação...” (CAPEZ, 2006, p. 62), que ocorre em benefício do sujeito ativo do fato delituoso. Conforme Capez (2006), essa categoria de ultratividade é princípio constitucional: “O artigo 5º, XL, da CF, consagrou o princípio da ultratividade in mellius” (Ibidem, p. 62).

⁵ De acordo com a concepção de Thomas S. Kuhn, autor de *The Structure of Scientific Revolutions*, é dentro de paradigmas que decorrem os estudos científicos e a evolução destes, porém se desses paradigmas eclodem anomalias que os contradizem, eles devem ser mudados – revolução científica – porquanto são negativos para a ciência.

extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado”.

Art. 23 – “Não há crime quando o agente pratica o fato” (grifo nosso):

I – “em estado de necessidade”;

II – “em legítima defesa”;

III – “em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”.

A fim de se tentar vislumbrar a fragilidade do atual sistema e as possibilidades eficientes de resposta para esse problema, estuda-se o exemplo do homicídio qualificado e sua transformação em um crime hediondo. Para a transformação retro mencionada ocorrer, foi necessária a luta de duas mães que conseguiram comover milhares de brasileiros a exigirem uma lei mais severa para esse delito. Mas os assassinos de Daniela Perez (atriz cuja mãe era uma das que lutou para aumentar o cisma entre homicídio qualificado e os demais tipos de homicídio) foram beneficiados pela ultratividade in mellius da lei penal, e por isso, obtiveram as progressões de pena para o regime semi-aberto e posteriormente para o aberto. Seria isso um exemplo de uma injustiça legal?

Era imoral que os autores do crime motivador de uma nova sanção mais severa fossem submetidos a uma outra sanção mais branda do que a que deu origem, contudo, não era ilegal. Mas isso só ocorreu porque há falhas no sistema, na medida em que as pessoas estão presas a paradigmas negativos do uso das fontes do Direito, pois poderia ter ocorrido a previsão dessa possibilidade de sanção mais severa, anterior ao fato delituoso, por parte dos operadores do Direito, agindo preventivamente na proteção escalonada do bem vida de acordo com aspirações sociais. Isso, apesar de ser diverso do usual, não vai de encontro ao conteúdo doutrinário da Teoria Tri-dimensional do Direito de Miguel Reale que define que “o Direito se atualiza como fato, valor e norma” (REALE, 2005, p.103), uma vez que só mudaria a questão da previsão do fato em busca de preveni-lo, ao invés do fato já consumado e sua repressão não totalmente eficaz.

Segundo Miguel Reale, o aspecto axiológico da norma, marca tanto o valor objetivo a ser atingido, quanto a liberdade do destinatário, ainda que para prática do delito. Desta idéia, percebe-se que o homem é livre para cometer delitos, todavia, em uma perspectiva psicológica, ele os cometerá em virtude da maior quantidade de reforços e menor de punições possivelmente advindas de sua conduta. Logo, é necessário que os juristas tenham condições de deliberar a respeito das aspirações sociais e de como estas devem ser atendidas, criando remédios proporcionais às moléstias, ou em outras palavras, adequando as conseqüências aos fatos jurídicos e evitando aberrações de um legal não justo.

Carnelutti (2005), em sua obra *Como nasce o Direito*, esclarece que

esses problemas entre o injusto legal e o justo ilegal ocorrem devido à desqualificação de grande parte dos operadores do Direito: “no parlamento são os peões que predominam ou podem predominar pelo menos” (CARNELUTTI, 2005, p. 7). Os operadores do Direito devem ser homens competentes e contribuidores para a Ciência Jurídica, observando todos os fenômenos que lhes são de interesse, a fim de buscar com veemência o legal cada vez mais próximo do justo, procurando criar no sistema jurídico de forma preventiva remédios proporcionais às doenças daquele. Os operadores do Direito devem agir profilaticamente sobre as doenças jurídicas, utilizando mais vacinas do que soros, pregando a prevenção em primeiro lugar, na medida em que esta é muito mais eficiente do que a repressão.

Imagine, por exemplo, o caso de um indivíduo que constranger uma mulher, por meio de dope, a fazer inseminação artificial. Diante desse fato, têm-se dois problemas a serem solucionados:

Problema 1 - O que se pode fazer para combater a gravidez indesejada?

A priori far-se-á uma interpretação progressiva do disposto no Art. 128, II, do CP, que permite o aborto praticado por médico no caso de gravidez resultante de estupro, e, adaptar-se-á a situação às mudanças político-sociais e tecnológicas para fazermos uma analogia in bonam partem, resolvendo-se o caso da gravidez indesejada.

Problema 2 - Qual delito cometeu o agente da inseminação forçada?

Toma-se como base o art. 213 do CP que tipifica o Estupro: “Constranger mulher a praticar conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” (grifo nosso).

Claramente se percebe que faltou a elementar conjunção carnal, e portanto, a conduta não está tipificada no artigo supramencionado.

A seguir, pode se observar o Atentado Violento ao Pudor, delito do art. 214: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal” (grifo nosso), também não se enquadra nesse artigo uma vez que o ato da inseminação artificial diverge da elementar retro grifada.

Logo, não se enquadrando nos crimes contra a liberdade sexual, passa-se para os crimes contra a liberdade pessoal, e só se consegue enquadrar a conduta em questão no art. 146, que tipifica o delito de Constrangimento Ilegal: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda”.

A questão é que, do segundo problema acaba nascendo um terceiro, que é a desproporcionalidade entre remédio e moléstia, pois a pena do art. 146 é de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa, sendo ínfima para combater

a conduta de alguém que, de modo arдил, provocou uma gravidez indesejada e a conseqüente morte de um ser inofensivo, fato que gera novamente o injusto legal; a única diferença é que dessa vez alguém está pensando antes do fato ocorrer, oportunizando a prevenção desse remédio desproporcional por meio da criação de um proporcional, seja ele fruto de uma qualificação da pena do art. 146, ou até mesmo de um novo tipo penal.

2.2 Da Proporcionalidade

Semelhantemente aos exemplos retro avaliados, pode-se trazer à tona uma nova discussão sobre cura e moléstia voltada para o âmbito do Direito Penal Militar, pensando neste como um direito penal especial que se ocupa originariamente com a tutela dos diferenciados valores militares, e por isso, deve combater e responder proporcionalmente todos os casos de indisciplina que estiverem sob sua responsabilidade e controle, que é questão da existência da figura do precedente em algumas Instituições Militares, mas sua inexistência no Código Penal Militar, o que aparenta também poder gerar casos graves de desproporção entre moléstia e cura jurídicas.

Precedente, segundo o Dicionário Larousse, refere-se àquele “que precede”, ou, de um modo mais abrangente, possui “antecedência no tempo, na ordem ou no lugar”. Desta definição pode-se extrair o significado castrense do termo: precedência é a relação de antigüidade e preferência que existe entre dois ou mais militares. Quando essa relação decorre de indivíduos de diferentes postos ou graduações, é facilmente compreendida, pois sempre o de maior guardá-la-á sobre o de menor, exceto no caso particular da PMMG dos Alunos do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO) em relação aos Cadetes, alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO), o que, até acabar o período de vacância da Lei complementar 95, dependerá do ano em que um cadete esteja para ser precedido ou precedente de um determinado aluno do CHO. Porém, quando decorre de pessoas dos mesmos postos ou graduações, utilizar-se-á o critério da antigüidade.

As bases de quaisquer instituições militares são a hierarquia e a disciplina, e portanto são os bens que mais devem ser veementemente tutelados pelo instrumento jurídico que define os crimes militares e comina suas respectivas penas. A hierarquia “é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das IMEs” (§ 1º, art. 6º, CEDM) e a disciplina “é a exteriorização da ética profissional dos militares do Estado e manifesta-se pelo exato cumprimento de deveres, em todos os escalões e em todos os graus da hierarquia” (§ 2º, art. 6º, CEDM). Logo, uma ofensa a esses princípios vai muito além de uma chaga pessoal provocada de um subordinado para um superior, mas constitui um ataque letal aos valores de uma Instituição Militar que compromete sua estrutura, credibilidade e eficiência.

O Direito Penal é originariamente hierárquico, pois comina penas de acordo com o escalonamento valorativo dos bens a que visa tutelar. Nesse prisma, percebe-se que o Direito Penal Militar tem uma hierarquia diferente do Direito Penal comum, devido a seus diferenciados princípios e peculiaridades, valorizando acima de tudo a soberania nacional, a hierarquia e a disciplina, abrangendo até a pena de morte para quem atente contra tais valores em tempo de guerra.

O título II do CPM trata dos “Crimes contra a autoridade ou disciplina militar”, os quais estão relacionados com um dano ou um perigo de dano à hierarquia e/ou disciplina militar. Dentro do título mencionado, mais especificamente nos artigos 160 e 163, estão respectivamente previstos os crimes de desrespeito a superior e recusa de obediência. Tais delitos, conforme as próprias indicações de seus nomes definem uma grave ofensa à autoridade e à disciplina militar. Contudo, esses crimes só abrangem o desrespeito a superior e a recusa de obediência de ordem de superior, parecendo, portanto, não alcançar às figuras dos precedentes, por causa do princípio da legalidade que conforme o já exposto, só admite analogia in bonam partem e em normas penais não incriminadoras explicativas.

Fazendo uma análise dos tipos penais citados, observa-se que:

Art. 160 - “Desrespeitar superior diante de outro militar” (grifo nosso).

A pena para o autor desse tipo será de 3 meses a 1 ano, se o fato não constituir crime mais grave.

Art. 163 - “Desobedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução” (grifo nosso). A pena será de 1 a 2 anos, se o fato não constituir crime mais grave.

Os artigos 160 e 163 exigem expressamente a superioridade hierárquica para concretização do delito, salvo no segundo caso do 163, quando da desobediência da ordem gerar uma contrariedade a dever legalmente imposto, como por exemplo o dever de prender quem estiver em flagrante

¹⁰ Decreto-Lei 1001, de 21 de outubro de 1969.

¹¹ Lei complementar 95, de 17 de janeiro de 2007, que alterou o disposto no artigo 9º, II, do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (antigo EPPM), elevando os cadetes do último ano do CFO e os alunos do CHO a condição de superiores hierárquicos em relação aos cadetes dos demais anos. A relação de precedência de um aluno do CHO para um cadete, antes da referida lei, se dava de acordo com as seguintes condicionantes: se o cadete estivesse no primeiro ou no segundo ano, o aluno seria precedente e o cadete precedido; se o cadete estivesse no terceiro ano, seria o contrário. Com o advento da nova lei, somente a última condicionante terá valor – Art. 9º Parágrafo Único, EMEMG.

¹² Critério que distingue um militar em relação a outro, conferindo prerrogativas e deferências ao mais antigo em relação ao mais moderno. Dentro da PMMG, a antiguidade de cada posto ou graduação será regulada, de acordo com Art. 12 da Lei 5301, de 16 de outubro de 1969.

¹³ Instituições Militares Estaduais.

¹⁴ Lei 14310, de 19 de junho de 2002, dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais.

delito incumbido a qualquer autoridade policial por força do art. 301 do CPP . Por isso, a princípio, o caso de um desrespeito contra um precedente ou mesmo a desobediência de suas ordens aparenta não ser abrangido pelos tipos penais em questão. Todavia, para entender essa questão, deve-se reportar ao conceito de superior, previsto no artigo 24 do CPM que versa:

O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre o outro de igual posto ou graduação, considera-se superior para efeito da aplicação da lei penal militar (grifo nosso).

Resta provado que o precedente é abrangido pelo CPM sem nenhuma necessidade de provocar um cisma legal por meio da analogia in malam partem , uma vez que não só pelos usos e costumes, o precedente sempre exerce autoridade sobre o precedido, mas também pelos próprios regimentos internos das academias militares que deixam isso claro, e mais ainda, pelo disposto no art. 11 da lei estadual 5.301, Estatuto de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que regula a precedência hierárquica:

Art. 11...

I -“Pelo posto ou graduação”;

II - “pela antigüidade no posto ou graduação salvo quando ocorrer precedência funcional, estabelecida em lei ou decreto” (grifo nosso).

Dentro da perspectiva psicológica de reforços e punições que o indivíduo analisa para o cometimento de um delito, a autoridade e a disciplina nos cursos de formação militares estão asseguradas, na medida em que um desrespeito a um precedente, além de ocasionar um problema de cunho administrativo, também culminará em um problema penal, o que preserva a ordem da estrutura pedagógica militar e vislumbra um exemplo claro de proporcionalidade entre cura e moléstia, na medida em que todas as condutas que forem de encontro à disciplina e hierarquia militar – bens tutelados em questão – serão abrangidas pelo conceito de superior e pelos demais dispositivos legais já mencionados.

Além dos dois delitos discutidos, há várias outras hipóteses de proporcionalidades que podem nascer da existência do conceito de superior no CPM, e.g. os casos de majoração de pena para ofensas direcionadas a superior como o das disposições comuns previstas no inciso II do art. 218 do CPM para os crimes contra honra, e, o art. 157 que trata da violência contra superior, o 175 da contra inferior, mas não há nenhum artigo que se refira à violência contra pares, mas todos esses casos serão abrangidos pelo conceito de superior, eliminando a vergonhosa idéia do injusto legal por meio de

¹⁵ Código Penal Militar.

¹⁶ Decreto-Lei 3689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

¹⁷ “In malam partem”: a analogia é empregada em prejuízo do agente” (CAPEZ, 2006, p. 35).

um remédio eficaz.

Segundo Álvaro Lazzarini, militares são operadores do direito, “pois, inegavelmente, exercem uma atividade jurídica do Estado”, quer na preservação da ordem pública, quer na defesa da pátria contra o inimigo externo, eles visam assegurar os direitos constitucionais e viabilizam o usufruto desses direitos, por meio da garantia da lei e da ordem. Contudo, o militarismo só existe onde há hierarquia e disciplina, pois onde esses pilares inexistem, o militarismo não pode se fundar. Sendo assim, os casos de insubordinação e indisciplina devem ser abominados no meio militar, uma vez que se assim não o forem, o sistema militar estará fadado ao insucesso, em detrimento simultâneo da sociedade que é a principal receptora dos serviços desses operadores do direito. Logo, no meio do Direito Penal Militar, mais do que em qualquer outro, os remédios devem ser assaz eficientes e proporcionais às doenças que hão de combater.

Recursos como a possibilidade de interpretação analógica e a qualificação de crimes devem ser freqüentemente utilizados ao se elaborar uma nova lei, porquanto agem de uma forma preventiva abrangendo proporcionalmente uma enorme quantidade de moléstias. Os recursos devem ser explorados, tendo-se em vista a perfeita visão de Silva Franco, citada por Fernando Capez, “cada figura típica constitui, em verdade, uma ilha no mar geral do ilícito e todo o sistema punitivo se traduz num arquipélago de ilicitudes. Daí a impossibilidade do Direito Penal atingir a ilicitude na sua totalidade...” (CAPEZ, 2006, p. 42).

3 CONCLUSÃO

Existem vários remédios desproporcionais latentes no sistema jurídico brasileiro que eclodem devido ao modelo repressivo de se operar a máquina legislativa, logo, faz-se necessária a implantação de um modelo preventivo de ação, e que por meio deste, os legisladores – operadores primários do Direito – sejam suficientemente qualificados para compreenderem que a entropia tendente do Universo também se aplica à Ciência Jurídica, e

¹⁸ Art. 18...

II – “contra superior”;

¹⁹ Art. 157. “Praticar violência contra superior”:

Pena – “detenção, de três meses a dois anos”.

²⁰ Art. 175. “Praticar violência contra inferior”:

Pena – “detenção, de três meses a um ano”.

²¹ Renomado jurista, organizador da 7ª edição do conjunto de códigos de CPM, CPPM, Estatuto dos militares e CF, da editora Revista dos Tribunais.

²² “Após uma seqüência casuística, segue-se uma formulação genérica, que deve ser interpretada de acordo com os casos anteriormente elencados (p. ex., crime mediante paga, promessa de recompensa ou outro motivo torpe; a expressão ‘outro motivo torpe’ é interpretada analogicamente...” (CAPEZ, 2006, p. 35).

que sendo assim, todo sistema jurídico deve sofrer modificações concomitantes às da sociedade, da política e das outras fontes científicas, cabendo aos operadores do Direito, principalmente aos legisladores, a responsabilidade da elaboração dessas modificações de forma eficiente e atualizada.

Deve-se viabilizar um novo sistema jurídico, no qual permaneçam os operadores do direito que se dedicam à sua função e a exercem com proatividade, e excluam-se aqueles que trabalham de forma desidiosa e negligente, a fim de garantir a função teleológica da lei e impedir a anomalia do injusto legal.

Torna-se evidente que não se pode tratar um comércio virtual somente com as regras comuns de compra e venda. Da mesma forma, não se pode manter o paradigma negativo da repressão como único meio de legislar penalmente, porquanto estamos contextualizados dentro do sistema Civil Law cuja conformidade com a reserva legal e com a anterioridade da lei penal é irrefutável, logo, não se admite a retroatividade penal pro societate, o que consolida uma necessidade de se modificar o modelo de legislar repressivamente.

É necessário que se incuta em cada jurista a consciência da grandiosidade de seu papel científico de identificar e apontar remédios proporcionais e eficientes para todas as hipóteses de moléstias jurídicas, principalmente as penais, mantendo uma constante atualização e revisão da legislação vigente, com o intuito de prevenir aberrações jurídicas e de viabilizar a integração de todos os órgãos componentes do sistema jurídico, por meio de um sinergismo onde cada órgão exerce harmonicamente sua função, auxiliando e complementando a dos demais, na medida em que somente desta forma obter-se-á os remédios proporcionais às doenças e promover-se-á a mais pura e cristalina justiça.

²³ Tipo de ordenamento jurídico da tradição latina ou continental que “caracteriza-se pelo primado do processo legislativo, com atribuição de valor secundário às demais fontes do direito” (REALE, 2005, p.142).

²⁴ Capez (2006) define o princípio da legalidade (artigos 5º, XXXIX, da Constituição Federal e 1º do Código Penal) como gênero que se divide em duas espécies: “o da reserva legal, reservando para o estrito campo da lei a existência do crime e sua correspondente pena (...) e o da anterioridade, exigindo que a lei esteja em vigor no momento da prática da infração penal (...)” (CAPEZ, 2006, p. 37).

²⁵ Retroação da lei penal, em benefício da sociedade, mas em detrimento do agente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição do Brasil de 05 de outubro de 1988. Texto Constitucional de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n. 01/92 a 45/04. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Edição 2006.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto-Lei 3689, de 03 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Edição 2006.

BRASIL. **Código Penal Militar**. Decreto-Lei 1001, de 21 de outubro de 1969. Edição atualizada até 02 de janeiro de 2006.

BRASIL. **Lei de Crimes Hediondos**. Lei nº. 8072, de 25 de julho de 1990.

MINAS GERAIS. Estatuto de Pessoal da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - **EPPM**. Lei 5301, de 16 de outubro de 1969.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**; parte geral. São Paulo: Saraiva. 10.ed., 2006, p. 589. V.1.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva. 27. ed., 2005, p. 391.

CARNELUTTI, Francesco. **Como nasce o direito**. Tradução de Hilto-mar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Livraria Líder e Editora Ltda, 2005.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, p.340.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Edições Loyola. 1. ed., 2001, p. 3132.

**Artigos Publicados
nas Edições Anteriores
da Revista Preleção**

Edição nº 05 – Abril/2009

- **As Mulheres no Quadro Combatente da PMES: 25 Anos de Participação** – Gelson Loiola
- **Dados Históricos da Justiça Militar do Espírito Santo** – Getúlio Marcos Pereira Neves
- **A Política Nacional de Segurança Pública: Histórico, Dilemas e Perspectivas** – Luiz Eduardo Soares
- **Utilização da Força e de Armas de Fogo Pelos Militares Estaduais nos Conflitos Prisionais Sob a Ótica da Legalidade** – Nilda Dummer
- **Os Impactos das Ações da Polícia Militar do Espírito Santo em Regiões Urbanas Violentas: O Caso Flexal** – Enoni Erlacher

Edição nº 06 – Agosto/2009

- **Educação a Distância na Polícia Militar: Viabilidade de Implantação** – Glariston Fonseca Nascimento e Januir Carlos Pinheiro da Silva
- **Uma Introdução aos Novos Paradigmas em Segurança Pública** – Marcos Rolim
- **O Impacto do Projeto Madrugada Viva na Sociedade Capixaba** – Jovelson Aguilhar Sabino Júnior
- **A Embriaguez no Trânsito e a Inaplicabilidade Prática da Sanção Exemplar ao Infrator** – Fabrício Segato Auer, Fábio Ferraz Volpato, Adilton Rangel Nascimento, Marcus Vinícius N. Neves
- **Influência de Fatores Genéticos no Crescimento do Coração Induzido Pelo Treinamento Físico em Integrantes da PMES** – Marcela Lima Santanna, Márcio Vieira Hollanda, Antonio Henrique Lima Bezerra, José Geraldo Mill
- **A Lei nº 11.343/2006 e o Procedimento Penal e Policial Acerca do Usuário de Drogas Ilícitas** – Eduardo Veroneze da Silva

COMO PUBLICAR UM ARTIGO NA REVISTA PRELEÇÃO

Para a publicação dos artigos na Revista Preleção PMES devem ser obedecidas as seguintes condições:

- Os artigos deverão versar sobre assuntos ligados à atividade de segurança do cidadão, dentro do contexto da atividade policial e áreas afins;
- Os artigos não poderão exceder a 20 (vinte) laudas digitadas e deverão ser enviados em versão impressa, datada e assinada pelo autor, acompanhada de cópia salva em CD para o endereço de funcionamento da redação da revista na Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa – Quartel do Comando Geral da PMES, Av. Maruípe, nº 2.111, Bairro Maruípe, Vitória/ ES, CEP: 29.045-231, Tel.: (27) 3224-5456 e FAX: (27) 3314-6303;
- A cópia em CD poderá ser substituída pelo envio via e-mail para o endereço revistaprelecao@pm.es.gov.br;
- O texto deverá ser formatado em: WORD, papel A 4, margens 2 cm, espaço simples, fonte ARIAL/ tamanho 12;
- Os artigos deverão ser estruturados e acompanhados de bibliografia ou referência bibliográfica de acordo com as normas da ABNT;
- O Conselho Editorial decidirá sobre a conveniência e a oportunidade de publicação dos artigos recebidos;
- Os artigos publicados expressarão a opinião dos seus autores e não necessariamente da Revista Preleção ou da Corporação.

CANÇÃO DO SOLDADO CAPIXABA

HINO OFICIAL DA PMES

I

Sou Soldado da terra de Ortiz
Missão nobre me impõe o dever
Defender com ardor meu País
Pela Pátria vencer ou morrer
Na peleja sou bravo, sou forte
Do inimigo não temo a metralha
E desdenho até mesmo da morte
No entrechoque feroz da batalha.

II

Camaradas marchemos avante,
Desfraldando a sagrada Bandeira
E na luta, será triunfante
A invencível nação brasileira.

III

Sou herói, destemido e valente
Sei amar com fervor minha terra,
Vivo sempre, feliz e contente,
Quer me encontre na paz ou na guerra,
Já se ouve o soar das cornetas
Camaradas, avante marchemos,
Carregar e armar baionetas,
Pela Pátria querida lutemos.

(*) Oficializado como Hino da Polícia Militar do Espírito Santo
no ano de 1948

Letra: Cel PM Abdon Rodrigues Cavalcanti
Música: Ten PM Walfredo Pereira Rubim